

Plano de Ação Energia e Clima de Oeiras

PAECO 2030+

TOMO II - Documentos Complementares

Oeiras preparada e no caminho para a
neutralidade carbónica

Ficha Técnica

Plano de Ação Energia e Clima de Oeiras 2030+

Tomo II Relatório - Documentos Complementares



EQUIPA TÉCNICA

Elsa Nunes	Coordenação
Rui Pedro Henriques	Coordenação executiva
Ana Sofia Martins	Avaliação de impactes e vulnerabilidades
Inês Silva	Caracterização e contextualização de cenários climáticos
Patrícia Lima	Identificação e programação de opções de adaptação e mitigação



EQUIPA DE COORDENAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS

Ana Filipa Laborinho	Vereação dos Pelouros Desenvolvimento Sustentável, Alterações climáticas e Economia Circular
Luís Serpa Luís Baptista Fernandes	Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Ana Maria Oliveira	Direção do Gabinete de Inteligência Territorial
Tânia Marques	Gestão do projeto
Cristina André Teresa Vaz	Acompanhamento

dezembro de 2024

Índice

I. ENQUADRAMENTO	7
II. REUNIÕES TEMÁTICAS INTERNAS.....	9
1. Estrutura das reuniões.....	10
2. Documentos preparatórios partilhados	10
3. Ordem de trabalhos.....	11
4. Validação dos contributos	12
5. Participação	13
6. Contributos por Unidade Orgânica	17
III. REUNIÃO TEMÁTICA EXTERNA.....	25
1. Estrutura da reunião.....	26
2. Documentos preparatórios partilhados	26
3. Ordem de trabalhos.....	26
4. Validação dos contributos	27
5. Participação	28
6. Contributos por Entidade	30
IV. CONSOLIDAÇÃO DOS CONTRIBUTOS	41
V. FICHAS DE AÇÕES.....	45
1. Medidas prioritárias: Análise multicritério	205
2. Medidas por tipologia e riscos climáticos.....	213
3. Redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa por ação	215
4. Matriz de indicadores de monitorização	223
5. Metadados dos Indicadores de monitorização.....	244
6. Ações já realizadas.....	259
7. Programas de financiamento por medida	264
VI. QUADROS DE REFERÊNCIA NORMATIVO E ESTRATÉGICO	268
1. Ações internacionais.....	269
2. Ações nacionais	282
3. Instrumentos de planeamento e compromissos para as Alterações Climáticas	303
BIBLIOGRAFIA.....	307

I. Enquadramento



O presente relatório constitui o Tomo II do Plano de Ação Energia e Clima de Oeiras (PAECO 2030+), tendo como objetivo compilar os vários documentos complementares, designadamente os contributos recebidos, por parte das Unidades Orgânicas do Município de Oeiras, que decorreram entre julho e setembro de 2023, e os contributos das entidades externas convocadas a participar, no dia 31 de outubro de 2023, cuja consolidação é apresentada no ponto IV.

No ponto V são apresentadas as fichas de ações, detalhando-se a sua descrição, objetivos entre outros itens considerados relevantes para a caracterização de cada uma das ações. Estas fichas permitiram o debate nas reuniões, tendo-se posteriormente integrado o conhecimento partilhado, que enriqueceu, de forma significativa, todo este processo.

A matriz de indicadores e, respetivos metadados, que permitirão a monitorização das ações identificadas no PAECO 2030+, é apresentada em quadros síntese de modo a facilitar a sua consulta.

Por fim, sistematiza-se o quadro de referência estratégico, tanto nacional como internacional, que enquadró e fundamentou a elaboração deste Plano, de que são exemplo a legislação, todos os planos estratégicos nacionais e compromissos internacionais.

II. Reuniões Temáticas Internas



Após a caracterização e detalhe dos eixos temáticos, bem como a identificação, descrição, investimento necessário e impacto das medidas e ações apresentadas no Tomo I, procedeu-se à convocatória das diversas unidades orgânicas para apresentação de propostas e validação de opções, medidas e programas sobre as áreas temáticas da sua coordenação ou atuação. A identificação das Unidades Orgânicas do Município de Oeiras envolvidas foi efetuada de acordo às competências e funções estabelecidas na Reorganização dos Serviços do Município de Oeiras **Fonte especificada inválida..**

Este processo foi iniciado em 14 de julho de 2023, com a primeira reunião temática, tendo-se seguido mais três sessões de trabalho e uma de síntese. Finalmente, o processo de consulta interna ao município foi finalizado em 21 de setembro de 2023, com a recolha do último contributo, das Unidades Orgânicas do Município.

Estas reuniões tiveram como objetivos:

- Verificar o alinhamento das ações propostas com os objetivos da unidade orgânica e, acolher melhorias e observações consideradas relevantes;
- Identificar iniciativas, projetos e programas em implementação ou em desenvolvimento, que se adequam no âmbito de aplicação das diferentes medidas de ação identificadas;
- Contribuir com dados e informação para o estabelecimento da linha de base e manutenção da matriz de indicadores associados à estrutura de Monitorização e Avaliação do PAECO 2030+;
- Validar opções, medidas e programas dimensionados;
- Divulgar boas práticas já realizadas internacionalmente em contexto urbano.

1. Estrutura das reuniões

As unidades orgânicas foram convocadas tendo por base os objetivos das reuniões, elencados no ponto anterior. Por forma a focar a discussão e os contributos em eixos específicos e assegurar a possibilidade de análise e contributo por parte de todos os intervenientes, foram preparadas três reuniões temáticas agrupadas por eixos estratégicos:

Reunião temática 1

- Eixo estratégico 6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes
- Eixo estratégico 7: Mobilidade Sustentável
- Eixo estratégico 1: Informação, Sensibilização e Conhecimento (eixo transversal)

Reunião temática 2

- Eixo estratégico 3: Economia circular e Consumo Responsável
- Eixo estratégico 4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas
- Eixo estratégico 1: Informação, Sensibilização e Conhecimento (eixo transversal)

Reunião temática 3

- Eixo estratégico 2: Conforto térmico e segurança
- Eixo estratégico 5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina
- Eixo estratégico 1: Informação, Sensibilização e Conhecimento (eixo transversal)

2. Documentos preparatórios partilhados

- Agendas das reuniões temáticas;
- Listas de ações, distribuídas pelos participantes em cada reunião temática;
- Apresentação de enquadramento dos trabalhos.

3. Ordem de trabalhos

Todas as sessões seguiram a mesma ordem de trabalhos, a qual é apresentada de seguida.

Abertura (10 min)	<i>Município de Oeiras</i>
Apresentação do PAECO 2030+ (20 min)	Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (<i>DMOTDU</i>)
Apresentação dos trabalhos e de boas práticas em contexto urbano (30 min)	Apresentação de boas práticas em contexto urbano relacionadas com os eixos temáticos (<i>IrRADIARE</i>) Apresentação dos trabalhos (<i>IrRADIARE / DMOTDU</i>)
Apresentação de participantes (10 min)	<i>Tour de table</i>
Dinâmica de grupo (60 min)	Discussão dos eixos temáticos previstos para cada uma das reuniões (<i>Equipa moderadora do debate constituída por elementos da DMOTDU e IrRADIARE</i>)
Síntese dos trabalhos realizados (10 min)	<i>IrRADIARE</i>
Encerramento (10 min)	<i>Município de Oeiras</i>

Nestas reuniões temáticas foram utilizadas duas dinâmicas diferentes – enquadramento e discussão.

Durante o primeiro momento é contextualizado o Município de Oeiras na temática das alterações climáticas, o ponto de partida, o percurso na ação climática, os cenários e vulnerabilidades do território, os princípios orientadores do plano, os eixos estratégicos e linhas de ação. Posteriormente, e com foco nos eixos estratégicos de cada sessão, são apresentadas as boas práticas internacionais, realizadas em contexto urbano, seguindo-se a apresentação das ações propostas para o Município de Oeiras.

Durante o segundo momento, foram distribuídas as listagens com as ações em debate e pedida uma breve apresentação a cada um dos participantes. Na dinâmica de debate em grupo pretendeu-se:

- Identificar ações em curso ou em preparação, que possam complementar a informação conhecida e já disponibilizada, por forma a complementar o PAECO 2030+;
- Discutir o alinhamento e descrição de ações por forma a recolher contributos para identificação de eventuais limites à atuação das ações previstas;
- Registar sugestões de adequação do âmbito da ação.

As Unidades Orgânicas, *stakeholders* internos, foram convidadas a participar em duas dinâmicas distintas:

- Debate em grupo: os participantes foram dispostos em redor da sala, com distribuição a facilitar a interação e visualização entre todos os intervenientes, onde tinham à sua disposição e para suporte, a lista das ações em discussão e a respetiva descrição. A discussão foi acompanhada

pelos elementos coordenadores da sessão, para moderação e lançamento dos temas (DMOTDU) e apoiada pela equipa da IrRADIARE. Esta dinâmica permitiu fomentar a discussão, atraindo pontos de vista complementares e contribuindo para o enriquecimento e a validação de cada uma das ações.

- Afixação de contributos: num segundo momento da sessão foram distribuídos, pelos participantes, post-its de 3 cores diferentes – uma por cada eixo em discussão. Na sala foram afixados quadros com as indicações “Em curso”, “Impedimentos” e “Sugestões”. Os participantes puderam, então, preencher e colar os post-its em cada um dos quadros, por forma, a identificar alguma ou várias destas possibilidades nas ações em discussão.

Estas dinâmicas foram coordenadas pela DMOTDU, com o apoio da IrRADIARE, lançando as ações a debater e moderando a discussão.

No fecho da sessão os participantes foram convidados a apresentar elementos adicionais, através de e-mail, num prazo estabelecido, complementando e fundamentando a informação discutida em sala.

Adicionalmente às três reuniões temáticas foi efetuada uma reunião técnica para identificação e enquadramento das ações do plano PAECO 2030+, com os programas de financiamento disponíveis para a sua execução.

O processo participativo das Unidades Orgânicas do Município também considerou uma reunião para apresentação dos resultados dos diferentes contributos e da matriz de indicadores de monitorização do PAECO 2030+ e respetivos metadados de suporte.

4. Validação dos contributos

Como resultado das sessões foram recolhidos os contributos através de post-its preenchidos e catalogadas pelos participantes como “Ações em curso”, “impedimentos” e “sugestões”.

Posteriormente, todos os contributos foram agregados numa tabela e enviados por e-mail para os dirigentes de cada unidade orgânica para sua validação.

5. Participação

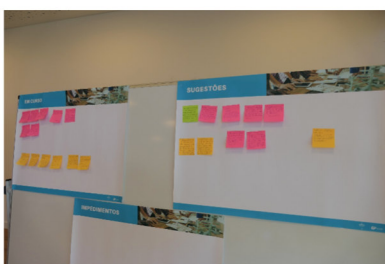
Reunião temática 14 de julho de 2023

Eixos Estratégicos em discussão	Participantes	
	Unidade orgânica	Participantes (nº)
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento	DMOTDU	1
	DMOTDU/GIT	3
6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	DMOTDU/DOTPU	1
	DMOTDU/DOTPU/DOT	1
	DMOTDU/DOTPU/DPU	1
	DMOTDU/DOTPU/DPIUM	1
	DMOTDU/DGU	1
	DMOTDU/DGU/DLOUFT	2
	DMOTDU/DPERU	1
	DMAG/DGO	1
	DMAG/DGO/DAAC	1
	DMOGAH/DOM	1
	DMOGAH/DOM/DEP	2
	DMOGAH/DOM/DEM	1
	DMOGAH/DOM/DEM/UME	1
	DMOGAH/DOM/DGEP	2
	DMOGAH/DAQV/DVM	1
DMOGAH/DHM	2	
7: Mobilidade Sustentável	DMEDSC/DE	1
	DMEDSC/DE/DPGRE	1
	DMEDSC/GCI	1
	Total	27



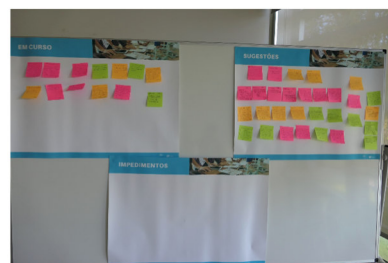
Reunião temática 19 de julho de 2023

Eixos Estratégicos em discussão	Participantes		
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento	Unidade orgânica	Participantes (nº)	
	DMOTDU	1	
	DMOTDU/GIT	3	
	DMOTDU/DOTPU	2	
	DMOTDU/DOTPU/DOT	1	
	DMOTDU/DOTPU/DPIUM	1	
	DMOTDU/DGU	1	
	DMOTDU/DGU/DLOUFT	2	
	DMOTDU/DPERU/DRU	1	
	DMAG/DGO	1	
	DMAG/DGO/DAAC	1	
	DMOGAH/DOM	1	
	3: Economia Circular e Consumo responsável	DMOGAH/DOM/DEP	2
DMOGAH/DOM/DGEP		2	
DMOGAH/DAQV		1	
DMOGAH/DAQV/DGEV		1	
DMOGAH/DAQV/DLU		1	
DMOGAH/DAQV/DGA		1	
4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas		DMEDSC/DACTPH	1
		DMEDSC/DDS/UGPS	1
		DMEDSC/DE	1
		DMEDSC/DE/DPGRE	1
	DMEDSC/GCI	1	
	Total	28	



Reunião temática 20 de julho de 2023

Eixos Estratégicos em discussão	Participantes		
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento	Unidade orgânica	Participantes (n°)	
	DMOTDU	1	
	DMOTDU/GIT	3	
	DMOTDU/DOTPU	2	
	DMOTDU/DOTPU/DOT	1	
	DMOTDU/DOTPU/DPU	1	
2: Conforto térmico e segurança	DMOTDU/DOTPU/DPIUM	1	
	DMOTDU/DGU/DLOUFT	2	
	DMOTDU/DPERU/DPE	1	
	DMAG/DGRH/DPS/USST	2	
	DMAG/DGO	1	
	DMAG/DGO/DAAC	1	
	DMAG/DFP/DP	1	
	DMAG/DITIC/DGSI	1	
	DMOGAH/DOM	1	
	DMOGAH/DOM/DEP	2	
	DMOGAH/DOM/DGEP	3	
	DMOGAH/DAQV/DGEV	1	
	5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina	DMOGAH/DAQV/DLU	1
		DMOGAH/DAQV/DGA	1
DMOGAH/DHM		1	
DMEDSC/DDS/UGPS		1	
DMEDSC/DE		1	
DMEDSC/DE/DPGRE		1	
DMEDSC/GCI		2	
Total		33	



Reunião temática adicional – 21 de agosto de 2023






Eixos Estratégicos em discussão	Participantes										
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento											
2: Conforto térmico e segurança											
3: Economia Circular e Consumo responsável											
4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Unidade orgânica</th> <th>Participantes (nº)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DMOTDU</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/GIT</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>GATPI</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table>	Unidade orgânica	Participantes (nº)	DMOTDU	1	DMOTDU/GIT	1	GATPI	2	Total	4
Unidade orgânica	Participantes (nº)										
DMOTDU	1										
DMOTDU/GIT	1										
GATPI	2										
Total	4										
5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina											
6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes											
7: Mobilidade Sustentável											

Reunião de ponto de situação – 14 de setembro de 2023




Eixos Estratégicos em discussão	Participantes								
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Unidade orgânica</th> <th>Participantes (nº)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DMOTDU</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	Unidade orgânica	Participantes (nº)	DMOTDU	1				
Unidade orgânica	Participantes (nº)								
DMOTDU	1								
2: Conforto térmico e segurança	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMOTDU/GIT</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DOTPU/DOT</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DOTPU/DPU</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	DMOTDU/GIT	3	DMOTDU/DOTPU/DOT	1	DMOTDU/DOTPU/DPU	1		
DMOTDU/GIT	3								
DMOTDU/DOTPU/DOT	1								
DMOTDU/DOTPU/DPU	1								
3: Economia Circular e Consumo responsável	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMOTDU/DOTPU/DPIUM</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DGU</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	DMOTDU/DOTPU/DPIUM	1	DMOTDU/DGU	1				
DMOTDU/DOTPU/DPIUM	1								
DMOTDU/DGU	1								
4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMOTDU/DGU/DLEU</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DGU/DLOUFT</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DPERU</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOTDU/DPERU/DPE</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	DMOTDU/DGU/DLEU	1	DMOTDU/DGU/DLOUFT	1	DMOTDU/DPERU	1	DMOTDU/DPERU/DPE	1
DMOTDU/DGU/DLEU	1								
DMOTDU/DGU/DLOUFT	1								
DMOTDU/DPERU	1								
DMOTDU/DPERU/DPE	1								
5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMOTDU/DPERU/DRU</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	DMOTDU/DPERU/DRU	1						
DMOTDU/DPERU/DRU	1								
6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMAG/DGO/DAAC</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOGAH/DAQV/DVM</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOGAH/DAQV/DGRU</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>DMOGAH/DHM</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	DMAG/DGO/DAAC	1	DMOGAH/DAQV/DVM	1	DMOGAH/DAQV/DGRU	1	DMOGAH/DHM	1
DMAG/DGO/DAAC	1								
DMOGAH/DAQV/DVM	1								
DMOGAH/DAQV/DGRU	1								
DMOGAH/DHM	1								
7: Mobilidade Sustentável	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>DMEDSC/DE</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>18</td> </tr> </tbody> </table>	DMEDSC/DE	1	Total	18				
DMEDSC/DE	1								
Total	18								

6. Contributos por Unidade Orgânica




Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento	
2 Conforto térmico e segurança	
3 Economia Circular e Consumo responsável	
4 Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas	
5 Sistema Hídrico e Orla Estuarina	
Contributo	Integração
Ações de sensibilização ambiental em temáticas inerentes às alterações climáticas em curso, incluindo para as escolas, previstas no âmbito do Programa de educação Ambiental Escolar, para o ano letivo 2023/24.	
Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco de aumento de temperatura e ocorrência de ondas de calor.	
Ações inerentes à estratégia de economia verde e circular e de melhoria da eficiência hídrica para o Município (em curso), devendo ser considerada a aplicação quer do princípio <i>Pay-as-you-throw</i> , <i>Save-as-you-throw</i> e <i>Receive-as-you-throw</i> .	
Envolvimento dos SIMAS e AdTA a considerar no âmbito da mitigação de vulnerabilidade a cheias e inundações e subida do nível médio das águas e aumento de cheias, assim como da gestão do ciclo da água.	
Ações de melhoria da sustentabilidade e de promoção do uso de transporte público (em curso).	

Departamento de Habitação Municipal (DHM)










EIXOS ESTRATÉGICOS	
6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
Novos Programas de Habitação – Construção de 726 habitações NZEB +20, até março de 2026.	
Plano de Reabilitação dos Bairros Municipais – Reabilitação de 389 edifícios (3.322 habitações) visando melhorar pelo menos 10% do seu desempenho energético, até dezembro de 2027.	
Instalação de Painéis Fotovoltaicos em Edifícios de Habitação Municipal – Instalação de painéis fotovoltaicos em 19 bairros municipais (pelo menos 252 edifícios), até junho de 2028. Estima-se uma redução de 2.200.000 €/ano em fatura energética e de 8.375 tCO ₂ /ano	

Divisão de Planeamento Urbano (DPU)





EIXOS ESTRATÉGICOS	
2 Conforto térmico e segurança	
6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
Projeto-piloto para empresas/investidores na área da tecnologia/sustentabilidade promoverem intervenções em espaço público, no sentido da concretização de medidas inovadoras, aliando boas práticas, pedagogia, incentivo (considerando o caso da cidade-jardim do Bairro residencial de Nova Oeiras sustentada por um Regulamento de valorização e Salvaguarda).	
Incentivos fiscais e regulamentação, em sede do RPATORMO entre outros regulamentos municipais, destinados a promover a implementação privada de boas práticas de sustentabilidade.	
Integrar no RPATOR do Município boas práticas e ações de intervenção em cenário de alterações climáticas destinadas aos vários setores (conforme "Identificação de potenciais Projetos Estratégicos Metropolitanos") e/ou elaborar um "Manual de Boas Práticas"	

 Integrado
  Já considerado
  Não aplicável


Departamento de Obras Municipais (DOM)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento 2 Conforto térmico e segurança 3 Economia Circular e Consumo responsável 4 Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas 5 Sistema Hídrico e Orla Estuarina 6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes 7 Mobilidade Sustentável	
Contributo	Integração
Observatório da Natureza, a implementar no âmbito do Orçamento Participativo, junto à estufa fria do jardim de Oeiras, que poderá incluir uma vertente climática.	
Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água ou adaptadas à escassez de água, em implementação.	
Desenvolvimento de projetos e obras no edificado com base em soluções arquitetónicas bioclimáticas, incluindo coberturas verdes nos abrigos das paragens de autocarro e incremento das áreas permeáveis nos espaços urbanos (verdes e pavimentos), aumento da retenção e/ou infiltração de águas pluviais (rede artificial, em articulação com os SIMAS).	
Implementar refúgios climáticos para 80% da população, a menos de 10 minutos a pé.	
Promover a gestão do eficiente do ciclo da água, nomeadamente a reabilitação de sistemas hidráulicos no âmbito da conservação do património municipal, o aproveitamento da água natural e a criação de bacias de retenção/reservatórios (à superfície e em profundidade), a aplicação de redutores de caudal e temporizadores em torneiras, a implementação de rede de rega inteligente, entre outras.	
Plano de proteção de edifícios em risco de inundação ou galgamento costeiros e de estruturas de defesa costeira e portuária existentes e proteção e manutenção de praias, incluindo sistema de alarme para moradores.	
Sistema Integrado de Gestão de Energia abrangendo equipamentos estratégicos.	
Melhorar a eficiência Energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais, considerando a eletrificação de sistemas, aquecimento renovável (águas quentes sanitárias e em piscinas), iluminação LED, edifícios NZEB.	
Renovar semáforos ineficientes com iluminação LED, concluído.	

 Integrado
  Já considerado
  Não aplicável







EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento 2 Conforto térmico e segurança 3 Economia Circular e Consumo responsável 4 Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas 5 Sistema Hídrico e Orla Estuarina 6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes 7 Mobilidade Sustentável	
Contributo	Integração
Renovar de luminárias em IP ineficientes com iluminação LED, em curso (10% de implementação) e implementação de Sistema Integrado de Gestão de Energia com controlo ponto a ponto, preferencialmente centralizado no DOM.	
Autoprodução de energia em parques de estacionamento cobertos, com sistema integrado de painéis fotovoltaicos para produção de energia.	
Estão executados 6,32 Km da rede Ciclável. De acordo com o plano estão previstos construir 85km até 2030.	
Aumento da rede pedonal considerando o incremento de conforto em todas as intervenções realizadas no espaço público.	




Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
7 Mobilidade Sustentável	
Contributo	Integração
<p>Frota municipal constituída por 437 viaturas, com características distintas. Através da aquisição de novas viaturas e da renovação de contratos de aluguer será efetuada a substituição integral de todos os carros a combustão por viaturas 100% elétricas.</p> <p>A renovação de 154 viaturas em regime de aluguer irá contribuir para a redução do consumo de 94.576 litros de combustível fóssil e na poupança de 161.620 €/ano.³</p>	









 Integrado
  Já considerado
  Não aplicável

Direção Municipal de Administração Geral (DMAG)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento 3 Economia Circular e Consumo responsável 5 Sistema Hídrico e Orla Estuarina 6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
Promover internamente ações de sensibilização aos trabalhadores em temáticas relevantes face às alterações climáticas em curso (responsabilidade DPS/DGRH) e informar e os cidadãos no âmbito de oportunidades de financiamento existentes para a transição energética.	
Promover ações inerentes à estratégia de economia verde e circular e de melhoria da eficiência hídrica do Município, abordando em particular a desmaterialização e digitalização, o uso eficiente de água na lavagem de viaturas da frota municipal, entre outros (articulação com a DAAC/DGO, o DITIC, a UGA, DVM/DAQV).	
Projeto "Laboratório Vivo da Circularidade": integra quatro vertentes, designadamente: a reciclagem de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (equipamentos e consumíveis informáticos) produzidos na DMAG; a redução da produção de resíduos (copos descartáveis) provenientes das máquinas vending dos edifícios municipais, através da disponibilização de um copo reutilizável a ser distribuído a todos os trabalhadores (em articulação com a DP); a reciclagem dos biorresíduos (restos de comida e borras de café) produzidos nos refeitórios (USG/DGO) em articulação com a empresa Eurest; a reciclagem de Resíduos Têxteis (fardamentos fora de uso) em articulação com a UGA.	
Instalar sistemas fotovoltaicos em todos os edifícios municipais.	
Criar minicentrals fotovoltaicas em terrenos municipais, da responsabilidade da DP ⁴	
Atualização dos indicadores de resultado	

⁴  Integrado  Já considerado  Não aplicável (terrenos municipais com outro uso)

Departamento de Gestão Urbanística (DGU)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento 3 Economia Circular e Consumo responsável 4 Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas 5 Sistema Hídrico e Orla Estuarina 6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
Elaborar um manual técnico de "Adaptação Energia e Clima - metas e vantagens do investimento".	
Combater a acidificação do ecossistema hidrológico, através da implementação de medidas de proteção e valorização da biodiversidade marinha (Parceria com centros de investigação e AVG, Laboratório Marítimo da Guia, CHAM, MARE, CIIMAR, entre outros).	
Promover ações inerentes à estratégia de economia verde e circular e de melhoria da eficiência hídrica do Município, assegurando a monitorização dos resíduos perigosos e não perigosos na área do Município, a utilização de materiais de construção sustentáveis e reciclados.	
Criar sistema de incentivos e/ou regulamentação para obras particulares com maior eficiência hídrica e energética, redução de impacto sobre a topografia natural, entre outros.	
Aumentar a capacidade de retenção de água e recarga de aquíferos no âmbito das operações urbanísticas e obras municipais, incluindo a introdução de medidas no RPATORMO.	
Desenvolver projetos e medidas de mitigação da poluição nas linhas de água, em articulação com entidades responsáveis (APA, ADTA, SIMAS).	
Elaborar um Plano de Gestão de Água municipal, que preveja a possibilidade de reutilização das águas residuais em usos públicos (criação da 3ª rede), rega de espaços verdes, limpeza urbana, entre outros.	
Promover a implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável no edificado, incluindo a inventariação de áreas com potencial renovável em edifícios municipais. ⁵	

 Integrado
  Já considerado
  Não aplicável

Divisão de Educação (DE)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
1 Informação, Sensibilização e Conhecimento 2 Conforto térmico e segurança 3 Economia Circular e Consumo responsável 6 Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes 7 Mobilidade Sustentável	
Contributo	Integração
Programa Oeiras Educa +, promovido anualmente pelo Município de Oeiras, em articulação com parceiros locais e nacionais na área temática: ambiente e sustentabilidade.	
Sensibilizar a comunidade educativa para o desenvolvimento de boas práticas face às alterações climáticas em curso.	
Promover o conforto térmico no edificado e no espaço público e melhoria da eficiência energética em todos os edifícios e infraestruturas municipais, incluindo a requalificação dos equipamentos escolares para uma maior sustentabilidade ambiental e energética.	
Zonas de sombreamento em espaços de jogo e recreio e substituição de caixilharias ineficientes, em implementação, visando maior conforto e maior eficiência energética em IPSS e escolas.	
Implementar ações para redução do desperdício alimentar nos refeitórios escolares.	
Definir um Plano Integrado para instalação de unidades de produção de autoconsumo nas escolas de Rede Pública do Município (42 escolas), em coordenação com a DPGRE.	
Definição de zonas "Kiss & Ride" nas escolas de rede pública e estabelecimentos de infância da rede solidária (creche e J.I). ⁶	

Integrado
 Já considerado
 Não aplicável

III. Reunião Temática Externa



No dia 31 de outubro de 2023 foi realizada uma reunião temática com *stakeholders* externos ao município, incluindo entidades e interlocutores identificados na fase de consulta interna, permitindo alargar a participação no plano. Esta sessão teve como principal objetivo identificar iniciativas, projetos e programas em implementação ou em desenvolvimento, que se enquadram no âmbito de aplicação das diferentes medidas de ação, assim como contribuir e validar as opções, medidas e programas dimensionados.

1. Estrutura da reunião

As entidades identificadas pelo município, no seguimento das reuniões temáticas internas, foram convocadas para uma sessão de participação alargada. Os sete eixos foram distribuídos por três mesas temáticas, sendo cada entidade orientada para o eixo mais próximo ao seu âmbito de atuação.

Mesa temática 1

- Eixo estratégico 2: Conforto térmico e segurança
- Eixo estratégico 4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas

Mesa temática 2

- Eixo estratégico 3: Economia circular e Consumo Responsável
- Eixo estratégico 5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina

Mesa temática 3

- Eixo estratégico 6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes
- Eixo estratégico 7: Mobilidade Sustentável

2. Documentos preparatórios partilhados

- Agenda da reunião;
- Listas de ações, distribuídas pelos participantes em cada reunião temática;
- Apresentação de enquadramento dos trabalhos.

3. Ordem de trabalhos

A sessão foi organizada de acordo com a seguinte ordem de trabalhos.

Abertura	<i>Vereação dos Pelouros Desenvolvimento Sustentável, Alterações Climáticas e Economia Circular</i>
Apresentação do PAECO 2030+	<i>Município de Oeiras - Gabinete de Inteligência Territorial (GIT)</i>
Apresentação de participantes	<i>Tour de table</i>
Debate em grupo	Atividades desenvolvidas nas diferentes entidades alinhadas com ações PAECO 2030+
Dinâmica de grupo	Identificação de sinergias, impedimentos e sugestões para as medidas PAECO 2030+
Síntese dos trabalhos realizados e encerramento	<i>GIT / IrRADIARE</i>

Nestas reuniões temáticas foram utilizadas duas dinâmicas diferentes – debate em grupo e dinâmica de grupo.

Durante o primeiro momento é contextualizado o Município de Oeiras na temática das alterações climáticas, o ponto de partida, o percurso na ação climática, os cenários e vulnerabilidades do território, os princípios orientadores do plano, os eixos estratégicos e linhas de ação. Posteriormente, e com foco nos eixos estratégicos, foram apresentadas algumas boas práticas já realizadas no Município de Oeiras.

Durante o segundo momento, foi pedida uma breve apresentação a cada um dos participantes, já agrupados por mesa temática. Na dinâmica de grupo, dispo de cada entidade da listagem das ações em discussão, pretendeu-se:

- Identificar ações em curso ou em preparação que possam complementar a informação conhecida e já disponibilizada, por forma a complementar o PAECO 2030+;
- Discutir o alinhamento e descrição de ações por forma a recolher contributos para identificação de eventuais limites à atuação das ações previstas;
- Sugestões de adequação do âmbito da ação.

4. Validação dos contributos

No sentido de possibilitar um contributo mais sistematizado e facilitado, foi disponibilizado um formulário online onde cada participante poderia contribuir, até ao dia 8 de novembro, com a identificação de sinergias, obstáculos ou sugestões relativas às ações em discussão ou à sugestão de novas ações.

5. Participação

Reunião temática 31 de outubro de 2023

Eixos Estratégicos em discussão	Participantes		
	Entidade	# Participantes	Contributos
1: Informação, Sensibilização e Conhecimento	Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos, E. M.	1	1
	Infraestruturas de Portugal	1	1
2: Conforto térmico e segurança	Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	1	-
	Área Metropolitana de Lisboa	1	-
3: Economia Circular e Consumo responsável	Agência Portuguesa do Ambiente	-	-
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera	1	-
4: Infraestrutura verde e Serviços de Ecossistemas	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV,I.P.)	1	1
	Faculdade de Motricidade Humana	1	1
5: Sistema Hídrico e Orla Estuarina	Atlântica - Instituto Universitário	-	-
	Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	-	-
6: Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	GlaxoSmithKline Portugal	-	-
	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora	2	1
7: Mobilidade Sustentável	Águas do Tejo Atlântico	-	1
	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M.S.A.	2	1
	APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A	-	1
	Lisboa E-Nova - Agência de Energia e Ambiente de Lisboa	-	-
	Instituto Superior Técnico - Tagus Park	1	-
	ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier	1	-
	ACECOA - Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora	1	-
	Oeiras Parque - O Shopping da Linha, Mundicenter, S.A.	-	-
	Nestlé Portugal	-	-
	Auchan Retail Portugal	-	-
	Seda Ibérica	1	1
	Parques Tejo	1	-
	OVIA - Oeiras Valley Investment Agency	1	-
	Transportes Metropolitanos de Lisboa	1	-
	E-Redes - Infraestruturas de Energia Elétrica	1	-
	REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	-	1
	Direção-Geral de Energia e Geologia	1	1
	Taguspark, Cidade do Conhecimento	1	1
	Lagoas Park	1	1
	Millennium BCP	1	1
	AstraZeneca	-	-
	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	1	1
	Coopernico - Energia Verde, Sustentabilidade, Cidadania	1	1
	Instituto Gulbenkian de Ciência	1	1
	Quinta da Fonte	1	1
	TOTAL	27	18



6. Contributos por Entidade

Águas do Tejo Atlântico (AdTA)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
Sistema Hídrico e Orla Costeira	
Contributo	Integração
Promoção da implementação de projetos piloto no âmbito da promoção de soluções de utilização de água residual tratada, como por exemplo o Projeto Piloto ApR Oeiras - Jardins do Palácio do Marquês de Pombal	
A AdTA encontra-se totalmente empenhada em colaborar com a CM de Oeiras no âmbito do PAECO 2030+, disponibilizando toda a colaboração necessária por parte das suas equipas	

Coopérnico - Energia Verde, Sustentabilidade, Cidadania

EIXOS ESTRATÉGICOS	
Infraestrutura Verde e Serviços de Ecossistemas	
Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Mobilidade Sustentável	
Contributo	Integração
Promoção de boas práticas através da elaboração e divulgação de guias na área da pobreza energética, avaliação da sustentabilidade para a construção sustentável, incentivos à eficiência energética, considerando meios alternativos de comunicação.	
Implementação de sensores de movimento nos semáforos e iluminação pública à noite	
Desenvolvimento de estudo do potencial de instalação de produção renovável eólica à escala de bairros e respetivo impacto	

Legenda:

Integrado Já considerado Não aplicável

Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)









EIXOS ESTRATÉGICOS

Informação, Sensibilização e Conhecimento

Conforto térmico e segurança

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Mobilidade Sustentável

Contributo	Integração
No âmbito das atividades de informação, Informação, Sensibilização e Conhecimento e de melhoria da sustentabilidade do edificado, incluir como público-alvo a população afetada pela pobreza energética, clientes vulneráveis, agregados familiares com baixos rendimentos e pessoas que vivem em habitação social.	
Utilização de boas práticas europeias na identificação e mitigação da pobreza energética.	
Disponibilidade para facultar informação e participar em atividades de Informação, Sensibilização e Conhecimento, em particular sobre produção descentralizada de energias renováveis, regulamentos e boas práticas.	
Considerar a participação do Município em concursos transnacionais promovidos pelas parcerias DUT - <i>Driving Urban Transition</i> e CETP - <i>Clean Energy Transition Partnership</i> do Programa Horizonte Europa, bem como nos diversos <i>webinars</i> e outras iniciativas promovidas por estas parcerias.	
Realização de um diagnóstico de doenças provocadas por más condições habitacionais e pela pobreza energética e promoção do envolvimento e capacitação de equipas de saúde para a identificação de população em situação de más condições habitacionais e injustiça climática.	
Desenvolvimento de metodologias que permitam monitorizar e contabilizar as reduções de GEE em cada ação realizada e identificar sinergias respetivas, assim como recolher informação relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis, de consumos de energia e promoção de eficiência energética.	
Promoção da integração de todos edifícios e infraestruturas municipais no Programa ECO.AP	
Promoção da utilização de tecnologias mais eficientes e mais ecológicas, inclusive a nível dos sistemas de aquecimento e arrefecimento no setor dos serviços, no setor de transportes, entre outros.	

Legenda:

 Integrado  Já considerado  Não aplicável

Faculdade de Motricidade Humana

EIXOS ESTRATÉGICOS

Infraestrutura Verde e Serviços de Ecossistemas

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Mobilidade Sustentável

Contributo

Integração

Promoção da realização de atividades no âmbito do exercício e saúde, a criação de ambientes de suporte a uma vida saudável, a criação de comunidades resilientes e o desenvolvimento da ideia de justiça climática



Grupo QDF, Acacia Point Capital Advisors Portugal

EIXOS ESTRATÉGICOS

Infraestrutura Verde e Serviços de Ecossistemas

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Mobilidade Sustentável

Contributo

Integração

Promoção do aumento da capacidade da rede elétrica no concelho, visando assegurar a capacidade de resposta à procura decorrente da mobilidade elétrica



Legenda:

 Integrado  Já considerado  Não aplicável

Infraestruturas de Portugal (IP)

EIXOS ESTRATÉGICOS

Informação, Sensibilização e Conhecimento

Conforto térmico e segurança

Mobilidade Sustentável

Contributo

Integração

Promover a integração dos impactes das alterações climáticas nas infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, para uma atuação mais eficaz e eficiente da Proteção Civil, para uma manutenção preditiva mais diretiva e eficiente dessas infraestruturas, para a emissão atempada de alertas, assim como para a avaliação de melhorias nas medidas de adaptação.



A IP considera a possibilidade de equacionar a integração de soluções de arquitetura bioclimática e de sombreamento em edifícios das estações e apeadeiros da linha ferroviária inseridos no concelho de Oeiras.



A IP tem interesse na promoção da intermodalidade no Concelho e está disponível para procura de soluções conjuntas e disponibilização de informação.



Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC)

EIXOS ESTRATÉGICOS

Infraestrutura Verde e Serviços de Ecossistemas

Contributo

Integração

Promoção da informação e capacitação de grandes consumidores para neutralidade carbónica, visando acelerar os objetivos do Município e, simultaneamente, aumentar a sustentabilidade financeira das entidades locais.



Legenda:



Integrado



Já considerado



Não aplicável

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)

EIXOS ESTRATÉGICOS

Informação, Sensibilização e Conhecimento

Economia Circular e Consumo Responsável

Contributo

Integração

Identificação de necessidades de formação e desenvolvimento de planos de formação dirigidos a professores e alunos, a formadores e formandos, sobre os riscos associados às Alterações Climáticas, incluindo a promoção da produção de manuais técnicos adaptados às matérias selecionada nos diferentes anos do ensino (primário e secundário).



Análise, promoção e implementação de estratégias inovadoras de comunicação no domínio das Alterações Climáticas.



Promoção da implementação e/ou participação em projetos vocacionados para a investigação na área das Alterações Climáticas e redução do desperdício alimentar.



Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ)

EIXOS ESTRATÉGICOS

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Contributo

Integração

O ISQ está disponível para colaboração com o Município de Oeiras na elaboração de um estudo para identificação de soluções de produção de energia renovável com potencial de implementação no território



Legenda:



Integrado



Já considerado



Não aplicável

Lagoas Park

EIXOS ESTRATÉGICOS

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Mobilidade Sustentável

Contributo

Integração

Promoção de soluções alternativas de mobilidade, tais como um shuttle específico e dedicado à comunidade do Lagoas Park e a expansão da rede ciclável a todo o concelho.



Promoção da criação de Comunidades de Energia e do envolvimento da comunidade nas mesmas, através do reforço de ações de divulgação.



Millennium BCP

EIXOS ESTRATÉGICOS

Informação, Sensibilização e Conhecimento

Conforto térmico e segurança

Mobilidade Sustentável

Contributo

Integração

Promoção, junto dos cidadãos e empresas de Oeiras, de todas as oportunidades de desenvolvimento de comunidades de energia, fomentando um processo integrado de licenciamento e implementação.



Legenda:



Integrado







Já considerado




Não aplicável

Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos, E. M. (Oeiras Viva, EM)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
Informação, Sensibilização e Conhecimento	
Economia Circular e Consumo Responsável	
Sistema Hídrico e Orla estuarina	
Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
Criação de um centro de interpretação de observação, divulgação e preservação da fauna e flora marinha.	
Implementação de uma estratégia de "Papel zero", já em iniciação na Oeiras Viva, EM.	
Promoção de melhores soluções e/ou melhores práticas no sentido da redução do consumo de água.	
A Oeiras Viva, EM está totalmente disponível para colaborar com Município de Oeiras no âmbito do PAECO 2030+, visando tornar os Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos energeticamente mais sustentáveis	

Redes Energéticas Nacionais (REN)

EIXOS ESTRATÉGICOS	
Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes	
Contributo	Integração
A REN está totalmente disponível para colaborar com a CM de Oeiras no âmbito do PAECO 2030+, em particular no âmbito da medida Fornecimento Energético Resiliente	

Legenda:

 Integrado  Já considerado  Não aplicável

Seda Ibérica

EIXOS ESTRATÉGICOS

Economia Circular e Consumo Responsável

Contributo

Integração

Promoção do reforço da comunicação destinada aos munícipes, visando alcançar uma maior separação de resíduos e o seu encaminhamento para a fileira correta, garantindo assim a sua reciclagem.



Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS de Oeiras e Amadora)

EIXOS ESTRATÉGICOS

Sistema Hídrico e Orla Costeira

Contributo

Integração

Os SIMAS de Oeiras e Amadora têm em curso um programa de combate às descargas ilegais e ligações indevidas de águas residuais domésticas a linhas de água, que permite fazer a deteção de descargas indevidas e impedir (maioritariamente) a contaminação de linhas de água e ribeiras



A reutilização de águas residuais tratadas possui enquadramento na legislação nacional (DL 119/2019 de 21 de agosto), sendo também possível a obrigatoriedade de introdução de uma 3.ª rede em fase projeto através da atualização do Regulamento de Abastecimento de Esgotos e Drenagem de águas Residuais



O SIMAS de Oeiras e Amadora possui uma rede monitorização em sistema de telegestão que se encontra disponível, estando também em elaboração um plano destinado a assegurar a capacidade de abastecimento de água para consumo.



Promoção de melhorias do sistema de rega através do replantio de escalracho e da introdução de sensores de humidade que permitam a rega apenas quando ela é necessária.



Legenda:

EIXOS ESTRATÉGICOS

Sistema Hídrico e Orla Costeira

 Integrado  Já considerado  Não aplicável




Taguspark, Cidade do Conhecimento

EIXOS ESTRATÉGICOS

Sistema Hídrico e Orla estuarina

Sistemas de Energia Sustentáveis e Resilientes

Mobilidade Sustentável




Contributo	Integração
Promoção da melhoria da qualidade da Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), de modo a que no Concelho de Oeiras deixem de existir zonas de fornecimento de energia elétrica do tipo C, com o objetivo de permitir o reforço da utilização da energia elétrica na descarbonização.	
Promoção de meios alternativos de mobilidade partilhada sustentável, através da utilização de scooters elétricas em substituição da utilização de trotinetes.	
Promoção da inclusão obrigatória de sistemas de aproveitamento de águas cinzentas e pluviais nos novos edifícios.	

Legenda:

 Integrado  Já considerado  Não aplicável

Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M.S.A. (TRATOLIXO)

Economia Circular e Consumo Responsável

Contributo	Integração
Criação de ecocentros, espalhados pelas freguesias do concelho, onde se promova o reaproveitamento de produtos em 2ª mão, bem como a reparação de outros.	
Ampliação e implementação efetiva em todo o concelho de Oeiras, da recolha seletiva de biorresíduos.	
Introdução do conceito de "gamification" em estabelecimentos de ensino para a recolha seletiva multimaterial, em articulação com a Tratolixo, através da adesão a iniciativas como o "campeonato Electrão.	

Economia Circular e Consumo Responsável

A Tratolixo está disponível para fornecimento do seu composto para utilização biológica, com o objetivo de promover a sua utilização e aceitação generalizada pelo público, bem como, para promover o conceito da circularidade e aumentar o “engagement” dos munícipes na separação dos biorresíduos na fonte.



No âmbito do projeto SimRecicla, a TRATOLIXO foi parceira no desenvolvimento de um conjunto pioneiro de simuladores que ajudam a conhecer de forma detalhada e completa todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens, promovendo a literacia sobre reciclagem. Estes simuladores estão disponíveis online, constituindo uma ferramenta digital adequada às necessidades de diferentes intervenientes e consumidores, com potencial de alterar comportamentos, apoiar o planeamento e a tomada de decisões e alavancar novos projetos no âmbito da reciclagem.



Legenda:



Integrado

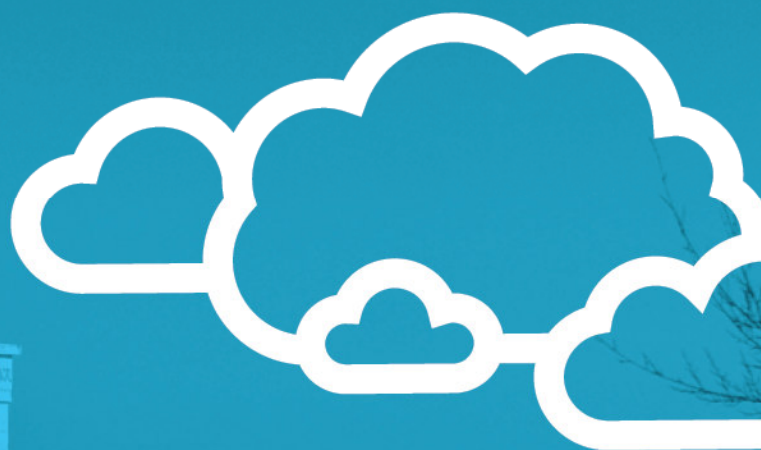


Já considerado



Não aplicável

IV. Consolidação dos Contributos



O processo de participação seguiu as seguintes etapas:

- análise e discussão de sugestões nas reuniões temáticas;
- validação das sugestões através de envio de contributos por email ou formulário;
- harmonização de contributos, de acordo com as opções metodológicas (exemplo: agregação estudos/ações).

Assim, no seguimento das 3 reuniões temáticas internas, todas as unidades orgânicas participantes validaram os seus contributos via email. Adicionalmente foi realizada uma sessão dirigida ao alinhamento do PAECO 2030+ com as linhas de financiamento disponíveis com a UO responsável, GATPI. Relativamente à reunião externa, os contributos foram enviados através de um formulário específico. Depois de analisados e consolidados todos os contributos, são de assinalar os seguintes resultados:

- 101 contributos validados por email;
- 0 impedimentos assinalados;
- 38 respostas ao formulário.

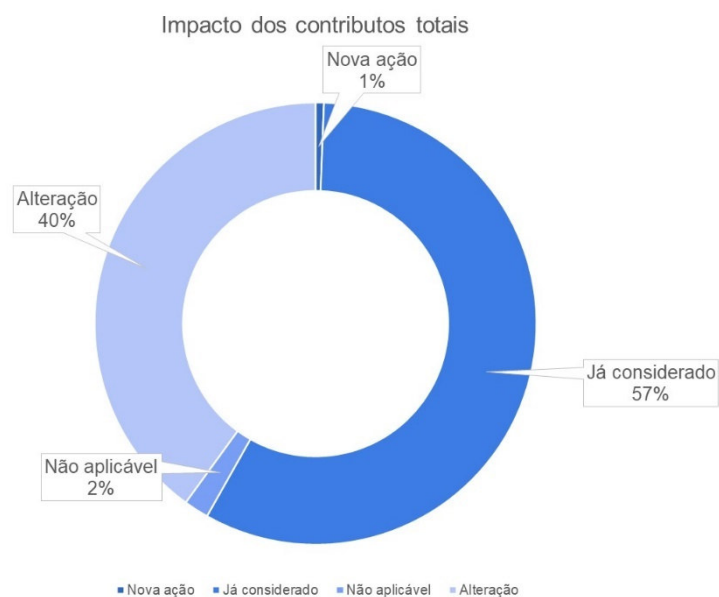
Para análise de cada um dos contributos foram consideradas 4 possibilidades de classificação:

- **Nova ação:** contributo com nova ação ainda não considerada, mesmo que parcialmente, numa das ações listadas.
- **Já considerado:** contributo com indicação de atividades já identificadas numa das ações listadas.
- **Não aplicável:** contributo que indica processos sem impacto ao nível dos objetivos do PAECO 2030+.
- **Alteração:** como resultado dos contributos, o âmbito ou texto de uma ou mais ações será modificado.

Através da aplicação desta classificação foi possível incluir todos os contributos relevantes das diferentes unidades orgânicas e entidades externas. Realizou-se uma reunião final para todos os participantes das reuniões temáticas internas com um ponto de situação dos contributos e apresentação da calendarização dos próximos passos para a elaboração do PAECO 2030+. Às unidades orgânicas que pretendessem adicionar novos contributos foi lhes dada a possibilidade de entregarem por email até 21 de setembro.



Com base na participação das 3 reuniões temáticas, bem como da reunião temática adicional e reunião de participação externa, foram recolhidos contributos validados pelas diferentes unidades orgânicas e entidades externas que podem ser sistematizados da seguinte forma:



Eixo	Nova ação	Já considerado	Não aplicável	Alteração
1	0	14	1	15
2	0	8	0	7
3	0	13	0	10
4	0	4	1	1
5	0	10	0	13
6	1	42	1	11
7	0	4	0	9

Salienta-se que a maioria dos contributos refletia sobre ações já consideradas, havendo uma identificação dos *stakeholders* com as medidas e as ações previamente selecionadas. Relativamente aos contributos que implicaram "Alteração" às ações, estas incidiram sobretudo sobre o seu âmbito de atuação (*e.g.* identificação do público-alvo da ação).

A reunião de ponto de situação permitiu transmitir a informação prévia à reunião de participação externa às unidades orgânicas do município e promover a recolha de contributos relativos aos indicadores de impacto e resultado associados às ações identificadas.

V. Fichas de Ações



Ação 1.1.1

Sensibilizar sobre ondas de calor e fenómenos de temperaturas extremas e riscos associados

Descrição	Promoção de ações de sensibilização e informação relativas aos fenómenos de temperaturas extremas, ondas de calor, rede de refúgios climáticos, bem como no âmbito do risco de aumento da ocorrência de doenças resultantes de transmissão por vetores, destinadas à comunidade em geral, aos trabalhadores municipais e comunidade educativa.
Objetivos	Assegurar que a população se encontra informada e preparada para atuar, de forma eficaz e eficiente, em situações de temperaturas extremas, ondas de calor e surtos de doenças transmitidas por vetores; Diminuir o impacto resultante da exposição da população a eventos extremos de temperatura, ondas de calor e doenças promovidas por vetores em caso de surto.
Justificação	Em cenários de alterações climáticas, projeta-se o aumento da frequência dos eventos de temperaturas atmosféricas elevadas, bem como o aumento generalizado das temperaturas máximas. Estes fenómenos encontram-se associados ao aumento de ondas de calor e à ocorrência de novos vetores e consequentemente um aumento da morbilidade. Esta ação pretende reduzir a vulnerabilidade da população a eventos de calor extremo, com particular relevância para a população mais vulnerável, através da preparação e informação dos cidadãos acerca das iniciativas preventivas e de resposta que podem ser tomadas na eventualidade da introdução de doenças transmitidas por vetores.
Incidência territorial	Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos;2.2. Comunidade Escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Trabalhadores e colaboradores do Município;3. Criar Rede de Refúgios Climáticos;<ol style="list-style-type: none">3.1. Identificar locais para implementação de refúgios climáticos;3.2. Implementar refúgios climáticos;4. Definir ações de prevenção para doenças transmitidas por vetores;<ol style="list-style-type: none">4.1. Identificar tipos de vetores e zonas do município mais críticas;4.2. Identificar medidas de autoproteção;5. Definir Sistema de Alertas relativo aos fenómenos de temperaturas extremas, ondas de calor e doenças transmitidas por vetores;6. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros) consoante o público-alvo;7. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.
Tipologia	Adaptação
Riscos climáticos	Eventos extremos de temperatura

Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) - Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º) Indicadores de impacto: - Taxa de morbilidade associada a ondas de calor (%)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	4 Anos (2024 - 2027)		
Setores associados	Economia; Segurança de pessoas e bens		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	Comunidade escolar Juntas de freguesia Empresas Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA (Sensibilização Ambiental); DE (Educação Ambiental); SMPC (Alertas); USST e DGO (Sensibilização e formação dos trabalhadores do município)		
Riscos à implementação	Falta de interesse da população		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (SAÚDE1.1, SAÚDE2.1, SAÚDE2.2, SAÚDE2.3, SAÚDE2.5) PMEPC		
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.2

Sensibilizar e formar para boas práticas na horticultura urbana

Descrição	Promoção de ações de sensibilização para apoio à implementação de boas práticas no âmbito da horticultura urbana, destinadas à comunidade em geral e comunidade educativa. [Atua sobre os resultados da ação 4.2.1]		
Objetivos	Assegurar o aumento de conhecimento dos horticultores urbanos para as práticas adequadas, em contexto de alterações climáticas.		
Justificação	Num contexto de alterações climáticas a disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade presente no Município de Oeiras apresenta externalidades positivas com o setor Agricultura e Segurança Alimentar. Neste sentido, considera-se que a promoção das espécies importantes do ponto de vista sinérgico junto dos horticultores, melhora de uma forma geral, o sistema agrícola. Assim pretende-se promover o conhecimento dos horticultores sobre as práticas que mais contribuem para a adaptação às alterações climáticas.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População com horta urbana assignada;2.2. Participantes dos programas de horta escolares. Neste âmbito, promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Organizações específicas com acesso a Horta Urbana;2.4. Trabalhadores e colaboradores do Município – Vinho de Carcavelos.3. Identificar espécies autóctones e importantes do ponto de vista sinérgico;4. Identificar técnicas aplicáveis para melhoria da resiliência das culturas aos impactes das alterações climáticas;5. Desenvolver de material de comunicação e apoio dedicado (<i>website, spots</i> publicitários, folhetos e outros), consoante o público-alvo;6. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) - Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)		

	Indicadores de impacto: - Área de Hortas urbanas com culturas adaptadas (m ²)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	5 Anos (2023 - 2027) (ação em continuidade)
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Segurança de pessoas e bens
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Comunidade escolar Municípios com talhão em horta urbana Organizações com horta urbana associada Juntas de freguesia
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA (Sensibilização Ambiental); DE (Educação Ambiental); Núcleo de Gestão do Projeto da Vinha e do Vinho Villa Oeiras
Riscos à implementação	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (Hortas urbanas e Escolares AGRI1.1, AGRI 1.2, AGRI 1.4, Vinho de Carcavelos AGRI2.1, AGRI2.2, AGRI 2.3, AGRI 2.4)
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.3

Sensibilizar para a preservação dos ecossistemas urbanos

Descrição	Promoção de ações de sensibilização tendo em conta o impacto das atividades humanas na regeneração dos ecossistemas e a importância dos ecossistemas urbanos na adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que se refere à regulação da temperatura e à promoção de uma boa vivência das populações, destinadas à comunidade em geral e comunidade educativa. [Atua sobre os resultados da ação 4.1.1]		
Objetivos	Aumentar o conhecimento do impacto das atividades humanas na regeneração dos ecossistemas e a importância dos ecossistemas urbanos na adaptação às alterações climáticas		
Justificação	O aumento do conhecimento sobre biodiversidade e serviços a ela associados, num contexto de alterações climáticas, terá um impacto positivo na gestão e preservação de espaços verdes, assim como na Saúde Humana, através do aumento do bem-estar proporcionado pelo contacto com a natureza. Poderá ter também um impacto positivo na educação e investigação. Assim pretende-se dar a conhecer a biodiversidade existente e ligar a população com a natureza, aspetos essenciais para atingir a sustentabilidade e promover a adaptação a alterações climáticas.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos;2.2. Comunidade Escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;3. Identificar impactes das alterações climáticas na Biodiversidade Urbana do Município;4. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website, spots</i> publicitários, folhetos e outros), consoante o público-alvo;5. Divulgar em websites, redes sociais, distribuir de panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo;6. Implementar ações de divulgação e sensibilização, em especial espécies mais afetadas num contexto de alterações climáticas;7. Incentivar ações de ciência-cidadã e envolvimento da população.8. Promover a criação de um centro de interpretação de observação, divulgação e preservação da fauna e flora marinha.9. Criar programa de literacia oceânica		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		61 250 €

	Benefícios: *****	Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Indicadores de impacto: - Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq	
Horizonte temporal	7 Anos (2024 - 2030) (ação em continuidade)	
Setores associados	Biodiversidade	
Entidade responsável	Município de Oeiras	
Parceiros locais a envolver	Entidades de ensino Juntas de freguesia Oeiras Viva Academia e instituições de investigação e desenvolvimento Associações não-governamentais de ambiente	
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA (Sensibilização Ambiental), DE (Educação Ambiental), GCI	
Riscos à implementação	Falta de interesse da população	
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (BIODIV3.1) Oeiras Tem Vida	
Objetivos setoriais¹⁰	Conforto térmico em espaços públicos	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.4

Sensibilizar sobre os riscos costeiros e inundações

Descrição	Promoção de ações de sensibilização sobre os riscos costeiros e inundações e medidas de autoproteção associadas, destinadas à comunidade em geral, aos trabalhadores municipais e comunidade educativa. [Atua sobre os resultados da ação 5.3.1]		
Objetivos	Aumentar o conhecimento relativamente ao risco costeiro e de inundações. Aumentar da participação da população em atividades de discussão e sensibilização.		
Justificação	Projeta-se o incremento dos eventos climáticos extremos ao longo do século XXI (com maior intensidade no final do século e considerando o cenário RCP8.5). As inundações e o galgamento costeiro, em resposta à tendência projetada de eventos de precipitação extrema e de subida do nível médio do mar, terão impacto na segurança de pessoas e bens em áreas com maior susceptibilidade do litoral de Oeiras. A aposta em medidas de carácter preventivo constituirá uma das formas mais eficientes e eficazes de diminuir o impacto dos fenómenos projetados, assim pretende-se dar a conhecer à população medidas de autoproteção de forma planeada, recorrendo a campanhas de sensibilização, informação e esclarecimento.		
Incidência territorial	Edifícios de interesse comunitário afetados por riscos costeiros e inundações, localizados nas áreas identificadas como mais susceptíveis		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos;2.2. Comunidade escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Trabalhadores e colaboradores do município;3. Identificar zonas críticas no município e população mais vulnerável;4. Identificar medidas preventivas e de proteção;5. Definir comunicação de sistema de alertas relativo aos fenómenos de cheias, inundações e galgamento costeiro;6. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros) consoante o público-alvo;7. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e inundações Costeiras		
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *****		Externalidades: + + + +
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de divulgação e sensibilização (n.º)		

	- Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º) Indicadores de impacto: - Mortes associadas a cheias e inundações (n.º)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	4 Anos (2024 - 2027) (ação em continuidade)
Setores associados	Segurança de pessoas e bens; Orla ribeirinha
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver ^a	Entidades de ensino Juntas de freguesia
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA (Sensibilização Ambiental); DE (Educação Ambiental); SMPC (alertas e sensibilização riscos); USST e DGO (Sensibilização e formação dos trabalhadores do município)
Riscos à implementação ^à	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (SEGUR2.1) PMEPC
Objetivos setoriais ¹	Linha de Costa

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.5

Criar programa de literacia energética

Descrição	Promoção de ações de sensibilização para a importância da mitigação das alterações climáticas e informação sobre soluções de melhoria de eficiência energética e produção renovável, destinadas à comunidade em geral, à população vulnerável à injustiça climática, aos trabalhadores municipais e comunidade, concretamente, aos setores residencial, empresarial e social.
Objetivos	Aumentar a capacidade dos participantes de analisarem os seus consumos energéticos e identificarem potenciais ações de redução de consumos de energia, de descarbonização e de diminuição da fatura energética.
Justificação	Projeta-se que, com o aumento da temperatura média acompanhado de fenómenos de ondas de calor e temperaturas elevadas, aumente a necessidade de energia para efeitos de climatização de edifícios, em especial nos períodos de maior procura. O objetivo desta ação é promover a eficiência energética, através da informação da população, para que possa identificar potenciais ações de redução de consumos de energia, de descarbonização e de diminuição da fatura energética.
Incidência territorial	Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos, setores residencial, empresarial e social;2.2. Comunidade escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Trabalhadores e colaboradores do município.3. Implementar um programa de melhoria da literacia energética dirigido ao setor residencial, empresarial e social, com recurso a equipamentos Smart-meetering ou contadores inteligentes já instalados.<ol style="list-style-type: none">3.1. Definição de termos de referência com identificação de objetivos específicos para a aquisição de equipamentos Smart-meetering, com plataforma de gestão e monitorização;3.2. Adquirir e instalar equipamentos Smart-meetering, com plataforma de gestão e monitorização;4. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros) consoante o público-alvo;5. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e a realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo;6. Realizar workshops, adaptados ao público-alvo, de informação e sensibilização sobre conceitos energéticos, nomeadamente:<ul style="list-style-type: none">• Análise de dados de faturação e diagramas de carga;• Soluções de melhoria de eficiência energética, visando aumentar a capacidade dos participantes de analisar os seus consumos energéticos e identificar potenciais ações de redução de consumos de energia;• Descarbonização e produção renovável;• Uso de equipamentos <i>Smart-meetering</i> ou contadores inteligentes, para a promoção do consumo responsável da energia.

Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	62 500 €		43 750 €
	Benefícios: *		Externalidades: ++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) - Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia <i>per capita</i> (MWh/hab.) 		
Metas	Redução de 5 814,60 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	DGEG Parques empresariais Juntas de freguesia		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GIT; DGA (Sensibilização Ambiental); DE (Educação Ambiental); SMP (alertas e sensibilização riscos); DGO (Sensibilização e formação dos trabalhadores do município)		
Riscos à implementação	Falta de interesse do público alvo		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação		
Objetivos setoriais ¹²	Emissões de CO ₂ eq; Transição justa		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto

ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.6

Criar Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática

Descrição	<p>Elaboração de um guia de boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática, incluindo os seguintes cadernos:</p> <ul style="list-style-type: none">i) Água: promoção do uso eficiente e reutilização da água;ii) Biodiversidade Urbana: promoção da preservação da biodiversidade urbana e valorização de recursos ecossistémicos;iii) Economia Circular: promoção do uso eficiente, reutilização e reciclagem de recursos;iv) Energia: promoção do uso eficiente de energia e produção de energia verde;v) Mobilidade: promoção de modos de transporte suaves e soluções de mobilidade sustentáveis (transportes partilhados e veículos sustentáveis).
Objetivos	<p>Promover boas práticas para a Sustentabilidade Energética e Ação Climática.</p>
Justificação	<p>Projeta-se que, com o aumento da temperatura média acompanhado de fenómenos de ondas de calor e temperaturas elevadas, aumente a necessidade de energia para efeitos de climatização de edifícios, em especial nos períodos de maior procura.</p> <p>O objetivo desta ação é promover a eficiência energética através da informação da população, de forma a que sejam implementadas boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática.</p>
Incidência territorial	<p>Concelho de Oeiras</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos, setores residencial, empresarial e social;2.2. Comunidade escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Trabalhadores e colaboradores do município.3. Identificar as boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática;4. Elaborar guia de boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática, composto pelos seguintes cadernos, adaptados ao público alvo:<ul style="list-style-type: none">i) Água: promoção do uso eficiente e reutilização da água;ii) Biodiversidade Urbana: promoção da preservação da biodiversidade urbana e valorização de recursos ecossistémicos;iii) Economia Circular: promoção do uso eficiente, reutilização e reciclagem de recursos;iv) Energia: promoção do uso eficiente de energia e produção de energia verde;v) Mobilidade: promoção de modos de transporte suaves, soluções de mobilidade sustentáveis;5. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros), adaptados ao público alvo;6. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, panfletos informativos, alertas em rádios locais, consoante o público-alvo.7. Assegurar a disseminação do Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática através do Balcão Único para a Energia e o Clima e comunidade educativa, assim como a população vulnerável à injustiça climática.

	8. Promover a realização de ações de educação e capacitação (ensino e formação) que aumentem a literacia sobre alterações climáticas, tomando como referência o Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática, introduzindo conceitos energéticos, soluções de melhoria de eficiência energética e produção renovável visando aumentar a capacidade dos participantes de analisar os seus comportamentos.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	45 900 €		32 130 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicações disponibilizadas (n.º) - Consultas online (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia <i>per capita</i> (MWh/hab.) - Emissões de CO₂eq per capita (tCO₂eq/hab.) 		
Metas	Redução de 7 303,77 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia; Energia e segurança energética; Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação; Economia Circular; Orla ribeirinha		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	DGEG		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA; DGRU; DE; DGO; GIT		
Riscos à implementação	Falta de interesse da população		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação		

**Objetivos
setoriais**

Emissões de CO₂eq; Energia verde; Transição justa

Ação 1.1.7

Criar Balcão Único para a Energia e o Clima

Descrição	Criação de Balcão Único para a Energia e o Clima, para informação e apoio técnico aos municípios (incluindo população vulnerável à injustiça climática), instituições e empresas, sobre regulamentos, boas práticas e exemplos de soluções de sustentabilidade energética e climática, abrangendo as vertentes de eficiência energética (como por exemplo as iniciativas CLASSE+, Portal casA+, AQUA+, eCIRCULAR e MOVE+, entre outros), produção descentralizada de energias renováveis (autoconsumo, comunidades de energia renovável, bairros de energia positiva), água, resíduos, entre outras.
Objetivos	Aumentara divulgação de informação e apoio técnico aos municípios, instituições e empresas, relativos a soluções de sustentabilidade energética e climática.
Justificação	<p>Projeta-se que, com o aumento da temperatura média acompanhado de fenómenos de ondas de calor e temperaturas elevadas, aumente a necessidade de energia para efeitos de climatização de edifícios, em especial nos períodos de maior procura.</p> <p>O objetivo desta ação é promover a eficiência energética através da informação aos municípios, instituições e empresas, de forma a apoiar a implementação de soluções de sustentabilidade energética e climática</p>
Incidência territorial	Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir o público-alvo por ação de sensibilização e informação;<ol style="list-style-type: none">2.1. População e subgrupos específicos, setores residencial, empresarial e social;2.2. Comunidade escolar. Neste âmbito promover a integração com Programa Oeiras EDUCA+, Área Temática: Ambiente e Sustentabilidade;2.3. Trabalhadores e colaboradores do município.3. Identificar as ações de avaliação da <i>performance</i> energética, potenciais ações de melhoria, acesso a programas de financiamento a divulgar nos diferentes formatos do Balcão para a Energia e Clima, tendo em conta o público alvo.4. Elaborar manual técnico de informação e apoio técnico de suporte ao investimento "Adaptação Energia e Clima - metas e vantagens do investimento", o qual terá atualização regular com referência às boas práticas implementadas no município e respetivas métricas.5. Criar Balcão Único para a Energia e o Clima de Oeiras (BU-ECO) nos seguintes formatos:<ul style="list-style-type: none">• BU-ECO <i>On-line</i>;• BU-ECO <i>pop-up</i> integrados com serviços municipais de proximidade (p.ex. Balcão de Apoio ao Empresário, Gabinetes de Ação Social);• BU-ECO permanente e em sítio próprio.6. Definir equipa técnica do Balcão Único para a Energia e o Clima e respetivas funções;7. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, spots publicitários, folhetos e outros), adaptados ao público alvo;8. Desenvolver e realizar de ações de capacitação específicas, adaptadas ao público-alvo;9. Assegurar a disseminação do Balcão Único para a Energia e o Clima através do <i>website</i> do município, redes sociais, Boletim Municipal mensal, entre outros.

Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	597 500 €		418 250 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - População abrangida (n.º) - Empresas beneficiadas (n.º) - Consultas realizadas (por vertente) (n.º) - Publicações disponibilizadas (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia <i>per capita</i> (MWh/hab.) - Emissões de CO₂eq <i>per capita</i> (tCO₂eq/hab.) 		
Metas	Redução de 33 710,68 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia; Energia e segurança energética; Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação; Economia Circular; Orla ribeirinha		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	-		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA; DGO; DDS; GATPI; GC		
Riscos à implementação	Falta de interesse da população		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)		
Objetivos setoriais ¹⁰	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde; Transição Justa		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

Ação 1.1.8

Valorizar o Observatório do Território com informação de Energia e Clima

Descrição	Inclusão no Observatório do Território de informação de Energia e Clima de Oeiras, a disponibilização de informação e monitorização do território, abrangendo as áreas de energia e eficiência energética, clima, água, resíduos, biodiversidade urbana, entre outras. O Observatório do Território dará suporte à monitorização da implementação do PAECO 2030+, integrando e congregando informação relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis, de consumos de energia e promoção de eficiência energética.
Objetivos	Aumentar a disponibilização de informação e monitorização da sustentabilidade energética e climática.
Justificação	Para além de comunicar com a população sobre os efeitos as alterações climáticas é igualmente fundamental a sua participação para a boa execução do PAECO 2030+. Assim, pretende-se com a presente ação informar os munícipes, instituições e empresas acerca dos progressos ao nível da implementação do PAECO 2030+ e respetivos resultados, entre outra informação relevante, contribuindo para o seu envolvimento e sensibilização.
Incidência territorial	Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir os termos de referência com identificação dos objetivos específicos para o desenvolvimento do Observatório do Território com Informação de Energia e Clima;3. Definir o processo de dinamização do Observatório do Território com Informação de Energia e Clima, atualização dos dados, análise e comunicação de resultados;4. Compilar dados de monitorização do território, abrangendo as áreas de energia e eficiência energética, clima, água, resíduos, biodiversidade urbana, mobilidade, ordenamento de território, entre outras;5. Criar o "Censos Ambiental", inquérito para aferir os comportamentos, o impacto das campanhas de mudança comportamental e da concretização da mudança de hábitos, no âmbito do PAECO 2030+;6. Compilar informação de monitorização relativa ao PAECO 2030+;7. Elaborar e disponibilizar relatórios de monitorização;8. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website, spots</i> publicitários, folhetos e outros);9. Assegurar a divulgação do Observatório do Território - Energia e Clima.
Tipologia	Adaptação e Mitigação
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Consultas <i>online</i> (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia per capita (MWh/hab.) - Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab.)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia; Energia e segurança energética; Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação; Economia Circular; Orla ribeirinha.		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolver	SIMAS Parques Tejo Oeiras Viva		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GIT DMOTDU; DMOGAH; DMEDSC; SMPC; GATPI; PM; GC		
Riscos à implementação	Dificuldades na obtenção de dados (p.ex. relativos aos particulares) Falta de interesse da população		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação		
Objetivos setoriais	Município eficiente; Biorresíduos; Infraestrutura verde		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.9

Criar quiosque de informação

Descrição	Criação de um quiosque de informação, num local estratégico, para disponibilizar informação e comunicação nas vertentes da energia, clima e mobilidade (informação sobre percursos pedonais, aquisição e reservas de produtos relativos à mobilidade). Colocar <i>smart mupies</i> disponibilizando igualmente esta informação.		
Objetivos	Implementar infraestruturas de divulgação distribuídas pelo concelho, relativas ao quiosque de mobilidade.		
Justificação	Para além de comunicar com a população sobre os efeitos as alterações climáticas é igualmente fundamental a sua participação Assim, pretende-se com a presente ação informar de forma próxima os munícipes, instituições e empresas acerca dos progressos ao nível da implementação do PAECO 2030+ e respetivos resultados, entre outra informação relevante, contribuindo para o seu envolvimento e sensibilização.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir os termos de referência com identificação dos objetivos específicos para o desenvolvimento do quiosque de informação;<ol style="list-style-type: none">2.1 Identificar o público-alvo;2.2 Identificar localizações estratégicas para implementação do quiosque de informação;3. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros);4. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e inundações costeiras; Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		61 250 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia per capita (MWh/hab.) - Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab.)		

Metas	Redução de 756,40 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia; Energia e segurança energética; Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação; Economia Circular; Orla ribeirinha;
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA; DGO; GIT; GC.
Riscos à implementação	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade elétrica; Mobilidade suave

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.1.10

Criar selo Parceiro para a Ação Climática

Descrição	<p>Promoção do envolvimento e reconhecimento das empresas e instituições, através do selo Parceiro para a Ação Climática e a divulgação das melhoras praticas aplicadas nas diferentes temáticas, p.ex.: Eficiência Hídrica, Eficiência Energética; Economia Circular; Produção de Energia Renovável e Mobilidade Sustentável.</p> <p>Criação nas escolas do projeto "Embaixadores Ambientais", para que jovens e docentes sejam responsáveis por dinamizar ações de sensibilização ambiental nas escolas, abrangendo todos os níveis de escolaridade do município. Este projeto inclui a realização do "Censos Ambiental", que considera uma avaliação dos progressos das mudanças adquiridas ao nível de hábitos sustentáveis e dos impactos que estas mudanças têm em Oeiras e a iniciativa "Juntos Fizemos" em que se divulgarão os resultados do "Censos Ambiental", e as melhores práticas para ação climática e descarbonização na comunidade escolar.</p> <p>Identificar as escolas beneficiárias do "Programa "Escola Verde" para a Eficiência Energética, e auto-produção de EE às quais será atribuído o selo "Escola Verde", de forma a promover as boas práticas realizadas dentro da comunidade escolar (relacionado com a Ação 6.1.1 - Melhorar a eficiência energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais").</p>		
Objetivos	Promover o envolvimento de empresas e instituições na implementação de medidas para a Ação Climática.		
Justificação	Promover o envolvimento de empresas e instituições na implementação do PAECO 2030+ através do seu reconhecimento e projeção.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir os termos de referência para a atribuição dos Selos nas diferentes temáticas;3. Identificar as empresas e instituições a envolver e formalizar as parcerias;4. Desenvolver material de comunicação e de apoio dedicado (<i>website, spots</i> publicitários, folhetos e outros);5. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	62 500 €		43 750 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Selos atribuídos (n.º)		

	Indicadores de impacto (Em função do selo atribuído): - Consumo de energia no setor serviços (MWh) - Produção Energia renovável (MWh) - Emissões CO ₂ por setor (tCO ₂ eq) - Consumo de água (m ³)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	7 Anos (2024 - 2030) (ação em continuidade)
Setores associados	Economia; Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	Empresas Instituições locais
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GATPI; DGA; DE; GC
Riscos à implementação	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde; Transição justa; Mobilidade elétrica; Mobilidade suave; Qualidade do ar; Ruído ambiental; Biorresíduos; Infraestrutura verde; Arborização.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.2.1

Promover a Investigação Científica no âmbito da Energia e Alterações Climáticas no território de Oeiras

Descrição	No âmbito da Estratégia para a Ciência e Tecnologia, dar continuidade ao programa de colaboração com as instituições de ensino, de investigação e desenvolvimento, com o objetivo de proporcionar, através de atribuição de bolsas, a realização de trabalhos de investigação nas áreas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.		
Objetivos	Promover a realização de trabalhos de investigação nas áreas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.		
Justificação	Promover o envolvimento de instituições de ensino, investigação e desenvolvimento na implementação do PAECO 2030+ e na produção de conhecimento de suporte à ação climática em Oeiras.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de implementação;2. Definir os termos de referência para a atribuição de bolsas e/ou a realização de trabalhos de investigação nas áreas de adaptação e mitigação das alterações climáticas;3. Identificar as instituições de ensino, investigação e desenvolvimento, com atividade na área da ação climática, a envolver e a formalizar parcerias;4. Desenvolver material de comunicação e apoio dedicado (<i>website</i>, <i>spots</i> publicitários, folhetos e outros);5. Divulgar em <i>websites</i>, redes sociais, distribuir de panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura; Galgamentos e Inundações Costeiras		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Bolsas atribuídas (n.º) Indicadores de impacto: - Projetos e publicações científicas sobre as alterações climáticas, com o Município de Oeiras como território de estudo (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia; Energia e segurança energética; Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação; Economia Circular; Orla ribeirinha.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver ^a	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GCI
Riscos à implementação ^à	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais ^b	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde; Município eficiente; Iluminação eficiente; Transição justa; Conforto térmico em espaços públicos; Mobilidade elétrica; Mobilidade suave; Qualidade do ar; Ruído ambiental; Biorresíduos; Infraestrutura verde; Arborização; Linha de Costa.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.2.2

Considerar os efeitos das alterações climáticas na frequência de ocorrência de eventos extremos

Descrição	Introdução na revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil a influência das alterações climáticas nos riscos associados ao clima.		
Objetivos	Rever e atualizar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oeiras, progressivamente em função das projeções das alterações climáticas mais recentes.		
Justificação	Os efeitos projetados das alterações climáticas, no que diz respeito à manifestação e frequência de eventos extremos e das vulnerabilidades climáticas identificadas para o setor Segurança de Pessoas e Bens, devem ser integrados no planeamento de emergência, em particular no plano de emergência de proteção civil para o território do Oeiras.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	1. Definir a equipa de acompanhamento; 2. Realizar sessões de trabalho visando a análise de necessidades e potencialidades de integração de revisões do Plano Municipal de emergência e Proteção Civil; 3. Realizar relatórios de monitorização.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Eventos extremos de Temperatura; Galgamentos e Inundações Costeiras		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *****		Externalidades: + + + +
Indicadores	Indicadores de resultado: - Revisões integradas (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	2 Anos (2025 - 2026) (ação em continuidade)		
Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens;		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolver	ANEPC AML		

Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: SMPC; USTT
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais¹⁸	Linha de Costa.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 1.2.3

Incluir vertente relacionada com as condições ambientais na Estratégia Municipal de Saúde

Descrição	<p>Desenvolvimento de um plano de ação dentro da Estratégia Municipal de Saúde para promover o reforço de serviços de saúde, através do fornecimento de informação relativa à poluição atmosférica e agentes aerobiológicos. Promover o reforço do diagnóstico rápido de doenças transmitidas por vetores e de doenças provocadas por más condições habitacionais e injustiça climática. Promoção do aumento da literacia em saúde e das medidas de prevenção por parte da população. Promover a sua integração na Estratégia Municipal para a Saúde.</p> <p>Promoção do envolvimento e a capacitação de equipas para a identificação de população em situação de más condições habitacionais e injustiça climática.</p> <p>Promoção ações de informação e sensibilização relativas ao impacto das condições ambientais, no estado de saúde em linha com a Estratégia Municipal de Saúde</p>		
Objetivos	<p>Contribuir para a diminuição da mortalidade e morbilidade da população, por causas relacionadas com a poluição atmosférica e agentes aerobiológicos.</p> <p>Aumentar a eficácia e eficiência do Sistema Nacional de Saúde no Município de Oeiras.</p> <p>Aumentar o nível de conhecimento da população em geral, acerca dos efeitos da poluição atmosférica, com vista a uma maior resiliência/capacidade de autoproteção.</p>		
Justificação	<p>Disponibilizar aos serviços de saúde, instrumentos de planeamento e informação relevante, destinada à melhoria da resiliência dos serviços de saúde e da sua capacidade de atuação.</p>		
Incidência territorial	<p>Concelho de Oeiras</p>		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos;3. Definir a equipa técnica de gestão;4. Elaborar o Plano e monitorização de resultados.		
Tipologia	<p>Adaptação</p>		
Riscos climáticos	<p>Eventos extremos de Temperatura;</p>		
Custos benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	62 500 €		43 750 €
	Benefícios: ****		Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Zonas críticas identificadas (n.º)- Serviços de saúde reforçados com informação (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p>		

	- Ocorrências associadas a doenças transmitidas por vetores (n.º)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	Entidades de saúde (centros de saúde e clínicas) Direção Geral de Saúde (DGS)
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DCS; SMPC; USTT; DGA.
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc..
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos; Qualidade do ar; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.1.1

Instalar sistemas de informação e de alerta sobre riscos climáticos associados a temperaturas extremas e ondas de calor e promover o conhecimento do efeito das ondas de calor e de temperaturas extremas no território

Descrição	Implementação sistemas de monitorização de risco climático, associado a temperaturas elevadas e ondas de calor, considerando as áreas prioritárias identificadas nos estudos PMAACO, permitindo que as autoridades competentes possam acionar as devidas diligências atempadamente, por forma a reduzir o risco, salvaguardando as pessoas e minimizando os prejuízos diretos e indiretos. Estudar os efeitos das ilhas urbanas de calor, das ondas de calor e de eventos de temperaturas extremas no território.		
Objetivos	Diminuir a vulnerabilidade da população, instituições e infraestruturas, a eventos perigosos associados às alterações climáticas. Melhorar os sistemas de alerta.		
Justificação	Projeta-se um aumento progressivo da temperatura e de fenómenos extremos, de ondas de calor e temperaturas muito elevadas, ao longo do século XXI. As infraestruturas encontram-se expostas ao aumento da temperatura, pelo que serão necessárias medidas que promovam o conforto de quem vive, trabalha e visita estes espaços. A implementação da ação proposta permite informar e reduzir o risco associado ao stress térmico, particularmente importante durante eventos de ondas de calor. A implementação de sistemas de monitorização, associados a temperaturas elevadas e ondas de calor, permite que as autoridades possam acionar as devidas diligências atempadamente, por forma a eliminar ou reduzir o risco, salvaguardando as pessoas, minimizando os prejuízos diretos e indiretos.		
Incidência territorial	Zonas identificadas com risco de temperaturas elevadas e ondas de calor.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar e comparar os tipos de sistemas de monitorização disponíveis no mercado;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição do sistema;4. Definir a equipa técnica de gestão do sistema de monitorização e análise de informação recolhida e estabelecer o sistemas de alerta;5. Implementar os sistemas de monitorização.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	225 000 €		180 000 €
	Benefícios: ****		Externalidades: +++++

Indicadores	Indicadores de resultado: - Equipamentos de monitorização instalados (n.º) Indicadores de impacto: - Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas (n.º)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	3 Anos (2025 - 2027)
Setores associados	Recursos Hídricos; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Orla ribeirinha.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	ANEPC IPMA Entidades de saúde (centros de saúde e clínicas) DGS
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: SMPC, USTT; DGA; GIT.
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (SAÚDE1.1)
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos; Qualidade do ar.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.1.2

Monitorizar os vetores potencialmente transmissores de doenças com impacto na saúde pública

Descrição	Elaboração de estudo para a Identificação de áreas de risco e definição de medidas de vigilância e controlo de doenças transmitidas por vetores, associados ao aumento da temperatura. Implementação de sistema de monitorização, controlo, divulgação e informação.		
Objetivos	Aumentar a monitorização de vetores e apoio à decisão em Saúde Pública. Diminuir o risco de exposição da população a doenças transmitidas por vetores.		
Justificação	Projeta-se, em cenários de alterações climáticas, o aumento da ocorrência de eventos extremos de temperaturas atmosféricas elevadas, bem como, a elevação das temperaturas mínimas, médias e máximas. Estas situações (entre outros fenómenos meteorológicos) contribuem para o aumento do risco de surtos e o aparecimento de doenças transmitidas por vetores. Assim, pretende-se com a presente ação contribuir para a diminuição da exposição da população a esta vulnerabilidade e para a diminuição dos impactos desta exposição, assim como, para uma perceção mais positiva do território para residentes e visitantes.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	1. Definir a equipa de acompanhamento; 2. Elaborar estimativas de custos para as medidas de vigilância e controlo; 3. Elaborar o projeto de execução; 4. Definir os termos de referência, com identificação dos objetivos específicos para a aquisição de serviços para a realização do estudo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Zonas críticas identificadas (n.º) - Vetores identificados (por espécie) (n.º) Indicadores de impacto: - Ocorrências verificadas e associadas a temperaturas elevadas (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	2 Anos (2025 - 2026)
Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Instituto de Higiene e Medicina Tropical Direção Geral de Saúde (DGS) Unidades de saúde pública (USP) dos Agrupamentos de Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo Entidades com intervenção na prestação de cuidados primários e hospitalares de saúde e promoção da literacia
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: SMPC; USTT; DGA; DCS
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução do plano, estudo, etc..
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (SAÚDE2.1)
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.1.3

Monitorizar a qualidade do ar

Descrição	Elaboração de estudo de qualidade do ar, para diagnóstico do território em termos ambientais, mapear zonas prioritárias de intervenção e definição de sistema de monitorização. Reforço da rede de sensores para criar uma rede de monitorização de poluentes atmosféricos e agentes aerobiológicos, tendo em conta o aumento de temperatura.		
Objetivos	Monitorizar de forma precisa e rigorosa os níveis de poluição atmosférica e aerobiológica, para apoio aos decisores em Saúde Pública. Diminuir a vulnerabilidade da população em geral (com especial foco na população mais vulnerável). Aumentar a informação fornecida à população, relativamente aos níveis de poluição no território municipal.		
Justificação	Projeta-se, em cenários de alterações climáticas, o aumento da ocorrência de eventos extremos de temperaturas elevadas, bem como, a elevação das temperaturas médias e máximas. Estas situações (entre outros fenómenos meteorológicos) contribuem para o incremento das concentrações de poluentes atmosféricos (tais como, o Ozono e as partículas PM10 e PM2.5), e também de agentes aerobiológicos, tais como pólenes. O incremento destas concentrações acarreta riscos acrescidos para a Saúde Humana, devido ao aumento das concentrações de poluentes atmosféricos e agentes aerobiológicos. Os principais efeitos dos poluentes atmosféricos na saúde fazem-se sentir ao nível do aparelho respiratório e cardiovascular. Assim, torna-se necessário garantir uma monitorização apropriada dos níveis de concentrações destes poluentes.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos para o estudo a realizar;3. Definir os termos de referência para o alargamento da rede de monitorização da qualidade do ar e agentes aerobiológicos, tendo em conta os requerimentos da OMS e Green City Accord;4. Identificar e comparar os tipos de sistemas disponíveis no mercado;5. Elaborar estimativas de custos para aquisição e implementação de rede de monitorização da qualidade do ar;6. Elaborar projeto de execução;7. Implementar o reforço da rede de sensores;8. Análisar os dados de qualidade do ar e propor ações de melhoria.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €

	Benefícios: ****	Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (n.º) - Equipamentos de monitorização de qualidade do ar e temperatura (n.º) - Zonas críticas identificadas (n.º) Indicadores de impacto: - Índice da qualidade do ar	
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq	
Horizonte temporal	2 Anos (2025 - 2026)	
Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens; Transportes e vias de comunicação.	
Entidade responsável	Município de Oeiras	
Parceiros locais envolver	a APA	
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA;GIT; SMPC; USTT; DMT; SMPC.	
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc..	
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (SAÚDE3.1 e SAÚDE3.2)	
Objetivos setoriais	Qualidade do ar	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.2.1

Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água, ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco de aumento de temperatura e ocorrência de ondas de calor

Descrição	<p>Elaboração de um estudo, e respetiva implementação, para identificação e integração de espécies e/ou variedades menos exigentes, ou adaptadas à escassez de água. Pretende-se diminuir o consumo de água dos espaços verdes urbanos e incrementar a utilização de espécies autóctones em detrimento de exóticas, apostando em espécies mediterrânicas com menor solicitação de água e maior resiliência e que promovam a qualidade do ar, considerando a época e locais de plantação. Análise da situação atual ao nível da adequação das espécies existentes e integração de novas espécies.</p> <p>A seleção das espécies deverá igualmente ter em consideração a emissão de agentes aerobiológicos, tais como pólenes.</p> <p>Implementação de um programa de plantação de vegetação adaptada ao clima e alterações climáticas no espaço verde público.</p> <p>Criação de um regulamento Municipal para a utilização de vegetação adaptada ao clima e alterações climáticas no espaço verde público.</p> <p>Medida com ligações com Eixo Estratégico 3 Economia Circular e Consumo Responsável e Eixo Estratégico 5 – Sistema Hídrico e Orla Estuarina,</p>
Objetivos	<p>Garantir a disponibilidade de água para rega nas hortas urbanas municipais nas épocas mais secas.</p> <p>Diminuir a quantidade de água de abastecimento público, utilizada para rega nas hortas urbanas e de espaços verdes urbanos municipais.</p> <p>Aumentar os níveis de produção nos viveiros municipais de espécies autóctones e minimização do risco de perdas e danos, em períodos de seca e ondas de calor.</p>
Justificação	<p>As projeções climáticas indicam um aumento das temperaturas, e conseqüentemente um aumento na frequência e duração das ondas de calor, com danos potencialmente elevados nas infraestruturas verdes. Assim, o uso de espécies e/ou variedades menos exigentes, ou adaptadas à escassez, de água permite obter uma melhor rentabilidade em situações onde se espera escassez de água, diminuindo o risco de perdas de vegetação e aumentando a poupança de água. A infraestrutura verde promove a regulação climática das áreas urbanas, criando espaços de arrefecimento passível de ser utilizados pela população em situações de temperaturas elevadas e ondas de calor.</p>
Incidência territorial	<p>Hortas urbanas e espaços verdes urbanos municipais</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação dos objetivos específicos para aquisição de serviços;3. Determinar e estabelecer programa de plantação de vegetação adaptada ao clima e alterações climáticas no espaço verde público;4. Criar Regulamento Municipal para a utilização de vegetação adaptada ao clima e alterações climáticas no espaço verde público.
Tipologia	<p>Adaptação</p>

Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura; Costeiras		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Área plantada com vegetação adaptada (m ²) Indicadores de impacto: - Consumo de água para regadio nos espaços verdes municipais (m ³ /m ²)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	4 Anos (2023 - 2026) (ação em continuidade)		
Setores associados	Agricultura e segurança alimentar; Biodiversidade; Economia.		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	-		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGEV; DGA; DOM; DOTPU; DGU; DPERU		
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (RH2.2)		
Objetivos setoriais	Infraestrutura verde, Arborização		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.3.1

Aplicar arquitetura bioclimática no edificado e no espaço público

Descrição	<p>Elaboração de um regulamento para integração de soluções de arquitetura bioclimática (sombreamento, coberturas verdes, etc.) no edificado e no planeamento do espaço público construído.</p> <p>Implementação de projetos-piloto, envolvendo empresas/investidores na área da tecnologia/sustentabilidade, em particular os sediados/parceiros no Concelho de Oeiras, visando a integração de soluções de arquitetura bioclimática em espaço público.</p> <p>Promoção do conforto térmico nos edifícios residenciais e de serviços existentes, incluindo infraestruturas de transporte público, de forma alinhada com os requisitos da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE). Promoção da arquitetura bioclimática em edifícios novos (<i>Zero emission buildings</i>), em particular através da consciencialização da comunidade para os benefícios energéticos, entre outros, da renovação, munindo-os da informação que potencie a realização das intervenções.</p>
Objetivos	<p>Aumentar o conhecimento em arquitetura bioclimática, com soluções direcionadas especial para a redução do fenómeno de ilha de calor urbano.</p> <p>Implementar medidas de arquitetura bioclimática e incorporar boas práticas no planeamento urbano.</p> <p>Integrar e interligar soluções de arquitetura bioclimática, entre os edifícios e o espaço público.</p>
Justificação	<p>Projeta-se que, com o aumento da temperatura acompanhado de fenómenos de ondas de calor e temperaturas elevadas, seja necessário promover a implementação de soluções de arquitetura bioclimática, por forma a reduzir a ocorrência de ilhas de calor, que pela sua perigosidade representam um risco elevado para a saúde e segurança das pessoas. Assim, a ação proposta é necessária para a adaptação do ambiente urbano construído, existente e futuro, bem como a sua integração com medidas de mitigação aos eventos extremos.</p>
Incidência territorial	<p>Concelho de Oeiras, dando prioridade aos espaços mais vulneráveis a temperaturas elevadas e/ou em contextos de pobreza energética e no traçado de novas edificações ou reabilitações.</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Inventariar edifícios e espaços públicos e identificar necessidades e oportunidades de intervenção, tendo em conta o aumento de temperatura e a ocorrência de ondas de calor (sombreamento, coberturas verdes, etc.);3. Elaborar um regulamento para integração de soluções de arquitetura bioclimática no edificado e no planeamento do espaço público construído;4. Elaborar um regulamento para atribuição de benefícios fiscais e bonificação de Licenças de Construção, a entidades privadas cujo projeto preveja soluções de arquitetura bioclimática, avaliadas por sistema de certificação como LiderA, BREEAM e LEED, ou similares;5. Determinar e estabelecer projetos-piloto, envolvendo empresas/investidores na área da tecnologia/sustentabilidade, em particular os sediados/parceiros no Concelho de Oeiras, visando a integração de soluções de arquitetura bioclimática em espaço público6. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, entre outros.

Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		30 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: ++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locais com soluções de arquitetura bioclimática implementadas (n.º) - Certificações LiderA, BREEAM, LEED ou similar (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia <i>per capita</i> (MWh/hab.) 		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	3 Anos (2025 - 2027)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Saúde humana; Segurança de pessoas e bens.		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	-		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DGU; DRU, DPE; DOM; DHM.		
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc..		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (MT10; MT31; MT32; MT33)		
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos,		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

Ação 2.3.2

Promover a reabilitação do espaço público para o conforto térmico

Descrição	Criação de programa de intervenções no espaço público, considerando soluções de sombreamento, plantação de árvores, adequação dos pavimentos, criação de zonas húmidas e otimização da rede de bebedouros e outras soluções viáveis para o conforto térmico. Desta forma, contribui-se para a redução do efeito de ilha de calor e para a redução das zonas impermeabilizadas.		
Objetivos	Aumentar o conforto térmico no espaço público.		
Justificação	A ação constitui uma oportunidade para realizar obras de reabilitação em áreas urbanas, assegurando o conforto e resiliência da população às temperaturas elevadas, aumentando o conforto térmico do espaço urbano.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras, dando prioridade às populações mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, nomeadamente em situação de pobreza energética, com menor autonomia e mobilidade, com os piores indicadores de risco de saúde e que habitem o edificado mais degradado e menos adaptado.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir de equipa de acompanhamento;2. Elaborar o levantamento de zonas para reabilitação do espaço público para o conforto térmico;3. Identificar áreas prioritárias de intervenção;4. Identificar soluções consoante as áreas de intervenção;5. Implementar soluções para reabilitação do espaço público para o conforto térmico.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	2 250 000 €		1 575 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Intervenções para a criação de sombra e conforto térmico (n.º) - Bebedouros acessíveis <i>per capita</i> (n.º/hab.) Indicadores de impacto: - Taxa de morbilidade associada a ondas de calor (%)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens
Entidade responsável	Município de Oeiras SIMAS
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DPU; DGU; DRU; DGEP; DHM.
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (MT10; MT31)
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços públicos

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 2.3.3

Implementar rede de refúgios climáticos

Descrição	Criação de uma rede de espaços de refúgio climático, assegurando, para pelo menos 80 % da população, o seu acesso a menos de 10 minutos a pé. Definir espaços interiores e exteriores que proporcionem conforto térmico e estejam acessíveis à população, de modo a que permitam enfrentar condições de temperatura extrema (frio e calor), mantendo outros usos e funcionalidades. Promoção de ações de informação e divulgação sobre a rede de refúgios climáticos.		
Objetivos	Aumentar o conforto térmico no edificado e no espaço público e reduzir a vulnerabilidade da população às condições extremas de frio e calor.		
Justificação	A ação permite melhorar o bem-estar da população vulnerável a condições extremas de frio e calor.		
Incidência territorial	Núcleos urbanos do Concelho de Oeiras, priorizando as áreas mais expostas a temperaturas elevadas e ondas de calor.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos para o estabelecimento de refúgios climáticos, com definição de zonas prioritárias e grupos vulneráveis;3. Identificar os locais de interesse e com as características necessárias para criação de refúgios climáticos;4. Definir espaços interiores e exteriores que proporcionem conforto térmico e estejam acessíveis à população;5. Implementar rede refúgios climáticos.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	1 250 000 €		875 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida por refúgios climáticos (n.º) - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Indicadores de impacto: - Taxa de morbilidade associada a ondas de calor (%)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		

Setores associados	Saúde humana; Segurança de pessoas e bens
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver a	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DGU; DRU; DOM; DGA; DCS; USTT; SMPC.
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Conforto térmico em espaços público

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.1

Promover a redução de resíduos

Descrição	<p>Ampliação de rede de intercâmbio de produtos em segunda mão (mobiliário, vestuário, e dispositivos elétricos e eletrónicos), reparações (<i>repair cafés</i>), sistemas de depósito e retorno.</p> <p>Articulação com as entidades gestoras de resíduos, a criação de ecocentros, distribuídos pelas freguesias do concelho, com o objetivo de promover o reaproveitamento de produtos em 2ª mão, bem como, a reparação de outros.</p> <p>Implementação de uma estratégia de "Papel zero" em serviços municipais. A valorizar o contributo do Município de Oeiras como organização para esta ação, através do projeto "Laboratório Vivo da Circularidade".</p>		
Objetivos	Ampliar redes de intercâmbio de produtos em segunda mão, reparações e sistemas de depósito e retorno.		
Justificação	A ação permite fomentar a economia circular no município através do intercâmbio de produtos em segunda mão, incentivo e apoio a reparações e criação de sistemas de depósito e retorno. Esta ação é uma oportunidade para reutilização de produtos, permitindo a sua obtenção através de custos mais baixos e incentivando a um modo de consumo responsável, na medida em que contribui para a redução de resíduos e poupança de recursos.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar os locais de implementação da ação, assegurando a proximidade à população, disponibilidade de espaço, condições de acessibilidade, entre outros relevantes (possibilidade de articulação com entidades gestoras de resíduos e/ou associações locais);3. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	150 000 €		105 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: ++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- População abrangida (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Taxa de reciclagem de resíduos municipais a nível territorial(%)		

	- Resíduos produzidos por habitante (t/hab.)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)
Setores associados	Economia circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Tratolixo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGRU; DGO
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Biorresíduos

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.2

Implementar sistema inteligente integrado de gestão de resíduos

Descrição	Implementação de sistema de gestão inteligente de resíduos, incluindo otimização de circuitos de resíduos e a integração de sensores nas viaturas e nos contentores associados.		
Objetivos	Ampliar sistema de gestão inteligente de resíduos		
Justificação	Necessidade de otimização de circuitos de resíduos e integração de sensores nas viaturas associadas e nos contentores, de forma a reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Compilar necessidades identificadas no PAPERSU municipal;3. Identificar e comparar tipos de sensores de viaturas e de contentores disponíveis no mercado;4. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição dos sensores;5. Implementar os novos circuitos e sensores de viaturas e contentores.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		61 250 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (n.º) Indicadores de impacto: - Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)		
Metas	Redução de 365,97 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Economia circular		
Entidade responsável	Município de Oeiras		

Parceiros locais envolver	a	Tratolixo
Recursos humanos necessários		Serviços do Município de Oeiras: DGRU; DGO
Riscos à implementação		Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)		Nova ação
Objetivos setoriais		Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.3

Promover o sistema de recolha seletiva de biorresíduos

Descrição	<p>Ampliação do sistema de recolha seletiva de biorresíduos a todo o Concelho de Oeiras, considerando os resultados do projeto piloto para a recuperação de biorresíduos, junto dos produtores domésticos (habitações) e não domésticos (comércio local), já implementado.</p> <p>Promoção da compostagem comunitária, para deposição de resíduos verdes, em complemento aos projetos de compostagem doméstica e não doméstica, já implementados no território.</p> <p>A valorizar o contributo do Município de Oeiras como organização para esta ação, através do projeto "Laboratório Vivo da Circularidade".</p>		
Objetivos	Abranger todo o Concelho de Oeiras no sistema de recolha seletiva de biorresíduos.		
Justificação	Necessidade de abrangência de toda a população do concelho na recolha seletiva de biorresíduos, considerando as metas nacionais estipuladas.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Análisar os resultados do projeto piloto e otimizar o sistema de recolha de resíduos;2. Identificar as áreas potenciais de replicação e respetivas necessidades e respetiva integração com necessidades identificadas no PAPERSU municipal;3. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos e características para a ampliação seletiva de biorresíduos e compostores comunitários e domésticos;4. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	1 341 753 €		939 227 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- População abrangida (n.º)- Biorresíduos encaminhados para reciclagem (kg) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Resíduos produzidos por habitante (kg/hab.)- Taxa de captura de biorresíduos (%)- Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)		

Metas	Redução de 2 133,13 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)
Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver a	Tratolixo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGRU; DGA; DGO
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Biorresíduos

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.4

Ampliar os sistemas de recolha seletiva

Descrição	Ampliação do sistema de recolha seletiva multimaterial, considerando fileiras de resíduos não existentes no território, tais como de pilhas e acumuladores (RPA) e de equipamentos eletrónicos (REE). Introdução do conceito de " <i>gamification</i> " para a recolha seletiva multimaterial, em articulação com entidades gestoras, através da adesão a iniciativas como o "Campeonato Electrão", por exemplo. A valorizar o contributo do Município de Oeiras como organização para esta ação, através do projeto "Laboratório Vivo da Circularidade".		
Objetivos	Ampliar o sistema de recolha seletiva multimaterial e aumentar a taxa de reciclagem.		
Justificação	Necessidade de abrangência de toda a população do concelho, na recolha seletiva multimaterial, considerando as metas nacionais estipuladas.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar as fileiras de resíduos não existentes e/ou a ampliar, em conformidade com necessidades identificadas no PAPERSU municipal;2. Identificar potenciais localizações para instalação de novos contentores de recolha seletiva, em conformidade com necessidades identificadas no PAPERSU municipal;3. Definir termos de referência com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição dos contentores;4. Instalar contentores;5. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
		1 750 000 €	1 225 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (por fileira) (n.º) Indicadores de impacto: - REEE encaminhados para reciclagem a nível territorial e do Município de Oeiras como Organização (kg) - Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem a nível territorial e do Município de Oeiras como Organização (kg)		

	- Taxa de reciclagem de resíduos municipais a nível territorial(%)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)
Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Tratolixo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGRU, DGA, DGO
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.5

Aplicar o princípio do Pay-As-You-Throw / Save-As-You-Throw / Receive-As-You-Throw

Descrição	Estudo da viabilidade de utilização de um sistema alternativo de taxa de resíduos, baseado em princípios PAYT (<i>Pay-As-You-Throw</i>) e/ou RAYT/SAYT (<i>Receive/Save-As-You-Throw</i>). Implementação de um sistema que promova a alteração para um modelo em que o custo de gestão dos resíduos suportados se relaciona de forma direta com o que cada um produz.		
Objetivos	Aumentar os níveis de reciclagem de resíduos e implementar tarifa variável de resíduos.		
Justificação	Esta ação visa a implementação de um sistema com incentivo para os cidadãos, por via financeira, que promove a gestão justa dos resíduos, considerando que cada um paga aquilo que produz. Desta forma, a tarifa de resíduos deixa de ser cobrada sob a forma de uma tarifa fixa e/ou associada a outros fatores e passa a ser cobrada sob a forma de uma tarifa variável, que depende da quantidade de resíduos produzidos e do serviço de recolha correspondente.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos para aquisição de serviços para a realização do estudo para viabilidade de utilização de um sistema alternativo de taxa de resíduos, baseado em princípios PAYT (<i>Pay-As-You-Throw</i>) e/ou RAYT/SAYT (<i>Receive/Save-As-You-Throw</i>), incluindo identificação potencial(ais) de modelo(s) tarifário(s);3. Lançar concurso público;4. Implementar sistema PAYT (<i>Pay-As-You-Throw</i>) e/ou RAYT/SAYT (<i>Receive/Save-As-You-Throw</i>).		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	3 500 000 €		2 450 000 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (n.º) Indicadores de impacto: - Resíduos produzidos por habitante (t/hab.) - Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)		
Metas	Redução de 4 197,63 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	21 Anos (2030 - 2050)
Setores associados	Economia Circula
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Tratolixo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGRU; DGO
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.6

Promover o consumo responsável

Descrição	Promoção do uso eficiente de recursos na construção e reabilitação nos equipamentos municipais, nomeadamente: i) Implementação de mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - <i>Zero Waste</i> , privilegiando a utilização de materiais de construção amigos do ambiente e reciclados; ii) Criação de uma estação de britagem e reintegração de materiais resultantes de demolições das obras (particulares e municipais) de maior dimensão.		
Objetivos	Aumentar o controlo do fluxo dos materiais utilizados nos processos de construção e reabilitação de edifícios.		
Justificação	Necessidade de introdução de mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU, na definição de prioridades na política de compras públicas destes resíduos.		
Incidência territorial	Equipamentos municipais do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Efetuar o levantamento das condições e necessidades existentes, no âmbito da inclusão de critérios ecológicos nos procedimentos de contratação pública, para os RCD e RU;3. Elaborar e implementar regulamentos internos para compras públicas ecológicas, tomando como referência os resultados do levantamento efetuado.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	625 000 €		437 500 €
	Benefícios: *****		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Critérios de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - <i>Zero Waste</i> implementados (n.º) Indicadores de impacto: - Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		

Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Tratolixo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DPERU; DOM, DHM; DGRU; DGO
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climatáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.7

Promover o consumo local

Descrição	<p>Promoção do consumo local, através da revitalização dos Mercados Biológicos já existentes. Criação de circuitos alimentares curtos, promovendo a proximidade geográfica entre produtores e consumidores, através da criação de uma plataforma digital de interligação entre cidadãos e estabelecimentos de comércio local e participação em projetos, tal como o <i>Foodlink</i>, no qual Município já se encontra a participa.</p> <p>Articulação com a TratoLixo, visando o fornecimento de composto para utilização biológica, com o objetivo de promover a sua utilização e aceitação generalizada pelo público, bem como, promover o conceito da circularidade e aumentar o "<i>engagement</i>" dos munícipes na separação dos biorresíduos na fonte (domicílio).</p>		
Objetivos	Criação de circuitos alimentares curtos.		
Justificação	O elevado uso dos recursos naturais, cuja capacidade de regeneração não acompanha o nível de procura, associado a um aumento da população, com um estilo de vida pouco saudável, é um dos desafios da atualidade, pelo que importa a redução da pegada ecológica por parte da população. Esta ação permite esta redução através da proximidade geográfica entre produtores e consumidores, reduzindo a distância de deslocação entre estes.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os critérios de classificação de produtos alimentares provenientes de circuitos curtos, considerando projetos de referência como o <i>Foodlink</i>, entre outros;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características da plataforma digital;4. Criar plataforma digital;5. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	20 000 €		14 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - População abrangida (n.º) - Consultas online (n.º)		

	Indicadores de impacto: - Resíduos produzidos por habitante (t/hab.)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a AML
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT, DGA, DGO
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Biorresíduos

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.8

Reduzir o desperdício alimentar

Descrição	<p>Promoção da redução do desperdício alimentar, através do reforço da recolha de excedentes em locais de confeção de alimentos (restaurantes, pastelarias, supermercados) e distribuição a famílias carenciadas através de projetos como o <i>Refood</i> em que o Município já participa.</p> <p>A valorizar o contributo do Município de Oeiras como organização para esta ação, através do projeto "Laboratório Vivo da Circularidade" com ações de sensibilização para o consumo responsável nos refeitórios (USG/DGO), em articulação com a empresa Eurest;.</p>		
Objetivos	Reduzir os níveis de desperdício alimentar.		
Justificação	Considerando a grande quantidade de alimentos desperdiçados <i>per capita</i> , a ação permite o aproveitamento de sobras de refeições intactas, ou dos excedentes alimentares, promovendo a sua distribuição por famílias carenciadas, devidamente sinalizadas.		
Incidência territorial	Famílias mais carenciadas do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar os locais de confeção de alimentos com interesse em aderir;3. Identificar famílias carenciadas, em articulação com serviços de apoio social e associações locais;4. Criar protocolos de colaboração;5. Divulgar em website e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas em rádios locais e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	150 000 €		105 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Entidades abrangidas (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Resíduos produzidos por habitante (t/hab.) <p>Biorresíduos encaminhados para reciclagem a nível territorial e do Município de Oeiras como Organização (kg)</p>		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	AML Empresas públicas e privadas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DDS; DGO
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Biorresíduos

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.1.9

Promover a economia circular

Descrição	Disponibilização de plataforma online de apoio ao estabelecimento de novos fluxos de materiais excedentes, através da divulgação de ofertas e procuras, boas práticas, entre outros. Disseminação do projeto SimRecicla, visando promover o aumento da literacia sobre reciclagem e informar, de forma detalhada e completa, sobre todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens no concelho.		
Objetivos	Aumentar o aproveitamento de materiais excedentes.		
Justificação	A ação permite fomentar a economia circular no Concelho, através da disponibilização de informação relativa a materiais excedentes, passíveis de reutilização e/ou reciclagem.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar fileiras de resíduos a integrar na plataforma, em articulação com a Ação 3.1.1 e a Ação 3.1.4 e em conformidade com necessidades identificadas no PAPERSU municipal;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características da plataforma online;4. Lançar concurso público;5. Criar plataforma online;6. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, distribuir panfletos informativos, comunicar alertas e realizar ações de capacitação específicas, consoante o público-alvo.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos			
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	20 000 €		14 000 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Consultas online (n.º) Indicadores de impacto: - Resíduos produzidos por habitante (t/hab.)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	21 Anos (2030 - 2050)		

Setores associados	Economia Circular
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Tratolixo AML Empresas publicas e privadas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGRU
Riscos à implementação	Falta de interesse da população
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.2.1

Otimizar o consumo de águas, de forma eficiente

Descrição	<p>Avaliação do potencial de reutilização de água não potável em usos urbanos compatíveis com a sua qualidade final, nomeadamente na rega de espaços verdes públicos, na lavagem de viaturas e vias públicas.</p> <p>Definição de procedimentos e orientações para o aproveitamento e controlo da quantidade de água não potável reutilizada.</p> <p>Avaliação do potencial de implementação de soluções que reduzam o uso da água, tal como a lavagem ecológica da frota automóvel municipal recorrendo ao sistema de lavagem efetuada manualmente, substituindo o uso da água por produtos específicos de alta qualidade (Nano Tecnologia).</p> <p>Reabilitação dos sistemas hidráulicos no âmbito da conservação do património municipal, como por exemplo: Quinta Real de Caxias, Estação Agronómica Nacional, entre outros.</p>		
Objetivos	Reutilizar a água não potável em usos urbanos compatíveis.		
Justificação	As projeções estimam uma diminuição da precipitação média anual até ao final do século, principalmente no cenário mais gravoso (RCP8.5), bem como o aumento da procura de água motivado pelo aumento da temperatura. Desta forma, a ação proposta pretende minimizar os efeitos destas alterações, promovendo o aproveitamento e reutilização de água não potável para outros usos urbanos, permitindo a redução dos consumos de água.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Estabelecer os contactos institucionais para a definição de procedimentos e orientações para o aproveitamento e o controlo da quantidade de água não potável reutilizada;3. Aplicar novos procedimentos e orientações.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	125 000 €		100 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Intervenções realizadas (n.º) Indicadores de impacto: - Consumos de água (m³)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Recursos Hídricos
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a SIMAS
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA;DGEV; DEM; DGO.
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PLAI-CAPT 2
Objetivos setoriais	Município eficiente

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.2.2

Instalar dispositivos de consumo de água eficientes

Descrição	Substituição de dispositivos de uso de água ineficientes por outros mais eficientes, incluindo intervenções para a redução de perdas de água nos equipamentos municipais.		
Objetivos	Substituir dispositivos de uso de água ineficientes por outros mais eficientes.		
Justificação	As projeções estimam uma diminuição da precipitação média anual até ao final do século, principalmente no cenário mais gravoso (RCP8.5), bem como o aumento da procura de água devido ao aumento da temperatura. Desta forma, é necessário minimizar os efeitos das alterações projetadas promovendo a redução dos consumos de água nos equipamentos municipais, através da implementação de sistemas mais eficientes.		
Incidência territorial	Equipamentos municipais do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar equipamentos municipais com dispositivos de uso de água ineficientes;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição dos dispositivos de uso de água;4. Lançar concurso para a aquisição dos equipamentos;5. Adquirir e implementar nos equipamentos.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	243 000 €		194 400 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Intervenções realizadas (n.º) Indicadores de impacto: - Consumos de água (m³)		
Metas	Redução de 53,38 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Recursos Hídricos		
Entidade responsável	Município de Oeiras		

Parceiros locais envolver	a	SIMAS
Recursos humanos necessários		Serviços do Município de Oeiras: DEM
Riscos à implementação		Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)		Nova ação
Objetivos setoriais		Emissões de CO ₂ eq; Município eficiente

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 3.2.3

Implementar sistema inteligente integrado de gestão de água

Descrição	Expansão do sistema inteligente integrado de gestão de consumos de água, já existente para os espaços verdes, para a instalação em equipamentos municipais. Implementação do sistema na rede do SIMAS, com a integração de sensores e controladores, para avaliação de perdas.		
Objetivos	Aumentar a abrangência do sistema inteligente integrado de gestão de consumos de água.		
Justificação	As projeções estimam uma diminuição da precipitação média anual até ao final do século, principalmente no cenário mais gravoso (RCP8.5), bem como um aumento da procura de água devido ao aumento da temperatura. Desta forma, é necessário minimizar os efeitos das alterações projetadas promovendo a redução dos consumos de água nos equipamentos municipais, através do controlo e monitorização dos seus consumos.		
Incidência territorial	Equipamentos municipais do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características dos sistemas inteligentes integrados;3. Lançar concurso para a aquisição de sensores e controladores;4. Adquirir e implementar sensores e controladores.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	75 000 €		60 000 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Intervenções realizadas (n.º) - Sensores instalados (n.º) Indicadores de impacto: - Consumos de água (m³)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)		
Setores associados	Recursos Hídricos		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	SIMAS
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Infraestrutura verde

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 4.1.1

Planear a definição territorial da infraestrutura verde municipal

Descrição	Estudo para a definição da extensão territorial da infraestrutura verde, considerando a consolidação dos corredores verdes e azuis, bem como as contratualizações necessárias para a sua concretização.		
Objetivos	Consolidar a infraestrutura verde a nível municipal, promovendo a interconectividade verde e azul e os serviços de ecossistemas.		
Justificação	A presente ação tem como finalidade contribuir para a conservação da biodiversidade urbana e gestão dos serviços dos ecossistemas associados, para a adoção futura de medidas de adaptação, com base no uso da infraestrutura verde e azul no contexto de alterações climáticas. Estas ações têm como trabalho de base a cartografia de espaços verdes e dos habitats naturais e seminaturais do município.		
Incidência territorial	Toda a infraestrutura verde do Município de Oeiras, incluindo zonas naturais e seminaturais.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para o levantamento e a identificação de locais a considerar para a extensão da infraestrutura verde;3. Articular com os IGT de modo a definir claramente os limites da infraestrutura verde;4. Identificar as contratualizações necessárias para a execução da infraestrutura verde.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	162 500 €		113 750 €
	Benefícios: *****		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Área de infraestrutura verde municipal planeada <i>per capita</i> (m ² /hab.) Indicadores de impacto: - Área de infraestrutura verde municipal executada <i>per capita</i> (m ² /hab.)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Biodiversidade; Economia; Saúde humana		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a Entidades Privadas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros); Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO Oeiras Tem Vida
Objetivos setoriais	Infraestrutura verde

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 4.1.2

Executar novas áreas afetadas à infraestrutura verde

Descrição	Em função das áreas identificadas na ação 4.1.1. concretizar as áreas afetadas a infraestrutura verde, consolidando os corredores verdes e azuis.		
Objetivos	Implementar novas áreas verdes; Consolidar a infraestrutura verde a nível municipal, promovendo a interconectividade verde e azul e os serviços de ecossistemas.		
Justificação	Pretende-se aumentar a infraestrutura verde e a sua conectividade, tendo por base o conhecimento adquirido ao nível da Ação 4.1.1. Assim, a ação proposta pretende promover o alargamento da estrutura verde, através da criação de novas áreas verdes e na potenciação dos serviços de ecossistemas providenciados pela biodiversidade designadamente habitats específicos, e promovendo a regulação microclimática, a regulação da qualidade do ar, a regulação da erosão do solo e a gestão da qualidade da água.		
Incidência territorial	Toda a infraestrutura verde do Município de Oeiras, incluindo zonas naturais e seminaturais.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para a implementação de novas infraestruturas verdes;3. Promover a contratualização das infraestruturas verdes identificadas em 4.1.1 através de IGT;4. Adequar a infraestrutura verde ao uso, tendo em conta o objetivo territorial da mesma.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	275 000 €		192 500 €
	Benefícios: *****		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Área de infraestrutura verde municipal executada <i>per capita</i> (m ² /hab.) Indicadores de impacto: - Ocorrências associadas a cheias e inundações (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	3 Anos (2026 - 2028)		

Setores associados	Biodiversidade; Economia; Saúde humana
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Entidades Privadas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DRU; DGEV; DGA,
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO
Objetivos setoriais	Infraestrutura verde

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 4.1.3

Regenerar a infraestrutura verde existente para promover os serviços de ecossistemas e o aumento da biodiversidade em contexto urbano

Descrição	Reabilitação da infraestrutura verde existente de modo a promover o controlo da temperatura, a infiltração de água, a resistência à inundação por água doce ou salobra, o aumento da capacidade de sumidouro natural, através do aumento da área arborizada e o aumento da biodiversidade urbana. Consolidação de um programa de controle de espécies invasoras e vetores, minimizando o uso de fitofarmacêuticos e biocidas. Determinação de zonas prioritárias de intervenção.		
Objetivos	Requalificar a infraestrutura verde existente; Promover a melhoria da infraestrutura verde, através do restauro ecológico de áreas verdes; Aumentar a preservação da biodiversidade e da conservação de espécies vulneráveis e/ou com interesse de proteção; Controlar o impacto da infraestrutura urbana na biodiversidade; Controlar a existência de espécies invasoras no território, em especial aquelas cujo impacto seja maior tendo em conta o aumento da temperatura.		
Justificação	Pretende-se reabilitar a infraestrutura verde e a sua conectividade através do restauro ecológico e da potenciação dos serviços de ecossistemas existentes, designadamente habitats específicos e promovendo a regulação microclimática, a regulação da qualidade do ar, a regulação da erosão do solo e a gestão da qualidade da água.		
Incidência territorial	A infraestrutura verde do Município de Oeiras, incluindo zonas naturais e seminaturais.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Realizar sessões de trabalho para identificar os regulamentos, nos instrumentos municipais e/ou nos IGT, destinados a promover a aplicação de coberturas e fachadas verdes e arborização no edificado e espaço urbano construído;3. Atualizar regulamentos municipais e/ou IGT;4. Desenvolver ações de comunicação sobre serviços de ecossistemas aplicáveis no Território de Oeiras.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura; Cheias e Inundações; Galgamentos e inundações costeiras		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	1 096 525 €		767 568 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de reabilitação infraestrutura verde (n.º)		

	Indicadores de impacto: - Sequestro de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano) - Consumo de água /m ² infraestrutura verde (m ³ /m ²)
Metas	Redução de 1 075,23 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)
Setores associados	Biodiversidade; Economia; Segurança de pessoas e bens
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOM; DGEV; DGA
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO Oeiras Tem Vida PMAAC-AML
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Infraestrutura verde, Arborização

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 4.1.4

Promover a conectividade verde em contexto urbano

Descrição	Introdução nos regulamentos municipais e nos instrumentos de gestão territorial mecanismos que incentivem e regulem a aplicação de coberturas, fachadas verdes e a arborização no edificado e espaço urbano construído.		
Objetivos	Promover e incentivar a aplicabilidade de soluções de conectividade verde.		
Justificação	Pretende-se com esta medida diminuir o impacto da fragmentação dos espaços verdes (em particular espaços verdes públicos), promovendo a conectividade das áreas verdes e azuis através do planeamento da infraestrutura verde do município e criação de corredores ecológicos.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Realizar sessões de trabalho visando a identificação de regulamentos e incentivos municipais e/ou nos IGT, destinados a promover a aplicação de coberturas, fachadas verdes e arborização no edificado e espaço urbano construído;3. Aprovar e atualizar regulamentos municipais e/ou IGT;4. Desenvolver ações de comunicação.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura; Cheias e Inundações;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	625 000 €		437 500 €
	Benefícios: ***		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: – Licenças atribuídas a coberturas/fachadas verdes (n.º) - Árvores plantadas em meio urbano (n.º) Indicadores de impacto: - Índice da qualidade do ar		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	11 Anos (2025 - 2035)		
Setores associados	Biodiversidade; Economia; Saúde humana		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DRU; DEP; DOM; DGEV; DHM
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Oeiras Tem Vida - Estratégia para a Biodiversidade do Município de Oeiras
Objetivos setoriais	Qualidade do ar; Infraestrutura verde, Arborização

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.1.1

Melhorar o sistema de drenagem e promover a retenção e/ou infiltração de águas pluviais

Descrição	<p>Realização de um levantamento de necessidades de modernização, conservação e redimensionamento dos sistemas de drenagem de águas pluviais, assim como de instalação de bacias de retenção, criação de descarregadores de tempestade ou reservatórios. Potenciar a captação e retenção de águas pluviais e o seu aproveitamento para fins não potáveis (rega, lavagem de ruas e equipamentos, entre outros) sempre que possível, inclusive através da introdução de medidas no RPATORMO.</p> <p>Desenvolvimento, com as entidades competentes (APA, ADTA, SIMAS), de um programa de erradicação de descargas ilegais e ligações indevidas de Águas Residuais Domésticas às Águas Residuais Pluviais e às linhas de água.</p>
Objetivos	<p>Aumentar o aproveitamento de água pluvial e redução do consumo de água potável; Aumentar a salvaguarda das infraestruturas de drenagem de água pluvial.</p>
Justificação	<p>As projeções prevêem a diminuição da precipitação média anual até ao final do século no cenário mais gravoso (RCP8.5) e o aumento da procura de água para diversos fins (consumo, rega) devido ao aumento da temperatura. Neste sentido, é necessário minimizar estes impactos promovendo um uso responsável do recurso à água e a implementação de soluções de conservação.</p> <p>Igualmente, no final do século projeta-se que o caudal disponível nas linhas de água do Município de Oeiras não seja suficiente para manter o caudal ecológico, podendo constituir uma ameaça futura aos ecossistemas fluviais.</p> <p>Relativamente à recarga dos aquíferos, projeta-se uma maior concentração de recarga nos meses de inverno em ambos os cenários (RCP4.5 e RCP8.5). Contudo, atendendo aos valores de recarga anuais, estes podem ser inferiores aos valores observados para o período de referência (válido para o cenário RCP8.5). A ação proposta pretende assim minimizar os efeitos destas alterações, promovendo um uso responsável do recurso.</p> <p>A criação de reservatórios ou bacias de acumulação de águas pluviais, permite acumular caudais que ultrapassem a capacidade de vazão das estruturas existentes, contribuindo para melhorar o sistema de drenagem e aumentar a capacidade de retenção e infiltração de águas pluviais.</p>
Incidência territorial	<p>Concelho de Oeiras</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para o levantamento de necessidades de conservação e redimensionamento dos sistemas de drenagem de águas pluviais;3. Definir os termos de referência para a criação de reservatórios ou bacias de acumulação de águas pluviais e/ou implementação de descarregadores de tempestade ou reservatórios;4. Lançar concurso público para a implementação de descarregadores de tempestade ou reservatórios e outras ações identificadas no ponto anterior;5. Implementar as soluções.
Tipologia	<p>Adaptação</p>

Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras; Disponibilidade Hídrica;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Taxa de implementação do plano de ação (%) Indicadores de impacto: - Ocorrências danosas de cheias e inundações (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Recursos Hídricos		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	SIMAS APL		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DOM; DGA;SMPC		
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (MT08) PMAAC-AML PLAI-caPT 2		
Objetivos setoriais	Município eficiente		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.1.2

Desenvolver plano de ação para cheias e inundações

Descrição	<p>Elaboração de um Plano de Intervenções para zonas prioritárias, identificadas com base no histórico de eventos de cheias e inundações, tal como as ocorridas em dezembro de 2022 e com base no Estudo Hidrológico e Hidráulico das Bacias Hidrográficas de Oeiras (2011).</p> <p>Revisão e reavaliação do Estudo Hidrológico e Hidráulico das Bacias Hidrográficas de Oeiras (2011), para suportar a revisão do PDM e elaboração do plano de ação.</p> <p>Deverá ser contemplado o uso de técnicas de bioengenharia para amortecimento do pico de cheia e aumento da infiltração, potencial implementação de bacias de retenção e diques de proteção contra cheias, implementação de sistemas de previsão e alerta para cheias, inundações e galgamentos costeiros, entre outros.</p>		
Objetivos	<p>Minimizar os efeitos decorrentes de eventos de precipitação sobre o abastecimento e qualidade da água;</p> <p>Minimizar os efeitos decorrentes de cheias, inundações e galgamentos costeiros, na população.</p>		
Justificação	<p>Atendendo aos cenários de alterações climáticas estudados, projetam-se um aumento dos eventos extremos de precipitação com consequência para as áreas de risco de inundações, associadas às ribeiras de Oeiras. Neste sentido, a extensão das áreas inundáveis tende a ser maior e a altura da coluna de água tende a aumentar.</p> <p>As tendências projetadas têm impactos para todas as linhas de água que atravessam o município de Oeiras, com particular severidade nas zonas de foz dos cursos de água, devido à interação entre as inundações pluviais, a subida do nível médio do mar, as marés e situações de tempestade (sobrelevação meteorológica).</p>		
Incidência territorial	<p>Zonas de linhas de água em que os impactos derivados de inundações e galgamentos afetem áreas definidas como críticas.</p>		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para a elaboração de um Plano de Intervenções para zonas prioritárias; Considerar a inclusão da informação recolhida pela DCS associada à identificação de programas de Apoio às intemperies para a determinação de Zonas prioritárias e determinação do impacto material e humano dos Danos.3. Definir os termos de referência para a revisão e reavaliação do Estudo Hidrológico e Hidráulico das Bacias Hidrográficas de Oeiras;4. Definir os termos de referência para definição de sistemas de previsão e alerta para cheias, inundações e galgamentos costeiros;5. Identificar intervenções a realizar e soluções a implementar;6. Executar intervenções em zonas prioritárias.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	62 500 €		50 000 €

	Benefícios: *****	Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: Taxa de implementação de ações programadas (%)	
	Indicadores de impacto: Danos causados pelas cheias e inundações (€)	
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq	
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)	
Setores associados	Recursos Hídricos	
Entidade responsável	Município de Oeiras	
Parceiros locais a envolver	APA AML APL	
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT, DPU, DGU, DEP, DGEP, SMPC	
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climática, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);	
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PELACO Estudos PMAACO (RH1 MT01 MT04 MT05 MT06 MT07 MT14) PMAAC-AML	
Objetivos setoriais	Linha de Costa	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.2.1

Reutilizar água não potável

Descrição	<p>Avaliação do potencial de reutilização de água não potável, como águas pluviais ou águas cinzentas de Edifícios e Infraestruturas Municipais, recorrendo a Soluções baseadas na Natureza (SbN) e/ou soluções tecnológicas, para usos urbanos compatíveis com a sua qualidade final (em conformidade com o Decreto -Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto), tais como rega de espaços verdes públicos, lavagem de viaturas, contentores e vias públicas, entre outros.</p> <p>Promoção da implementação de projetos piloto no âmbito da promoção de soluções de utilização de água residual tratada (Água para Reutilização - ApR).</p> <p>Definição de procedimentos e orientações para o aproveitamento e controlo da quantidade de água não potável reutilizada.</p> <p>Incentivo à adoção da terceira rede em edifícios privados, em particular em projetos de maior dimensão (empresas, indústria e serviços), através da divulgação de benefícios ambientais e económicos.</p> <p>Atribuição de benefícios fiscais e bonificação de Licenças de Construção a entidades privadas que implementem soluções de aproveitamento de águas residuais tratadas ou águas pluviais, nos termos do disposto no artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual (EBF).</p>
Objetivos	Utilizar novas fontes de água e redução de consumo de água para rega de espaços verdes públicos, lavagem de viaturas, contentores e vias públicas, entre outros.
Justificação	<p>Tendo em conta as projeções de diminuição da precipitação média anual até ao final do século, principalmente no cenário mais gravoso (RCP8.5), e ao aumento da procura de água devido ao aumento da temperatura, é necessário promover um uso responsável do recurso água, nomeadamente através do uso de água não potável para usos menos nobres.</p> <p>No final do século projeta-se que o caudal disponível nas linhas de água do Município de Oeiras não seja suficiente para manter o caudal ecológico, podendo constituir uma ameaça futura aos ecossistemas fluviais. Relativamente à recarga dos aquíferos, os valores de recarga anuais, podem ser inferiores aos valores atuais (válido para o cenário RCP8.5). Assim, a ação proposta pretende minimizar os efeitos destas alterações, promovendo um uso responsável do recurso.</p>
Incidência territorial	Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar possíveis fontes de água não potável e usos.3. Determinar infraestrutura necessária e plano de intervenções4. Estabelecer contatos institucionais para adopção de procedimentos;5. Realizar um plano de intervenções para a promoção da reutilização de água não potável.6. Reforço da comunicação interna por forma a privilegiar, que em intervenções da CMO sejam aplicadas as melhores práticas de reutilização de água não potável;7. Divulgar e disseminar os resultados obtidos.
Tipologia	Adaptação

Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	125 000 €		100 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Taxa de reutilização de água não potável (%) - Edifícios com terceira rede (n.º) Indicadores de impacto: - Consumos de água per capita (m³)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Economia; Recursos Hídricos		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	SIMAS ADTA		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA; DGU Outras Entidades: SIMAS; ADTA		
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO PMAAC-AML PLAI-CApt2		
Objetivos setoriais	Município eficiente		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.2.2

Salvaguardar os aquíferos

Descrição	<p>Elaboração de estudo de caracterização dos aquíferos e estado atual dos aquíferos no território concelhio, em termos quantitativos e qualitativos, e análise de impactes e viabilidade de implementação de soluções de recarga de aquíferos em zonas estratégicas e no âmbito das operações de urbanização e obras municipais, através da introdução de medidas no RPATORMO.</p> <p>Identificação de indicadores de sobre-exploração de recursos hídricos subterrâneos e implementação de um sistema de monitorização dos aquíferos mais vulneráveis.</p>		
Objetivos	<p>Aumentar a monitorização e previsão dos impactes da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos aquíferos;</p> <p>Reduzir a sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos.</p>		
Justificação	<p>Tendo em conta as características do Município, nomeadamente no que se refere à sua faixa estuarina, deve-se promover a proteção e a monitorização face aos impactos projetados devido à subida do nível médio do mar e consequente evolução da cunha salina.</p> <p>No final do século, de acordo com estudos PMAACO, projeta-se que o caudal disponível nas linhas de água do Município de Oeiras não seja suficiente para manter o caudal ecológico, podendo constituir uma ameaça futura aos ecossistemas fluviais. Relativamente à recarga dos aquíferos, os valores de recarga anuais, podem ser inferiores aos valores atuais. Assim, a ação proposta pretende assim minimizar os efeitos destas alterações, promovendo um uso responsável do recurso.</p>		
Incidência territorial	Zonas de recarga de aquíferos		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos de aquisição de serviços para realização de estudo;3. Estabelecer contatos institucionais para adoção de procedimentos e medidas;4. Elaborar levantamento de sistemas existentes e elaborar estimativas de custos para aquisição e implementação de sistemas;5. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos e características do sistema de monitorização;6. Implementar sistema de monitorização.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras; Disponibilidade Hídrica;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: + + + +
Indicadores	Indicadores de resultado:		

	- Furos licenciados (N.º) Indicadores de impacto: - Qualidade da água (Salinidade, azoto e outros parâmetros relevantes)
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)
Setores associados	Recursos Hídricos; Orla ribeirinha
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	a SIMAS ADTA
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DGA. Outras Entidades: SIMAS; ADTA
Riscos implementação	à Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climática, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PELACO Estudos PMAACO (RH2 MT02 MT09) PMAAC-AML PLAI-CApt2
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.2.3

Promover o abastecimento de água resiliente

Descrição	Elaboração de estudo prévio para a implementação de procedimentos de gestão e monitorização dos sistemas de abastecimento de água, incluindo a instalação de caudalímetros, videovigilância ou outros, em localizações estratégicas, visando: i) Promover uma maior eficácia do sistema, quer ao nível na reparação de condutas, quer ao nível do controlo das perdas, furtos e consumos de água; ii) Assegurar a capacidade de abastecimento de água, para consumo e rega, mesmo em períodos de seca.		
Objetivos	Assegurar um sistema de abastecimento eficaz e adaptado, tendo em conta os riscos associados às alterações climáticas.		
Justificação	Tendo em conta as projeções de diminuição da precipitação média anual até ao final do século, principalmente no cenário mais gravoso (RCP8.5), e ao aumento da procura de água devido ao aumento da temperatura é necessário promover um uso responsável do recurso e a implementação de soluções de conservação.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos de aquisição de serviços para realização de estudo;3. Definir intervenções a realizar;4. Implementar do sistema de abastecimento de água;5. Divulgar e disseminar dos resultados obtidos.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras; Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	87 500 €		70 000 €
	Benefícios: ***		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Equipamentos instalados (N.º) Indicadores de impacto: - Volume de perdas de água anual (m³)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)		

Setores associados	Economia; Recursos Hídricos
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	SIMAS ADTA
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGA; DGEV; DOM Outras Entidades: SIMAS; ADTA
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climática, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO PMAAC-AML
Objetivos setoriais	Município eficiente

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.3.1

Promover a proteção de edifícios em risco de inundação costeira ou galgamento costeiro e de estruturas de defesa costeira e portuárias existentes e proteção e manutenção de praias

Descrição	Desenvolvimento de um Plano de Mitigação de Riscos de Inundação ou Galgamento Costeiros, considerando: i) Soluções de defesa costeira (ou estuarinas) e eventual redimensionamento de estruturas de defesa costeira e portuárias existentes, de forma a mitigar os riscos de inundação e galgamento costeiros, atuais e futuros, em áreas e edifícios de interesse público, conforme identificado no âmbito dos estudos PMAACO. Sempre que possível, deverá ser dada preferência a soluções de defesa costeira (ou estuarinas) baseadas na natureza/engenharia natural; ii) Soluções de minimização de riscos de perda de área útil das praias concelhias, atuais e futuros, em particular através alimentação artificial de praias e construção de estruturas de retenção quando necessário, conforme identificado no âmbito dos estudos PMAACO.		
Objetivos	Diminuir infraestruturas ativas e população exposta ao risco de inundação derivada de galgamento costeiro; Adaptação e proteção das infraestruturas existentes.		
Justificação	Tendo em conta as características do município nomeadamente no que se refere à sua faixa estuarina, maioritariamente, composta por núcleos urbanos consolidados, com a linha de costa com a presença de estruturas de defesa costeira, e com infraestruturas rodoviárias e ferroviárias intermunicipais adjacente a esta, deve-se promover a manutenção da proteção face aos impactos projetados de galgamentos costeiros e inundações devido à subida do nível médio do mar e à ocorrência de tempestades. Tendo também em conta a perda de área útil das praias, torna-se também essencial acautelar as atividades económicas turísticas e de comércio associadas, muito dependentes da qualidade balnear que é atualmente oferecida pelo território (turismo de sol e mar), aumentando a resiliência das mesmas. Assim, pretende-se promover a manutenção da proteção face aos impactos projetados, por forma a se continuar a usufruir destas áreas garantindo a segurança das pessoas.		
Incidência territorial	Zona costeira		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos de aquisição de serviços para realização do plano de intervenções;3. Identificar zonas a intervir e soluções a usar;4. Implementar um Plano de Mitigação de Riscos de Inundação ou Galgamento Costeiros;5. Divulgar e disseminar os resultados obtidos.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras;		
	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável

Custos e benefícios	3 250 000 €		2 600 000 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Taxa de implementação de ações programadas (%) Indicadores de impacto: - Perdas materiais associadas a inundações e galgamentos costeiros (€)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Economia; Recursos Hídricos; Segurança de pessoas e bens; Orla ribeirinha		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	APL AML		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: SMPC; DPU; DOT; DOM; DACTPH; DGA		
Riscos à implementação	Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (MT07 MT15) PMAAC-AML		
Objetivos setoriais	Linha de Costa		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 5.3.2

Definir cotas mínimas para as edificações em zonas urbanas

Descrição	Definição de um modelo de cotas mínimas e funções compatíveis, considerando os riscos de cheias e inundações pluviais e costeiras, atuais e futuros. Esta ação deverá estar integrada com o PDM e ser reavaliada a cada revisão do mesmo.		
Objetivos	Diminuir a exposição de infraestruturas e de população ao risco de inundações derivadas de galgamento costeiro; Adaptar e proteger as infraestruturas existentes.		
Justificação	Tendo em conta as características do município, nomeadamente no que se refere à sua faixa litoral, maioritariamente, composta por núcleos urbanos consolidados, com a linha de costa fixada artificialmente através de estruturas de defesa costeira, e com infraestruturas rododárias e ferroviárias intermunicipais adjacente a esta, deve-se promover a manutenção da proteção face aos impactos projetados de galgamento e inundações costeiras devido à subida do nível médio do mar e à ocorrência de tempestades. Assim, pretende-se proteger as zonas costeiras vulneráveis, reduzir as vulnerabilidades identificadas, facilitando o planeamento e a gestão territorial e contribuir significativamente para o Ordenamento do Território.		
Incidência territorial	Zona costeira e margens das linhas de água.		
Principais atividades	1. Definir a equipa de acompanhamento; 2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos de aquisição de serviços para a definição de modelo e integração com o PDM; 3. Definir implementação.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Cheias e inundações; Galgamentos e Inundações Costeiras;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		
	Benefícios: ****		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Taxa de implementação de ações programadas (%) Indicadores de impacto: - Zonas críticas identificadas (n.º)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		

Setores associados	Recursos Hídricos; Segurança de pessoas e bens; Orla ribeirinha
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; SMPC; DP; DACTPH; DGU
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climática, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO (MT12)
Objetivos setoriais	Linha de Costa

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.1.1

Melhorar a eficiência energética em edifícios e infraestruturas municipais

Descrição	<p>Realização de Certificação Energética em edifícios e infraestruturas municipais que ainda não tenham certificação. Deverão ser abrangidos os edifícios e infraestruturas municipais, sob gestão do Município de Oeiras, incluindo escolas e empresas municipais.</p> <p>Compilação de medidas de eficiência energética identificadas pelos Certificados Energéticos, por edifício/infraestrutura e elaboração de um plano de implementação das mesmas, estabelecendo prioridades de intervenção e respetiva calendarização do investimento.</p> <p>Deverão ser prioritárias as intervenções em edifícios/infraestruturas com consumos energéticos mais elevados e com classes energéticas mais baixas, garantindo o princípio da prioridade à eficiência energética, no âmbito do artigo 3º da Diretiva de Eficiência Energética (1º intervenção na solução passiva, 2º intervenção nos sistemas técnicos, 3º introdução de energias renováveis).</p> <p>Promoção da integração de todos edifícios e infraestruturas municipais no Programa ECO.AP (RCM 104/2020), conforme os artigos 5º e 6º da Diretiva de Eficiência Energética (EED) e consequente revisão da RCM 104/2020.</p> <p>Nos equipamentos destinados à comunidade escolar criar o "Programa "Escola Verde" garantindo a Eficiência Energética, e promoção de instalações energeticamente autossustentáveis.</p>
Objetivos	<p>Certificar todos (100 %) os edifícios e infraestruturas municipais.</p>
Justificação	<p>Num cenário de aumento da temperatura média, ondas de calor e temperaturas elevadas, é esperado que a procura e o custo da energia aumentem de forma significativa.</p> <p>Temperaturas mais elevadas irão aumentar o consumo de energia pela ação combinada de dois efeitos: primeiro, a maioria dos equipamentos de produção de frio (<i>e.g.</i> ar condicionado) irá perder rendimento, uma vez que a sua eficiência depende diretamente da temperatura do ar exterior; segundo, haverá maiores necessidades de produção de frio para combater a ação do calor exterior. Este consumo terá tendência a concentrar-se nos períodos de maior procura de energia (períodos de ponta), o que provoca problemas do lado da oferta de energia elétrica e que, por sua vez, poderá aumentar o custo do serviço energético de eletricidade.</p> <p>A ação pretende identificar medidas de eficiência energética em edifícios e infraestruturas municipais, de forma a reduzir os consumos de energia e respetivas emissões de CO₂eq, assim como estabelecer prioridades de intervenção e respetiva calendarização do investimento.</p>
Incidência territorial	<p>Edifícios e infraestruturas municipais do Concelho de Oeiras que ainda não tenham certificação energética</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar o levantamento de infraestruturas municipais com Certificação Energética e identificação de medidas de sustentabilidade energética implementadas, quando aplicável;3. Realizar Certificação Energética em edifícios e infraestruturas municipais que ainda não tenham certificação;4. Compilar intervenções de eficiência energética identificadas pelos Certificados Energéticos por edifício/infraestrutura e respetiva priorização;

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Elaborar e implementar um plano de ação para as intervenções de eficiência energética identificadas pelos Certificados Energéticos, conforme as prioridades elencadas; 6. Monitorizar anualmente os consumos energéticos por edifício/infraestrutura intervencionada. 7. Comunicar os resultados obtidos e para os edifícios com certificação superior a B identificá-los como edifício/Escola Verde. 		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	13 310 869 €		10 648 695 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Edifícios e infraestruturas municipais abrangidos (%) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano) 		
Metas	Redução de 1 103,47 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	E-REDES		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM; DP; DE; GIT		
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.1.2

Implementar um Sistema Integrado de Gestão de Energia

Descrição	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável, com integração de sensores e controladores (IoT - Internet of Things based), abrangendo edifícios e infraestruturas municipais, até 2030.		
Objetivos	Abranger 100% dos edifícios e infraestruturas municipais, com um Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável.		
Justificação	<p>Num cenário de aumento da temperatura média, ondas de calor e temperaturas elevadas, é esperado que a procura e o custo da energia aumentem de forma significativa.</p> <p>Temperaturas mais elevadas irão aumentar o consumo de energia pela ação combinada de dois efeitos: primeiro, a maioria dos equipamentos de produção de frio (<i>e.g.</i> ar condicionado) irá perder rendimento, uma vez que a sua eficiência depende diretamente da temperatura do ar exterior; segundo, haverá maiores necessidades de produção de frio para combater a ação do calor exterior. Este consumo terá tendência a concentrar-se nos períodos de maior procura de energia (períodos de ponta), o que provoca problemas do lado da oferta de energia elétrica e que, por sua vez, poderá aumentar o custo do serviço energético de eletricidade.</p> <p>A ação permite o controlo e monitorização dos consumos de energia dos edifícios e infraestruturas municipais, contribuindo para a avaliação e monitorização do impacto da implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável.</p>		
Incidência territorial	Edifícios e infraestruturas municipais do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição do Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável;3. Adquirir e implementar um Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável;4. Realizar sessões de formação internas, a organizar pelo fornecedor do Sistema Inteligente, abrangendo todos os potenciais utilizadores.5. Implementar uma Gestão da informação recolhida, com proposta de intervenções		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	572 235 €		400 564 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Edifícios e infraestruturas municipais abrangidos (%)		

	Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)
Metas	Redução de 615,77 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	4 Anos (2024 - 2027) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM; DP; GIT
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.1.3

Promover a eletrificação em edifícios e infraestruturas municipais

Descrição	Realização de um levantamento dos equipamentos consumidores de combustíveis fósseis em edifícios e infraestruturas municipais e promover a sua substituição gradual por equipamentos com função equivalente consumidores de eletricidade. Esta renovação/substituição gradual deverá ser efetuada, pelo menos, na sequência do fim de vida útil dos equipamentos ou no âmbito de ações de renovação de edifícios e infraestruturas municipais.		
Objetivos	Substituir gradualmente os equipamentos consumidores de combustíveis fósseis em edifícios e infraestruturas municipais, por equipamentos com função equivalente consumidores de eletricidade.		
Justificação	Num cenário de aumento significativo da procura e do custo da energia, o objetivo desta ação é reduzir a dependência do serviço de energia fóssil. Assim, responde-se a objetivos de mitigação. A ação permite a recolha de informação relativa aos equipamentos consumidores de combustíveis fósseis em edifícios e infraestruturas municipais, de forma promover a sua substituição gradual por equipamentos energeticamente mais eficientes.		
Incidência territorial	Edifícios e infraestruturas municipais do Concelho de Oeiras com equipamentos consumidores de combustíveis fósseis		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Inventariar o número de equipamentos consumidores de combustíveis fósseis em edifícios e infraestruturas municipais;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características, para a aquisição dos novos equipamentos;4. Adquirir e substituir de modo gradual os equipamentos, na sequência do seu fim de vida útil ou no âmbito de ações de renovação de edifícios e infraestruturas municipais;5. Monitorizar anualmente os consumos energéticos por edifício/infraestrutura intervencionada.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	2 569 914 €		1 798 940 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Indicadores de impacto: - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		

Metas	Redução de 1 089,39 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)
Setores associados	Energia e segurança energética;
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM; DP
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.1.4

Promover as compras públicas ecológicas

Descrição	<p>Elaboração de um regulamento interno para compras públicas ecológicas, tomando como referência um levantamento de condições já existentes e necessidades no âmbito da integração de critérios ecológicos em procedimentos de contratação pública, municipais e de empresas municipais, conforme o estabelecido na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 (ECO360).</p> <p>Implementação de uma ferramenta de apoio às compras públicas ecológicas, visando:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a integração dos sistemas municipais, pré-existentes, de certificação de fornecedores e de compras públicas;ii) a integração do Regulamento interno para compras públicas ecológicas em conformidade com Código dos Contratos Públicos em vigor (ferramenta evolutiva);iii) a monitorização da integração de critérios ecológicos em procedimentos de contratação pública. <p>Esta ferramenta deverá possibilitar a atualização a cada revisão do Código dos Contratos Públicos e/ou do Regulamento interno para compras públicas ecológicas.</p>		
Objetivos	Elaborar um regulamento interno para compras públicas ecológicas.		
Justificação	O nível de dependência da sociedade moderna do serviço de energia elétrica é muito elevado e a ação proposta pretende introduzir critérios ecológicos em procedimentos de contratação pública, visando reduzir a pegada carbónica associada a serviços e produtos adquiridos pelo Município.		
Incidência territorial	Serviços e produtos adquiridos pelo Município de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar o levantamento de condições existentes e necessidades, no âmbito da inclusão de critérios ecológicos, em procedimentos de contratação pública;3. Elaborar e implementar regulamentos internos para compras públicas ecológicas, tomando como referência os resultados do levantamento efetuado.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	949 038 €		664 327 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Equipamentos renovados (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Consumo de energia (MWh/ano)		

	- Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)
Metas	Redução de 662,71 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	4 Anos (2024 - 2027) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOM; DAQV DGO; DCP
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.1.5

Criar um regulamento para Edifícios NZEB

Descrição	Criação de requisitos base para a construção de novos edifícios municipais e grandes remodelações de edifícios municipais existentes, em conformidade com Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e tomando como referência exemplos de boas práticas, designadamente o Sistema LiderA, entre outros.		
Objetivos	Criar um regulamento municipal para Edifícios NZEB.		
Justificação	Num cenário de subida da temperatura e conseqüentemente de procura de equipamentos de arrefecimento e em que o custo da energia aumenta de forma significativa, o objetivo desta ação passa por promover a criação de edifícios municipais com consumo energético quase nulo. Para além da componente de adaptação, esta ação responde diretamente aos objetivos de mitigação.		
Incidência territorial	Edifícios e infraestruturas municipais do Concelho de Oeiras, novos ou sujeitos a profundas remodelações.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento2. Identificar boas práticas e orientações técnicas de suporte à construção e remodelação de edifícios NZEB;3. Identificar os edifícios municipais existentes com necessidade de remodelação;4. Criar os requisitos base para construção de novos edifícios municipais e remodelação de edifícios municipais existentes.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: -Edifícios NZEB (n.º) Indicadores de impacto: - Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 0,0 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2023 - 2028) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DRU; DEM; GIT
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas.

Ação 6.2.1

Criar um programa de incentivo à eficiência energética

Descrição	Atribuição de incentivos a intervenções urbanísticas em edifícios residenciais, destinadas simultaneamente à requalificação e valorização do edificado e à melhoria de eficiência energética, nos termos do disposto nos artigos 44.º-B e 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual (EBF).		
Objetivos	Requalificar e valorizar o edificado e aumentar, pelo menos, uma classe de eficiência energética.		
Justificação	À semelhança da ação 6.1.5, e tendo em conta a mesma problemática de subida da temperatura e consequentemente de procura de equipamentos de arrefecimento com a energia a custos superiores, a ação proposta pretende promover a requalificação dos edifícios residenciais privados, visando simultaneamente a requalificação e valorização do edificado e a melhoria de pelo menos uma classe de eficiência energética.		
Incidência territorial	Edifícios residenciais privados integrados em prioritariamente em Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar os requisitos base para atribuição de benefícios fiscais e bonificação em Licenças de Construção de entidades privadas, cujo projeto preveja soluções de arquitetura bioclimática, avaliadas por sistema de certificação como LiderA, BREEAM e LEED, ou similares;2. Elaborar regulamento;3. Divulgar em <i>websites</i> e redes sociais, entre outros.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	304 108 €		212 876 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Alojamentos de habitação beneficiados (n.º) - Classes de eficiência energética melhoradas (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 69,25 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	11 Anos (2025 - 2035) (ação em continuidade)		

Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DRU.
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.2.2

Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Residencial)

Descrição	<p>Mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de equipamentos de produção de energia renovável e eletrodomésticos, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial (incluindo Parque Habitacional Municipal), no âmbito dos seguintes Eixos de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none">i) Assistência técnica;ii) Obras e construção;iii) Partilha de excedente energético. <p>Os novos mecanismos de promoção de eficiência energética serão disseminados através do Balcão Único para a Energia e o Clima, incluindo em articulação com a disseminação de soluções de sustentabilidade energética e climática, abrangendo as vertentes de eficiência energética, como por exemplo as iniciativas CLASSE+, Portal casA+, AQUA+, eCIRCULAR e MOVE+, entre outros.</p> <p>Às entidades parceiras será atribuído um "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras" e a possibilidade de integrar a lista de parceiros a ser disseminada através Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.</p>			
Objetivos	Criar mecanismos de promoção de Sustentabilidade Climática.			
Justificação	Esta ação permite a promover modelos de negócio alternativos e alavancar investimento privado em iniciativas de promoção de eficiência energética e/ou produção de energia renovável.			
Incidência territorial	Edifícios e estabelecimentos do setor de residencial do Concelho de Oeiras.			
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Realizar ações de envolvimento e mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de eletrodomésticos e equipamentos de produção de energia renovável, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial;3. Criar grupos de trabalho e identificação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados ao setor Residencial;4. Criar "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras" e elaboração do respetivo regulamento de atribuição;5. Organizar sessão de divulgação com atribuição aos parceiros do "Selo" de reconhecimento como "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras";6. Divulgar e disseminar os mecanismos de promoção de eficiência energética criados e lista de parceiros no Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.			
Tipologia	Adaptação e Mitigação			
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;			
	<table border="1"><tr><td>Investimento público</td><td>Investimento privado</td><td>Investimento financiável</td></tr></table>	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável		

Custos e benefícios	230 000 €	
	Benefícios: **	Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <p>Parcerias criadas (n.º)</p> <p>- Alojamentos de habitação beneficiados (n.º)</p> <p>Indicadores de impacto:</p> <p>- Consumo de energia (MWh/ano)</p> <p>- Redução de Emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano)</p>	
Metas	Redução de 5 109,81 tCO ₂ eq	
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)	
Setores associados	Energia e segurança energética	
Entidade responsável	Município de Oeiras	
Parceiros locais envolver	-	
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DRU; DHM; GATPI	
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.	
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação	
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.3.1

Melhorar a eficiência energética no Parque Habitacional Municipal

Descrição	<p>Realização de Certificação Energética de alojamentos do Parque Habitacional Municipal que ainda não tenham certificação, visando certificar todo (100 %) o Parque Habitacional Municipal.</p> <p>Compilação de medidas de eficiência energética identificadas pelos Certificados Energéticos, por edifício/alojamento do Parque Habitacional Municipal e elaboração de um plano de implementação das mesmas, estabelecendo prioridades de intervenção e respetiva calendarização do investimento.</p> <p>Deverão ser prioritárias as intervenções em edifícios/alojamentos mais envelhecidos, com piores condições de conforto, e com classes energéticas mais baixas, garantindo o princípio da prioridade à eficiência energética, no âmbito do artigo 3º da Diretiva de Eficiência Energética (1º intervenção na solução passiva, 2º intervenção nos sistemas técnicos, 3º introdução de energias renováveis).</p>
Objetivos	<p>Realizar Certificação Energética de alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangendo 100 % do Parque Habitacional</p>
Justificação	<p>Num cenário de aumento da temperatura média, ondas de calor e temperaturas elevadas, é esperado que a procura e o custo da energia aumentem de forma significativa.</p> <p>Temperaturas mais elevadas irão aumentar o consumo de energia pela ação combinada de dois efeitos: primeiro, a maioria dos equipamentos de produção de frio (e.g. ar condicionado) irá perder rendimento, uma vez que a sua eficiência depende diretamente da temperatura do ar exterior; segundo, haverá maiores necessidades de produção de frio para combater a ação do calor exterior. Este consumo terá tendência a concentrar-se nos períodos de maior procura de energia (períodos de ponta), o que provoca problemas do lado da oferta de energia elétrica e que, por sua vez, poderá aumentar o custo do serviço energético de eletricidade.</p> <p>A ação pretende identificar medidas de eficiência energética em edifícios e alojamentos do Parque Habitacional Municipal, de forma a reduzir os consumos de energia e respetivas emissões de CO₂eq, assim como estabelecer prioridades de intervenção e respetiva calendarização do investimento.</p>
Incidência territorial	<p>Edifícios e alojamentos do Parque Habitacional Municipal do Concelho de Oeiras que ainda não tenham certificação energética</p>
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Elaborar levantamento de alojamentos do Parque Habitacional Municipal com Certificação Energética e identificação de medidas de sustentabilidade energética implementadas, quando aplicável;3. Realizar Certificação Energética em alojamentos do Parque Habitacional Municipal que ainda não tenham certificação;4. Compilar medidas de eficiência energética identificadas pelos Certificados Energéticos, por edifício/infraestrutura e elaboração de um plano de melhoria;5. Monitorizar anualmente os consumos energéticos por edifício intervencionado.
Tipologia	<p>Adaptação e Mitigação</p>

Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	1 160 205 €		812 144 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangidos (%) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano) 		
Metas	Redução de 96,18 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais a envolver	-		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DHM		
Riscos à implementação	Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)		
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Município eficiente; Conforto térmico em espaços públicos		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.3.2

Criar um regulamento para as boas práticas no Parque Habitacional Municipal

Descrição	Elaboração de um regulamento para as boas práticas de eficiência energética em intervenções de manutenção de edifícios/alojamentos do Parque Habitacional Municipal. Disseminação junto de todos os potenciais intervenientes em ações de manutenção do Parque Habitacional Municipal.		
Objetivos	Elaborar um regulamento para as boas práticas de sustentabilidade energética.		
Justificação	Num cenário de aumento da procura devido ao aumento da temperatura e consequentemente de equipamentos de arrefecimento e em que o custo da energia aumente de forma significativa, o objetivo desta ação passa por promover a adoção de boas práticas de eficiência energética em intervenções de manutenção de edifícios/alojamentos do Parque Habitacional Municipal.		
Incidência territorial	Edifícios e alojamentos do Parque Habitacional Municipal do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar boas práticas de eficiência energética em intervenções de manutenção de edifícios/alojamentos, com potencial de implementação no Parque Habitacional Municipal;3. Definir os requisitos base de eficiência energética em intervenções de manutenção de edifícios/alojamentos do Parque Habitacional Municipal e elaboração de regulamento;4. Disseminar junto de todos os potenciais intervenientes em ações de manutenção do Parque Habitacional Municipal.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Boas práticas regulamentadas (n.º) - População abrangida (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 76,36 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DCH, DGSH
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.4.1

Incentivar a eficiência energética no setor de Serviços

Descrição	Revisão e atualização do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras receitas do Município de Oeiras, visando a atribuição de isenção ou redução de taxas relacionadas com a atividade urbanística, cujo projeto preveja uma solução de edificação com classe energética A ou superior ou a implementação de unidade de produção para autoconsumo (UPAC).		
Objetivos	Atribuir isenção ou redução de taxas relacionadas com a atividade urbanística		
Justificação	Esta ação destina-se a promover o investimento privado em iniciativas de promoção de eficiência energética e/ou produção de energia renovável no setor de Serviços.		
Incidência territorial	Edifícios e estabelecimentos do setor de Serviços do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Articular ação entre departamentos específicos;3. Rever e atualizar o Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras receitas do Município de Oeiras, visando a atribuição de isenção ou redução de taxas relacionadas com a atividade urbanística, cujo projeto preveja uma solução de edificação com classe energética A ou superior ou a implementação de unidade de produção para autoconsumo (UPAC) e elaboração de regulamento;4. Divulgar e disseminar os novos incentivos.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	37 500 €		26 250 €
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Parcerias criadas (n.º) - Empresas beneficiadas (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 4 006,08 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050) (ação em continuidade)		

Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DRU; DEM; GATPI; GIT
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.4.2

Promover as parcerias para a eficiência e autonomia energética (Serviços)

Descrição	<p>Mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de equipamentos de produção de energia renovável e eletrodomésticos, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial (incluindo Parque Habitacional Municipal) e de Serviços, no âmbito dos seguintes Eixos de intervenção:</p> <ol style="list-style-type: none">Assistência técnica;Obras e construção;Partilha de excedente energético. <p>Os novos mecanismos de promoção de eficiência energética serão disseminados através do Balcão Único para a Energia e o Clima, incluindo em articulação com a disseminação de soluções de sustentabilidade energética e climática, abrangendo as vertentes de eficiência energética, como por exemplo as iniciativas CLASSE+, Portal casA+, AQUA+, eCIRCULAR e MOVE+, entre outros.</p> <p>Às entidades parceiras será atribuído um "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a eficiência energética de Oeiras" e a possibilidade de integrar a lista de parceiros a ser disseminada através Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.</p>
Objetivos	Criar conjuntamente mecanismos de promoção Sustentabilidade Climática
Justificação	<p>Esta ação destina-se a promover modelos de negócio alternativos e a alavancar investimento privado em iniciativas de promoção de eficiência energética e/ou produção de energia renovável.</p> <p>Pretende-se com esta ação diminuir os efeitos de procura e reduzir a dependência do serviço de energia elétrica. Assim, admite objetivos de mitigação uma vez que pretende promover a redução de procura de energia elétrica.</p>
Incidência territorial	Edifícios e estabelecimentos do setor de Serviços do Concelho de Oeiras
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">Definir a equipa de acompanhamento;Realizar ações de envolvimento e mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de equipamentos de produção de energia renovável e eletrodomésticos, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial;Criar grupos de trabalho e identificar conjuntamente mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados ao setor de Serviços;Criar o "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras" e elaboração do respetivo regulamento de atribuição;Organizar sessão de divulgação com atribuição aos parceiros do "Selo" de reconhecimento como "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras";Divulgar e disseminar os mecanismos de promoção de eficiência energética criados e lista de parceiros no Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.
Tipologia	Adaptação e Mitigação
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;

Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	230 000 €		
	Benefícios: **		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Edifícios de serviços abrangidos (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 5 084,00 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	27 Anos (2024 - 2050) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética;		
Entidade responsável	Município de Oeiras		
Parceiros locais envolvidos	-		
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GATPI; DRU; DEM; GIT		
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;		
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação		
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq		

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.5.1

Implementar um sistema Integrado de Gestão de Energia com controlo ponto a ponto

Descrição	Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável, com controlo ponto a ponto de 100 % da Iluminação Pública (IoT - <i>Internet of Things based</i>).		
Objetivos	Implementar um Sistema Integrado de Gestão de Energia, inteligente e interoperável.		
Justificação	A ação permite o controlo e monitorização dos consumos de energia em IP, contribuindo para a avaliação e monitorização do impacto da implementação de medidas de eficiência energética.		
Incidência territorial	Infraestruturas de IP do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar um levantamento de infraestruturas de IP, com medidas de sustentabilidade energética implementadas;3. Elaborar um levantamento de sistemas existentes e uma estimativa de custos para aquisição e implementação de sistemas;4. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características do sistema de gestão;5. Implementar um sistema de gestão de energia com controlo ponto a ponto da IP.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	917 105 €		641 974 €
	Benefícios: ****		Externalidades: ++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Infraestruturas de IP e semaforização abrangidas (%) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 159,76 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	4 Anos (2024 - 2027) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a E-REDES
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DGEP; DEM.
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.5.2

Promover Iluminação Pública 100 % LED

Descrição	Continuação da implementação de tecnologia LED em todas as luminárias sem esta tecnologia.		
Objetivos	Abranger todas as luminárias com iluminação LED.		
Justificação	A ação visa a otimização da eficiência energética em infraestruturas de IP, através da substituição de luminárias ineficientes por luminárias LED, que permitem uma elevada redução de consumos. Para além disso, esta ação cumpre com os requisitos legais exigíveis para instalações deste tipo.		
Incidência territorial	Infraestruturas de IP do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Elaborar um levantamento da tecnologia de iluminação implementada em todas as luminárias de IP;3. Definir termos de referência com identificação de objetivos específicos e características do sistema de IP 100% LED;4. Implementar tecnologia LED em todas as luminárias sem esta tecnologia.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	17 779 €		12 445 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Infraestruturas de IP abrangidas (%) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 13,39 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética;		
Entidade responsável	Município de Oeiras		

Parceiros locais envolver	a	E-REDES
Recursos humanos necessários		Serviços do Município de Oeiras: DGEP; DEM.
Riscos à implementação		Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)		Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)
Objetivos setoriais		Emissões de CO ₂ eq; Iluminação eficiente

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.6.1

Criar um Plano de Ação Oeiras 100 % Renovável

Descrição	<p>Elaboração do "Plano de Ação Oeiras 100 % Renovável", para instalação de painéis fotovoltaicos, painéis solar térmicos, energia geotérmica/aerotérmica (bombas de calor), ou outras fontes de energia renovável, para produzir energia renovável no parque edificado propriedade do município para autoconsumo, visando a produção de pelo menos 20 % da energia consumida no total de edifícios e infraestruturas municipais existentes.</p> <p>Deverá ser considerado o potencial de produção de Energia Limpa em todos (100 %) os edifícios e infraestruturas municipais, sob gestão do Município de Oeiras e empresas municipais, priorizando-se as intervenções com maior potencial de produção de energia limpa e maior relação custo-benefício.</p> <p>A taxa de comparticipação deverá ser estabelecida relativamente à potência a instalar.</p>		
Objetivos	Abrangência de todos (100 %) os Edifícios e Infraestruturas municipais com produção de Energia Limpa.		
Justificação	A ação visa a produção de Energia Limpa em todos (100 %) os Edifícios e Infraestruturas municipais, através da instalação de equipamentos de fontes de energia renovável, visando a produção de pelo menos 20 % da energia consumida no total de Edifícios e infraestruturas municipais existentes, contribuindo para uma transição energética e diminuição de utilização de equipamentos a combustíveis fósseis.		
Incidência territorial	Edifícios e infraestruturas municipais do Concelho de Oeiras com potencial de implementação de sistemas de produção de energia renovável		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar um levantamento de todos os Edifícios e Infraestruturas municipais, sob gestão do Município de Oeiras e empresas municipais:<ul style="list-style-type: none">. Identificar os Edifícios e Infraestruturas com painéis fotovoltaicos, painéis solar térmicos, energia geotérmica /aerotérmica (bombas de calor), ou outras fontes de energia renovável instaladas;. Identificar o potencial e estudo de viabilidade para a instalação adicional de painéis fotovoltaicos, painéis solar térmicos, energia geotérmica /aerotérmica (bombas de calor), ou outras fontes de energia renovável instaladas;3. Elaborar o "Plano de Ação Oeiras 100 % Renovável", com foco nos edifícios sem medidas que contemplem fontes de energia renovável instaladas.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	8 124 301 €		5 687 011 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Potência instalada em sistemas de produção de energia renovável (MWh)		

	Indicadores de impacto: - Energia renovável produzida (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)
Metas	Redução de 1 467,22 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	a -
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM; DP; DHM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Atrasos na execução (devido a más condições climática, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros).
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas)
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde; Município eficiente.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.6.2

Criar um Programa Oeiras Energia Verde

Descrição	Elaboração de regulamento para implementação de um programa de atribuição de benefícios à aquisição de sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica para autoconsumo. O regulamento deverá estabelecer as condições de candidatura e os critérios a aplicar na atribuição dos apoios. Deverá ser dinamizada a economia local, estabelecendo-se como requisito a aquisição dos equipamentos a fornecedores certificados e com atividade no território concelhio.		
Objetivos	Implementar sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica para autoconsumo.		
Justificação	Esta ação destina-se a promover o investimento privado em iniciativas de produção de energia elétrica fotovoltaica para autoconsumo e redução da dependência de combustíveis fósseis.		
Incidência territorial	Edifícios e estabelecimentos privados do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar boas práticas de atribuição de benefícios à aquisição de sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica para autoconsumo;3. Definir os requisitos base para implementação de um programa de atribuição de benefícios à aquisição de sistemas de produção de energia elétrica fotovoltaica para autoconsumo;4. Disseminar junto da população em geral, empresas de construção civil, empresas de venda/instalação de painéis fotovoltaicos, e através do Balcão Único para a Energia e o Clima.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	93 656 719 €		65 559 703 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Potência instalada em sistemas de produção de energia renovável (MWh) Indicadores de impacto: - Energia renovável produzida (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 16 686,09 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	11 Anos (2025 - 2035) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DEM; DGO; GATPI
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.6.3

Promover Comunidades de Energia

Descrição	<p>Promover um programa de apoio à criação de Comunidades de Energia no território concelhio, incluindo a dinamização de ações de informação e de campanhas de manifestação de interesse, assim como a disponibilização de informação sobre regulamentos, boas práticas e exemplos de produção descentralizada de energias renováveis (autoconsumo, comunidades de energia renovável, bairros de energia positiva).</p> <p>Deverá ser fomentada a criação de sinergias entre os potenciais interessados, através da organização de eventos e apoio à criação de parcerias, incluindo a partilha de energia produzida em edifícios públicos, para agregados vulneráveis.</p>		
Objetivos	Criação de Comunidades de Energia, de forma a gerir de forma autónoma a energia renovável produzida.		
Justificação	Esta ação destina-se a promover o investimento privado em Comunidades de Energia no território concelhio, visando a produção de energia renovável e redução da dependência de combustíveis fósseis.		
Incidência territorial	Edifícios e estabelecimentos públicos e privados do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Identificar boas práticas de apoio à criação de Comunidades de Energia;3. Definir especificações do programa de apoio e elaboração de regulamento;4. Promover a articulação com outras entidades por forma a criar sinergias;5. Realizar eventos dedicados para potenciação das sinergias identificadas;6. Elaborar a análise e disseminação de resultados e aprendizagens.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
		845 223 639 €	176 440 435 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Potência instalada em Comunidades de Energia (MW)- Comunidades de Energia criadas (n.º)- Membros de Comunidades de Energia (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Energia renovável produzida (MWh/ano)- Redução de emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano)		

Metas	Redução de 156 324,50 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	12 Anos (2024 - 2035) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	Empresas públicas e privadas DGEG
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: GATPI; DEM.
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde; Tansição Justa

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.7.1

Desenvolver um Plano Municipal para a Justiça Climática

Descrição	<p>Elaboração de um diagnóstico à Justiça Climática no território concelhio, visando a caracterização da situação atual, identificação de fatores locais para a Justiça Climática e grupos vulneráveis, e posterior elaboração do um plano de ação para melhoria da Justiça Climática no território concelhio, a curto, médio e longo prazo.</p> <p>O Diagnóstico à Justiça Climática deverá abranger a totalidade (100 %) das famílias residentes no concelho.</p> <p>O Plano Municipal para a Justiça Climática deverá prever a identificação de situações de incumprimento de compromissos energéticos, e o acompanhamento técnico das mesmas, destinado à informação, realização de auditorias energéticas e apoio ao acesso a financiamento.</p>		
Objetivos	Abranger a totalidade (100 %) das famílias residentes no concelho à Justiça Climática		
Justificação	A Justiça Climática é um reconhecimento explícito de que as alterações climáticas apresentam efeitos a curto, médio e longo prazo, e os impactos não serão suportados de forma igual ou justa, entre diversos grupos (pobres, população mais vulnerável, etc.). Estas desigualdades também afetam a capacidade das comunidades de produzir, disseminar e usar o conhecimento em torno da crise climática. Assim a presente ação pretende promover a Justiça Climática no concelho, incluindo a identificação de fatores locais para a Justiça Climática e grupos vulneráveis.		
Incidência territorial	Famílias residentes no Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar termos de referência para a realização de diagnósticos à Justiça Climática no concelho;3. Desenvolver um diagnóstico;4. Elaborar a análise de resultados e apresentação de propostas de melhoria;5. Definir plano de intervenção para a Justiça Climática;6. Realizar eventos dedicados para apresentação de resultados.		
Tipologia	Adaptação e Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	20 084 587 €		14 059 211 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Famílias em Justiça Climática (%)		
	Indicadores de impacto: - Consumo de energia <i>per capita</i> (MWh/hab.)		

Metas	Redução de 1 582,06 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	27 Anos (2024 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	a -
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DDS, DEM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Falta de mão de obra qualificada; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros); Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Transição justa.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.7.2

Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Parque Habitacional Municipal)

Descrição	<p>Mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de equipamentos de produção de energia renovável e eletrodomésticos, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial (incluindo Parque Habitacional Municipal) e de Serviços, no âmbito dos seguintes Eixos de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none">i) Assistência técnica;ii) Obras e construção;iii) Partilha de excedente energético. <p>Os novos mecanismos de promoção de eficiência energética serão disseminados através do Balcão Único para a Energia e o Clima.</p> <p>Às entidades parceiras será atribuído um "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras" e a possibilidade de integrar a lista de parceiros a ser disseminada através Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.</p>			
Objetivos	Criar conjuntamente mecanismos de promoção Sustentabilidade Climática			
Justificação	<p>Esta ação destina-se a promover modelos de negócio alternativos e a alavancar investimento privado em iniciativas de promoção de eficiência energética e/ou produção de energia renovável.</p> <p>Pretende-se com esta ação diminuir os efeitos de procura e reduzir a dependência do serviço de energia elétrica. Assim, admite objetivos de mitigação uma vez que promover a redução de procura de energia elétrica.</p>			
Incidência territorial	Edifícios e alojamentos do Parque Habitacional Municipal do Concelho de Oeiras			
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Realizar ações de envolvimento e mobilização de instituições financeiras, empresas fornecedoras de serviços energéticos, empresas de construção civil, comercializadores de eletrodomésticos e equipamentos de produção de energia renovável, entre outros, para a criação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados aos setores Residencial;3. Criar grupos de trabalho e identificação conjunta de mecanismos de promoção de eficiência energética, destinados ao Parque Habitacional Municipal;4. Criar "Selo" de reconhecimento "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras" e elaboração do respetivo regulamento de atribuição;5. Organizar sessão de divulgação com atribuição aos parceiros do "Selo" de reconhecimento como "Parceiro para a Eficiência Energética de Oeiras";6. Divulgar e disseminar os mecanismos de promoção de eficiência energética criados e lista de parceiros no Balcão Único para a Energia e o Clima, entre outros.			
Tipologia	Adaptação e Mitigação			
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;			
	<table border="1"><tr><td>Investimento público</td><td>Investimento privado</td><td>Investimento financiável</td></tr></table>	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável		

Custos e benefícios	230 000 €	
	Benefícios: **	Externalidades: +++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parcerias criadas (n.º) - Famílias beneficiadas (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano) 	
Metas	Redução de 278,85 tCO ₂ eq	
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)	
Setores associados	Energia e segurança energética;	
Entidade responsável	Município de Oeiras	
Parceiros locais envolver	-	
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DDS,DHM, DEM.	
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros); Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;	
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação	
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq	

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 6.8.1

Promover Infraestruturas energeticamente seguras e resilientes

Descrição	Levantamento de riscos de interrupções prolongadas do serviço de energia elétrica e elaboração de um plano de mitigação, incluindo a implementação de unidades de abastecimento energético de segurança, abrangendo em particular edifícios de prestação de serviços essenciais em caso de emergência, a definir pelos serviços de Proteção Civil Municipal.		
Objetivos	Implementar de unidades de abastecimento energético de segurança, abrangendo em particular edifícios de prestação de serviços essenciais em caso de emergência		
Justificação	<p>Os fenómenos climáticos extremos, como cheias e inundações pluviais, tempestades, ou galgamento e inundações na orla ribeirinha, podem provocar danos diretos na infraestrutura, que podem causar interrupções prolongadas no fornecimento de energia.</p> <p>O objetivo desta opção estratégica é o de reduzir e gerir riscos associados a interrupções prolongadas no serviço de energia elétrica. Neste sentido procura-se providenciar capacidade aos serviços municipais de manterem um funcionamento mínimo indispensável, evitando riscos de saúde, segurança, patrimoniais ou económicos.</p> <p>Esta ação pretende, assim, aumentar a resiliência do território concelhio a eventuais situações de emergência, em particular ao nível da capacidade de assegurar a prestação de serviços essenciais</p>		
Incidência territorial	Edifícios de prestação de serviços essenciais em caso de emergência, localizados no Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar os termos de referência para o levantamento de riscos de interrupções prolongadas do serviço de energia elétrica e elaboração de um plano de mitigação;3. Implementar unidades de abastecimento energético;4. Fiscalizar a implementação;5. Realizar eventos dedicados para apresentação de resultados.		
Tipologia	Adaptação		
Riscos climáticos	Disponibilidade Hídrica; Eventos extremos de Temperatura		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	320 897 €		224 628 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Edifícios com unidades de abastecimento energético de segurança (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Interrupções de energia (n.º)		
Metas	Redução de 59,35 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	8 Anos (2028 - 2035)
Setores associados	Energia e segurança energética
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	a E-REDES DGEG
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DEM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Atrasos na execução (devido a más condições climatéricas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros); Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Estudos PMAACO
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Energia verde.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.1.1

Criar um Programa Oeiras Frota Verde

Descrição	Reforço e substituição gradual da frota municipal de veículos e equipamentos de limpeza urbana a combustão por viaturas 100 % elétricas.		
Objetivos	Estabelecer uma transição progressiva da frota municipal para 100 % de veículos elétricos até 2030		
Justificação	A ação permite a melhoria da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana, assim como a redução da dependência de combustíveis fósseis e aceleração da transição para a mobilidade elétrica na frota municipal.		
Incidência territorial	Frota municipal de veículos e equipamentos de limpeza urbana do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características, para a aquisição dos veículos e equipamentos de limpeza urbana 100 % elétricos;3. Adquirir veículos e equipamentos 100 % elétricos.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	15 210 000 €		10 647 000 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Veículos substituídos por veículos elétricos (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 2 325,47 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		
Entidade responsável	Município de Oeiras		

Parceiros locais envolver	a -
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DVM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Atualização do PAESO (Análise Preliminar de Medidas) PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade elétrica; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.1.2

Promover o uso de frota partilhada e transporte público

Descrição	Reforço da utilização partilhada do transporte individual (<i>carpooling</i> e <i>carsharing</i>), considerando a implementação de vias destinadas a esta utilização, tal como lugares de estacionamento destinados a estes utilizadores. Otimização da gestão dos circuitos existentes.		
Objetivos	Aumentar viagens de utilização partilhada do transporte individual e de lugares de estacionamento para este efeito.		
Justificação	Considerando a quantidade da população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, importa a preconização de medidas que visem otimizar/racionalizar o recurso à utilização do mesmo. Neste âmbito, torna-se relevante a consideração da implementação de medidas de promoção de <i>carpooling</i> e de <i>carsharing</i> , que permitem a melhoria efetiva da mobilidade, em particular nas áreas urbanas e para a adoção de novas filosofias de mobilidade mais ecológicas e sustentáveis. Estas opções podem ser complementadas com diferentes modos de transporte coletivo.		
Incidência territorial	Núcleos urbanos do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Identificar as necessidades e/ou oportunidades para implementação de novas soluções de <i>carpooling</i> e <i>carsharing</i>, tais como vias de circulação, lugares de estacionamento destinados a estes utilizadores, otimização da gestão dos circuitos existentes; entre outros;3. Divulgar e disseminar junto das entidades gestoras dos polos empresariais.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	132 783 €		92 948 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Veículos de utilização partilhada (<i>carpooling</i> e <i>carsharing</i>) (n.º) - Taxa anual de concretização do serviço de <i>carpooling</i> (%) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 1 081,70 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	11 Anos (2025 - 2035) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Parques Tejo Carris AML
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DVM; DGM; DPIUM.
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Falta de mão de obra qualificada; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.1.3

Criar Zonas de Baixas Emissões (ZBE) e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)

Descrição	<p>Implementação de ZBE nos principais aglomerados urbanos.</p> <p>Revisão dos tarifários praticados das ZEDL, considerando o seu aumento, praticando um valor médio horário na via pública superior ao praticado nos parques de estacionamento, procurando potenciar a procura para os parques.</p> <p>Reforço da fiscalização, sobretudo nas zonas centrais dos aglomerados.</p> <p>Alargamento das ZEDL aos polos geradores/attractores de viagens (polos empresariais), onde o estacionamento na via pública exerce forte pressão na zona envolvente.</p>		
Objetivos	Reduzir a utilização do automóvel.		
Justificação	<p>Considerando a quantidade de população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, importa a implementação de medidas que diminuam o recurso à utilização do mesmo, como a implementação de zonas de restrição de veículos com maior concentração de poluentes.</p> <p>Em várias ZEDL verifica-se uma fraca rotatividade do estacionamento fruto do elevado peso de estacionamento residencial, sendo que nos arruamentos mais centrais são registadas taxas de ocupação significativas em alguns períodos do dia e do período noturno. Verifica-se, ainda, que os tarifários praticados na via pública são muito baixos.</p>		
Incidência territorial	Núcleos urbanos do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir a equipa de acompanhamento; 2. Avaliar a adequação das ZEDL existentes e a possibilidade de revisão dos tarifários praticados; 3. Criar avenças para residentes, nos parques de estacionamento de cariz residencial a serem criados; 4. Desmaterializar o dístico de residente e promover a leitura digital da matrícula; 5. Criar projetos piloto com aplicação de mecanismos de sensorização da ocupação nos parques e na via pública. 		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	660 000 €		462 000 €
	Benefícios: **		Externalidades: + + + +
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <p>- Áreas definidas em ZBE e ZEDL (m²)</p> <p>Indicadores de impacto:</p>		

	- Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)
Metas	Redução de 151,31 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	8 Anos (2028 - 2035)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DGM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros); Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.1.4

Criar um Plano de Mobilidade Escolar

Descrição	Implementação de um plano de mobilidade escolar, de forma a promover a mobilidade sustentável nas deslocações para os estabelecimentos de ensino, através da mudança de atitudes e comportamentos de mobilidade da comunidade escolar, nomeadamente a redução da utilização do automóvel e o aumento das deslocações em bicicleta e a pé.		
Objetivos	Reduzir a utilização do automóvel; Aumentar as deslocações em bicicleta e a pé; Consciencializar a Comunidade Escolar para a existência de opções saudáveis e ambientalmente mais sustentáveis do que o automóvel.		
Justificação	A criação de um plano de mobilidade que promova sinergias entre diversos modos de transporte e respetivos utentes é de grande relevância, para promoção de hábitos de mobilidade mais sustentável.		
Incidência territorial	Estabelecimentos de ensino do Concelho de Oeiras.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição de serviços para a realização do plano;3. Realizar a quantificação de viagens, repartição modal das viagens, impactes na rede viária, etc.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	125 000 €		87 500 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Escolas abrangidas pelo Plano de Mobilidade Escolar (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 65,10 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	11 Anos (2025 - 2035)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DPIUM; DE; DVM; DGM
Riscos à implementação	Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.;
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.2.1

Aumentar o Serviço de Transporte Público com recurso a fontes sustentáveis

Descrição	Reforço da utilização de tecnologias mais limpas no setor dos transportes públicos (veículos movidos a energia verde, como o hidrogénio e eletricidade verdes). Promover a articulação com outros municípios da AML, de forma a criar sinergias sobre as necessárias infraestruturas de abastecimento.		
Objetivos	Aumentar a utilização de tecnologias mais limpas no setor dos transportes públicos.		
Justificação	A ação permite a melhoria da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana, assim como a redução da dependência de combustíveis fósseis.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar estimativas de custos para aquisição de veículos com recurso a fontes sustentáveis;3. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características, para a aquisição de veículos movidos a energia verde, como o hidrogénio e eletricidade verdes;4. Adquirir veículos movidos a energia verde, como o hidrogénio e eletricidade verdes.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
		73 040 289 €	
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Veículos movidos a energia verde (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 40 189,14 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	26 Anos (2025 - 2050)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação.		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	Carris AML Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DPIUM; DVM; DGM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.2.2

Promover o transporte coletivo em Sítio Próprio

Descrição	Implementação dos estudos para reformulação do SATU. Alteração do paradigma associado ao SATU, utilizando a atual infraestrutura para circulação de autocarros elétricos em sítio próprio (BRT – <i>Bus Rapid Transit</i>), e LIOS. Assegurar a melhoria dos espaços intermodais nas envolventes das estações da linha ferroviária, beneficiando estas localizações com zonas de estacionamento de longa duração.		
Objetivos	Melhorar os espaços intermodais		
Justificação	A ação permite a integração entre o sistema de transportes existente e as acessibilidades do concelho, tal como a melhoria dos espaços intermodais nas envolventes das estações da linha ferroviária, beneficiando estas localizações com zonas de estacionamento de longa duração.		
Incidência territorial	Centros empresariais do Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para implementação dos estudos para reformulação do SATU, de forma integrada com a atual infraestrutura de mobilidade elétrica e incluindo melhoria de espaços intermodais;3. Fazer a sua Apresentação pública;4. Lançar concurso público;5. Fiscalizar a implementação;6. Apresentar os resultados.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	10 037 500 €	10 037 500 €	13 369 950 €
	Benefícios: *		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Passageiros de transportes públicos (n.º) - Lugares de estacionamento criados ou requalificados junto a interfaces (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 4 844,61 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	AML Empresas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DVM;DGM
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Dificuldades de acesso a informação fundamental para execução de plano, estudo, etc.
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.2.3

Promover a intermobilidade

Descrição	Promoção de intermobilidade, assegurando a articulação da oferta entre os diferentes modos e privilegiando os serviços em sítio próprio e de alta capacidade, através da implementação da Carris Metropolitana e ligação com outros modos de transporte, de mobilidade suave e/ou dedicados a Parques Empresariais. Monitorização do acesso aos transportes públicos e promoção da complementaridade com a Carris metropolitana, através da ligação a equipamentos de ensino e aos principais polos de comércio e de serviços locais.		
Objetivos	Promover a implementação da Carris Metropolitana e ligação com outros modos de transporte, de mobilidade suave		
Justificação	A ação pretende promover a ligação da Carris Metropolitana com outros modos de transporte, de mobilidade suave, tal como a equipamentos de ensino e aos principais polos de comércio e de serviços locais.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para implementação de ligação com outros modos de transporte, de mobilidade suave e monitorização do acesso aos transportes públicos;3. Fazer a Apresentação pública;4. Lançar concurso público;5. Fiscalizar a implementação;6. Apresentar os resultados.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	15 656 654 €		10 959 658 €
	Benefícios: *		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Passageiros de transportes públicos (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 8 553,70 tCO ₂ eq		

Horizonte temporal	8 Anos (2023 - 2030) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	AML Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DGM
Riscos à implementação	Falta de interesse da população; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.2.4

Implementar um Sistema Inteligente Integrado de Gestão da Informação para os diferentes modos de transporte

Descrição	Implementação de novos sistemas inteligentes integrados de controlo e gestão de transportes, para recolha de informação em tempo real, gestão de tráfego e estacionamento e recolha da informação de procura nos meios de transporte. Implementação de sistemas de alerta para disponibilização de avisos (<i>e.g.</i> painéis de informação em tempo real ou estações de rádio) à população em geral e utentes dos sistemas de transporte urbano.		
Objetivos	Implementar novos sistemas inteligentes integrados de controlo e gestão de transportes.		
Justificação	A ação permite o controlo e gestão de transportes, para recolha de informação em tempo real, gestão de tráfego e estacionamento e recolha da informação de procura nos meios de transporte. Considerando que o Concelho de Oeiras é um importante polo residencial e de emprego, que acumula com a sua capacidade de atração turística e vocação residencial, torna-se essencial que o sistema de transportes disponibilize informação adequada ao público, segundo as necessidades do mesmo, ao nível das alternativas de transporte existentes e o modo como podem ser utilizadas.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir a equipa de acompanhamento; 2. Definir os termos de referência para a implementação de recolha de informação em tempo real, gestão de tráfego e estacionamento e recolha da informação de procura nos meios de transporte; 3. Lançar concurso público para a implementação de Sistema inteligente Integrado de Gestão da Informação para os diferentes modos de transporte; 4. Implementar os sistemas; 5. Fiscalizar a implementação; 6. Apresentar os resultados. 		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
		41 751 077 €	29 225 754 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passageiros de transportes públicos (n.º) <p>Indicadores de impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano) 		

Metas	Redução de 17 107,40 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	AML Parques Tejo Empresas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DVM;DGM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS Estudos PMAACO
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Qualidade do ar; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.2.5

Implementar um Sistema Inteligente de Gestão de Tráfego

Descrição	Implementação de um Sistema Inteligente de Gestão de Tráfego e interoperável, com controlo ponto a ponto de 100 % da sinalização semafórica.		
Objetivos	Implementar novos sistemas inteligentes integrados de gestão de tráfego		
Justificação	A ação permite o controlo e gestão da rede semafórica através de sistemas de sensores adequados e de sistemas de informação e de análise, destinados à recolha de informação de tráfego em tempo real e respetiva gestão, minimizando a ocorrência de congestionamentos. Este sistema contribui para a diminuição de tempos de viagem e como tal, para a redução de emissões.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência para a implementação de recolha de informação em tempo real, controlo da rede semafórica e gestão de tráfego;3. Lançar concurso público para a implementação de Sistema Inteligente de Gestão de Tráfego;4. Implementar o sistema;5. Fiscalizar a implementação;6. Apresentar os resultados.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	20 875 538 €		14 612 877 €
	Benefícios: *		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Infraestruturas de semaforização abrangidas (%) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 8 553,70 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	AML Parques Tejo Empresas
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT, DPIUM, DGM, DVM, GIT
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Qualidade do ar; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.3.1

Aumentar a rede ciclável

Descrição	<p>Alargamento da rede ciclável e de equipamentos de apoio, considerando rotas de ligação a concelhos vizinhos (Lisboa, Cascais, Amadora e Sintra) e considerando 4 tipologias de ciclovias:</p> <ul style="list-style-type: none">i) Via banalizada partilhada com o automóvel;ii) Via banalizada partilhada com o peão;iii) Corredor ciclável;iv) Pista ciclável. <p>Ligação a ciclovias já existentes (incluindo percursos empresariais) e aos principais aglomerados urbanos do concelho, com ligação entre os principais espaços de recreio e lazer, equipamentos, serviços, polos de emprego e interfaces de transportes coletivos, identificados no PMUS.</p> <p>Promover a implementação de soluções de estacionamento para bicicletas, em particular junto de edifícios e infraestruturas municipais (escolas, equipamentos desportivos, entre outros).</p>		
Objetivos	Aumentar o número de viagens realizadas em modo ciclável.		
Justificação	Considerando a quantidade da população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, importa a implementação de medidas que diminuam o recurso à utilização do mesmo, como o aumento da utilização de bicicletas nas deslocações.		
Incidência territorial	Zonas ao longo dos vales das ribeiras do Concelho de Oeiras, considerando as zonas mais interiores do concelho e os interfaces de transportes públicos e zonas urbanas		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência com identificação de objetivos específicos e características para a aquisição de equipamentos para delimitação da rede ciclável e equipamentos de apoio, emprego e interfaces de transportes coletivos, conforme o PMUS;3. Alargar a rede ciclável e implementar equipamentos de apoio ao modo ciclável;4. Divulgar e disseminar a rede ciclável.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	941 000 €		658 700 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	<p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none">- Extensão da rede ciclável (km) <p>Indicadores de impacto:</p>		

	- Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)
Metas	Redução de 7 698,33 tCO ₂ eq
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a AML
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DOM
Riscos à implementação	Resistência da população à implementação da ação; Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.3.2

Aumentar a rede pedonal

Descrição	Considerando as áreas e eixos com vocação pedonal identificadas no PMUS, proceder à requalificação da rede pedonal e definição de zonas com maior potencial para expansão da rede, procurando incentivar uma maior utilização deste modo de deslocações de curta distância e dotando-a de boas condições de segurança, conforto e acessibilidades (incluindo condições para cidadãos de mobilidade condicionada).		
Objetivos	Aumentar o número de viagens realizadas em modo pedonal.		
Justificação	Considerando a quantidade da população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, é importante a implementação de medidas que diminuam a sua utilização, nomeadamente previligiando as deslocações a pé.		
Incidência territorial	Zonas do concelho de Oeiras com ligações pedonais/eixos para requalificação da rede pedonal.		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Identificar as intervenções de requalificação da rede pedonal e definição de zonas com maior potencial para expansão da rede, procurando incentivar uma maior utilização deste modo de deslocações de curta distância e dotando-a de boas condições de acessibilidades (incluindo condições para cidadãos de mobilidade condicionada);3. Definir os termos de referência e lançar concurso público;4. Divulgar e disseminar a rede pedonal.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	96 000 €		67 200 €
	Benefícios: **		Externalidades: ++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Extensão da rede pedonal (km) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 4 276,85 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	28 Anos (2023 - 2050) (ação em continuidade)		

Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolver	a AML Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DPIUM; DOM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Dificuldades de implementação no local; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.3.3

Promover serviços de mobilidade suave

Descrição	Desenvolvimento de um programa de atribuição de incentivos para promoção de utilização de equipamentos de mobilidade suave, nomeadamente a implementação de parques de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave, em particular em zonas comerciais, parques empresariais, entre outros. Considerar a Inclusão de transporte verde adaptado para cidadãos de mobilidade condicionada.		
Objetivos	Aumentar o número de viagens realizadas com utilização de equipamentos de mobilidade suave.		
Justificação	Considerando a quantidade da população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, é importante a implementação de medidas que diminuam a sua utilização, previligiando o recurso a equipamentos de mobilidade suave, melhorando as condições de circulação pedonal e ciclável.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Implementar um sistema de aluguer de bicicletas, em escolas, para a realização de deslocações casa/trabalho;3. Criar um modelo de incentivos financeiro, considerando a introdução de descontos para os utilizadores mais ativos;4. Avaliar a criação de sistema de incentivos para os trabalhadores dos serviços municipais e a criação de acordos com as empresas e áreas empresariais.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	12 500 000 €		8 750 000 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Lugares de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave (N.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 10 540,73 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2025 - 2030)		

Setores associados	Economia; Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DPIUM; DOM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.3.4

Promover serviços de mobilidade partilhada

Descrição	Reforçar a utilização da bicicleta/trotinetes/ <i>scooters</i> elétricas através da conceção e implementação de um sistema municipal de bicicletas/trotinetes/ <i>scooters</i> elétricas de uso partilhado para a realização de viagens de curta/média distância, considerados como complemento ao uso dos transportes públicos e modo de deslocação para zonas empresariais. Instalação de estações estacionamento estrategicamente localizadas.		
Objetivos	Aumentar a utilização da bicicleta/trotinetes/scooters elétricas		
Justificação	Considerando a quantidade da população que ainda utiliza o automóvel como principal meio de transporte, é importante a implementação de medidas que diminuam a sua utilização, nomeadamente através da utilização de bicicletas/trotinetes de uso partilhado. A disponibilização pública destes equipamentos constitui uma mais valia para o novo perfil de mobilidade urbana.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Avaliar o modelo de exploração (sistema gratuito ou pago);3. Identificar a localização dos pontos de acesso à rede e dimensão da frota;4. Disponibilizar uma aplicação móvel para registo de utilização, identificação das estações estratégicas, bloqueio e desbloqueio dos equipamentos e possibilidade da sua reserva em lugares de estacionamento.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
		300 000 €	
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: <ul style="list-style-type: none">- Deslocações partilhadas em mobilidade suave (n.º)- Distância percorrida em deslocações em mobilidade suave partilhadas (km) Indicadores de impacto: <ul style="list-style-type: none">- Consumo de energia (MWh/ano)- Redução de emissões de CO₂eq (tCO₂eq/ano)		
Metas	Redução de 4 276,85 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2023 - 2028) (ação em continuidade)		

Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação.
Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT, DPU, DPIUM, DOM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.4.1

Densificar a rede de postos de carregamento de veículos elétricos

Descrição	Expansão da rede de carregamento de veículos elétricos, para acesso público, considerando as recomendações identificadas no PMUS, para locais de implementação dos postos de carregamento.		
Objetivos	Instalar 500 pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público.		
Justificação	A ação permite a melhoria da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana, assim como a redução da dependência de combustíveis fósseis e melhoria da eficiência na utilização de recursos, induzindo padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Definir os termos de referência, com identificação de objetivos específicos e características, para a aquisição de pontos de carregamento, conforme o PMUS;3. Implementar pontos de carregamento de acesso público.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos			
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	5 000 000 €		3 500 000 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Veículos elétricos adquiridos (N.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 20 642,59 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	6 Anos (2023 - 2028) (ação em continuidade)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		
Entidade responsável	Município de Oeiras		

Parceiros locais envolver	a	E-REDES
Recursos humanos necessários		Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; GIT
Riscos à implementação		Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros)
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)		PMUS
Objetivos setoriais		Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade elétrica; Ruído ambiental

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.4.2

Promover a adoção de veículos Elétricos

Descrição	Reforço à criação de incentivos para a utilização de veículos elétricos, nomeadamente a implementação de parques de estacionamento com lugares adaptados ao carregamento de veículos elétricos. Criação de medidas de incentivo para promoção e aumento de utilização de veículos elétricos pelos residentes e empresas municipais. Promoção do aumento da capacidade da rede elétrica no concelho, visando assegurar a capacidade de resposta à procura decorrente da mobilidade elétrica.		
Objetivos	Aumentar a utilização de veículos elétricos		
Justificação	A ação pretende incentivar a população para o aumento da utilização de veículos elétricos, permitindo assim a melhoria da sustentabilidade e da qualidade de vida urbana, assim como a redução da dependência de combustíveis fósseis e melhoria da eficiência na utilização de recursos, induzindo padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Elaborar o levantamento de parques de estacionamento com lugares adaptados para carregamento de veículos elétricos;3. Criar os requisitos base para a atribuição de incentivos;4. Apresentar os resultados.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
 Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	50 338 177 €		35 236 724 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Veículos elétricos adquiridos (n.º) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 10 321,30 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	3 Anos (2028 - 2030)		
Setores associados	Economia; Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais envolvidos	a Parques Tejo
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPIUM; DVM; DEM
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	PMUS
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade elétrica; Ruído ambiental

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

Ação 7.5.1

Promover Oeiras dos 15 minutos

Descrição	Assegurar ao nível do ordenamento do território e desenho urbano a integração de diferentes usos urbanos quotidianos (habitar, trabalhar, bem-estar) e o acesso a interfaces de transportes, reduzindo a necessidade de deslocações automóveis e emissões de CO ₂ associadas.		
Objetivos	Reduzir a utilização do automóvel. Aumentar as deslocações em bicicleta e a pé.		
Justificação	O Concelho de Oeiras apresenta uma multifuncionalidade urbana, existindo condições de integração e convivência de várias funções e de diferentes usos urbanos quotidianos, deve ser privilegiado o conceito de circuitos urbanos de proximidade no Concelho.		
Incidência territorial	Concelho de Oeiras		
Principais atividades	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a equipa de acompanhamento;2. Avaliar a possibilidade de implementação do conceito de circuitos urbanos de proximidade no concelho;3. Criar um projeto piloto para implementação do conceito de circuitos urbanos de proximidade;4. Divulgar e disseminar os resultados obtidos.		
Tipologia	Mitigação		
Riscos climáticos	Eventos extremos de Temperatura;		
Custos e benefícios	Investimento público	Investimento privado	Investimento financiável
	93 273 682 €		65 291 577 €
	Benefícios: *		Externalidades: +++++
Indicadores	Indicadores de resultado: - Duração das deslocações internas (min) Indicadores de impacto: - Consumo de energia (MWh/ano) - Redução de emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)		
Metas	Redução de 21 384,25 tCO ₂ eq		
Horizonte temporal	23 Anos (2028 - 2050)		
Setores associados	Energia e segurança energética; Transportes e vias de comunicação		

Entidade responsável	Município de Oeiras
Parceiros locais a envolver	-
Recursos humanos necessários	Serviços do Município de Oeiras: DOT; DPU; DPIUM; GIT
Riscos à implementação	Viabilidade económica e dificuldades financeiras; Atrasos na execução (devido a más condições climáticas, imprevistos nos locais, atrasos nos processos de contratação, entre outros);
Ligações com outras políticas e estratégias da cidade (estudos)	Nova ação
Objetivos setoriais	Emissões de CO ₂ eq; Mobilidade suave; Ruído ambiental.

*Classificação dos benefícios de 1 a 5 *, identifica a capacidade da ação em alcançar os seus objetivos, consumindo a menor quantidade de recursos para esse efeito, em que * (1) corresponde a uma ação com poucos benefícios e ***** (5) corresponde a uma ação com benefícios elevados.

+ Classificação das externalidades de 1 a 5 +, estabelece a medida em que a ação tem impacto ou promove sinergias com outras ações ou agentes externos, em que + (1) corresponde a pouco impacto ou promove poucas sinergias e +++++ (5) corresponde a uma ação de alto impacto ou promovendo sinergias elevadas

1. Medidas prioritárias: Análise multicritério

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
1.1.1	Sensibilizar sobre Ondas de Calor e fenómenos de temperaturas extremas e riscos associados	3	4	4	5	5	4	4	4,14	70	
1.1.2	Sensibilizar e formar para boas práticas na horticultura urbana	3	5	4	5	5	4	3	4,14	70	
1.1.3	Sensibilizar para a preservação dos ecossistemas urbanos	3	5	5	5	5	4	4	4,43	90	Sim
1.1.4	Sensibilizar sobre os riscos costeiros e inundações	4	5	5	5	5	4	4	4,57	100	Sim
1.1.5	Criar programa de literacia energética	3	1	5	3	5	3	2	3,14	0	
1.1.6	Criar Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática	4	1	5	3	5	3	5	3,71	40	
1.1.7	Criar Balcão Único para a Energia e o Clima	5	2	5	3	5	3	5	4,00	60	
1.1.8	Valorizar o Observatório do Território Informação de Energia e Clima	4	4	5	5	5	4	4	4,43	90	Sim
1.1.9	Criar quiosque de informação	1	1	5	3	5	3	5	3,29	10	
1.1.10	Criar selo Parceiro para a Ação Climática	4	5	5	5	5	4	3	4,43	90	Sim
1.2.1	Promover a Investigação Científica no âmbito da Energia e Alterações Climáticas no território de Oeiras	3	5	5	5	5	4	4	4,43	90	Sim
1.2.2	Considerar os efeitos das alterações climáticas na frequência de ocorrência de eventos extremos	3	5	5	5	5	4	4	4,43	90	Sim
1.2.3	Incluir vertente relacionada com as condições ambientais no Plano de Ação para a Saúde Municipal	4	4	5	4	5	4	3	4,14	70	

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
2.1.1	Instalar sistemas de informação e de alerta sobre riscos climáticos associados a temperaturas extremas e ondas de calor e promover o conhecimento do efeito das ondas de calor e de temperaturas extremas no território	4	4	5	5	5	4	5	4,57	90	Sim
2.1.2	Monitorizar os vetores potencialmente transmissores de doenças com impacto na saúde pública	4	5	5	4	5	5	3	4,43	80	Sim
2.1.3	Monitorizar a qualidade do ar	5	4	5	5	5	5	4	4,71	100	Sim
2.2.1	Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco de aumento de temperatura e ocorrência de onda de calor	4	5	5	4	5	5	4	4,57	90	Sim
2.3.1	Aplicar arquitetura bioclimática no edificado e no espaço público	4	3	3	3	3	3	4	3,29	0	
2.3.2	Promover a reabilitação do espaço público para o conforto térmico	5	3	5	3	5	4	3	4,00	50	
2.3.3	Implementar rede de refúgios climáticos	4	3	5	3	5	4	3	3,86	40	

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
3.1.1	Promover a redução de resíduos	3	5	5	5	5	1	4	4,00	67	
3.1.2	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de resíduos	1	2	5	3	5	3	3	3,14	0	
3.1.3	Promover o sistema de recolha seletiva de biorresíduos	2	2	5	3	5	5	3	3,57	33	
3.1.4	Ampliar os sistemas de recolha seletiva	4	3	5	5	5	3	4	4,14	78	Sim
3.1.5	Aplicar o princípio do Pay-as-you-throw / Save-as-you-throw / Receive-as-you-throw	2	1	5	3	5	5	3	3,43	22	
3.1.6	Promover o consumo responsável	3	5	5	5	5	5	2	4,29	89	Sim
3.1.7	Promover o consumo local	3	5	5	5	5	5	3	4,43	100	Sim
3.1.8	Reduzir o desperdício alimentar	3	5	5	5	5	3	4	4,29	89	Sim
3.1.9	Promover a economia circular	3	5	5	5	5	3	3	4,14	78	Sim
3.2.1	Otimizar o consumo de águas, de forma eficiente	4	3	5	5	5	5	2	4,14	78	Sim
3.2.2	Instalar dispositivos de consumo de água eficientes	1	2	5	3	5	3	3	3,14	0	
3.2.3	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de água	5	4	4	5	5	4	2	4,14	78	Sim

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
4.1.1	Planejar a definição territorial da infraestrutura verde municipal	4	5	5	5	5	5	4	4,71	100	Sim
4.1.2	Executar novas áreas afetadas à infraestrutura verde	4	5	5	5	5	5	4	4,71	100	Sim
4.1.3	Regenerar a infraestrutura verde existente para promover os serviços de ecossistemas e o aumento da biodiversidade em contexto urbano	1	2	5	3	5	5	3	3,43	0	
4.1.4	Promover a conectividade verde em contexto urbano	5	3	5	3	5	3	4	4,00	44	
5.1.1	Melhorar o sistema de drenagem e promover a retenção e/ou infiltração de águas pluviais	4	2	5	1	5	1	4	3,14	0	
5.1.2	Desenvolver o plano de ação para cheias e inundações	4	5	5	5	5	5	4	4,71	100	Sim
5.2.1	Reutilizar água não potável	5	3	5	4	5	3	5	4,29	73	
5.2.2	Salvaguardar os aquíferos	5	3	5	4	5	2	4	4,00	55	
5.2.3	Promover o abastecimento de água resiliente	4	3	5	4	5	3	4	4,00	55	
5.3.1	Promover a proteção de edifícios em risco de inundação costeira ou galgamento costeiro e de estruturas de defesa costeira e portuárias existentes e proteção e manutenção de praias	5	2	5	1	4	3	4	3,43	18	
5.3.2	Definir cotas mínimas para as edificações em zonas urbanas	5	4	5	3	4	4	4	4,14	64	

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
6.1.1	Melhorar a eficiência energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais	1	1	4	5	5	5	3	3,43	78	Sim
6.1.2	Implementar Sistema Integrado de Gestão de Energia	1	4	4	5	5	4	2	3,57	89	Sim
6.1.3	Promover a Eletrificação em Edifícios e Infraestruturas Municipais	1	2	4	5	5	3	2	3,14	56	
6.1.4	Promover as compras públicas ecológicas	1	4	4	3	5	4	2	3,29	67	
6.1.5	Criar regulamento para Edifícios NZEB	1	1	4	2	5	5	3	3,00	44	
6.2.1	Criar programa de incentivo à eficiência energética	1	2	4	4	5	3	3	3,14	56	
6.2.2	Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Residencial)	3	2	4	3	3	3	3	3,00	44	
6.3.1	Melhorar a eficiência energética no Parque Habitacional Municipal	1	2	1	5	4	5	3	3,00	44	
6.3.2	Criar regulamento para as boas práticas no Parque Habitacional Municipal	1	1	1	5	4	3	3	2,57	11	
6.4.1	Incentivar a eficiência energética no setor de serviços	3	2	4	4	5	3	3	3,43	78	Sim
6.4.2	Promover as parcerias para a eficiência e autonomia energética (Serviços)	3	2	4	3	3	4	3	3,14	56	
6.5.1	Implementar sistema Integrado de Gestão de Energia com controlo ponto a ponto	1	4	4	5	5	4	2	3,57	89	Sim
6.5.2	Promover Iluminação Pública 100% LED	1	2	4	5	5	5	4	3,71	100	Sim
6.6.1	Criar Plano de Ação Oeiras 100% Renovável	1	1	4	4	5	3	3	3,00	44	
6.6.2	Criar Programa Oeiras Energia Verde	5	1	5	4	5	3	3	3,71	100	Sim
6.6.3	Promover Comunidades de Energia	5	1	5	3	5	4	3	3,71	100	Sim
6.7.1	Desenvolver Plano Municipal para a Justiça Climática	1	1	2	5	4	4	3	2,86	33	
6.7.2	Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Parque Habitacional Municipal)	1	2	2	3	3	3	3	2,43	0	
6.8.1	Promover Infraestruturas energeticamente seguras e resilientes	1	2	5	5	4	5	4	3,71	100	Sim

COD Ação	Ação	Pontuações							Total	Ranking	Prioritária
		Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias			
7.1.1	Criar Programa Oeiras Frota Verde	2	1	4	5	5	5	4	3,71	50	
7.1.2	Promover o uso de frota partilhada e transporte público	1	2	5	5	5	3	4	3,57	38	
7.1.3	Criar zonas de Baixas Emissões (ZBE) e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)	1	2	5	5	5	5	4	3,86	63	
7.1.4	Criar Plano de Mobilidade Escolar	1	2	5	4	3	3	4	3,14	0	
7.2.1	Aumentar o Serviço de Transporte Público com recurso a fontes sustentáveis	5	1	5	4	3	3	4	3,57	37	
7.2.2	Promover o Transporte Coletivo em Sítio Próprio	3	1	5	5	3	5	4	3,71	50	
7.2.3	Promover a intermobilidade	5	1	5	5	3	5	4	4,00	75	Sim
7.2.4	Implementar Sistema Inteligente Integrado de Gestão da Informação para os diferentes modos de transporte	5	1	5	5	3	3	4	3,71	50	
7.2.5	Implementar sistema Inteligente de Gestão de Tráfego	5	1	5	5	3	3	4	3,71	50	
7.3.1	Aumentar a rede ciclável	4	2	5	4	4	5	4	4,00	75	Sim
7.3.2	Aumentar a rede pedonal	3	2	5	4	4	5	4	3,86	63	
7.3.3	Promover serviços de mobilidade suave	5	1	5	4	5	3	4	3,86	63	
7.3.4	Promover serviços de mobilidade partilhada	3	1	5	5	4	5	4	3,86	63	
7.4.1	Densificar a rede de postos de carregamento de veículos EE	5	1	5	5	4	5	4	4,14	88	Sim
7.4.2	Promover a adoção de veículos Elétricos	5	1	5	4	5	5	4	4,14	88	Sim
7.5.1	Promover a Oeiras dos 15 minutos	5	1	5	5	5	5	4	4,29	100	Sim

Critérios da avaliação multicritério

A pontuação total foi atribuída pela soma da pontuação de cada critério de acordo com o respetivo fator de ponderação. A priorização de cada ação foi determinada individualmente para cada eixo, considerando a pontuação da ação relativamente ao intervalo entre a pontuação mínima e máxima do eixo em que se insere. São consideradas prioritárias as ações cuja pontuação seja igual ou superior a 75. As escalas de avaliação multicritério consideradas foram as seguintes:

Eficácia

- 1- A medida produz resultados muito reduzidos
- 2- A medida produz poucos resultados
- 3- A medida produz resultados moderados
- 4- A medida produz resultados elevados
- 5- A medida produz resultados muito elevados

Eficiência

- 1- A medida necessita de mais de 5 anos para a sua implementação e um orçamento superior a 3M€.
- 2- A medida necessita de mais de 5 anos para a sua implementação e um orçamento entre 1 e 3M€.
- 3- A medida necessita de menos de 5 anos para a sua implementação e um orçamento entre 1 e 3M€.
- 4- A medida necessita de menos de 5 anos para a sua implementação e um orçamento inferior a 1M€.
- 5- A medida necessita de menos de 5 anos para a sua implementação e um orçamento inferior a 0,5M€

Equidade

- 1- A medida abrange menos de 25% do território e entidades específicas
- 2- A medida abrange menos de 25% do território e menos de 25% da população
- 3- A medida abrange mais de 50% do território e 50 % da população
- 4- A medida abrange 100% do território e mais de 50 % da população
- 5- A medida abrange todo o território e toda a população e entidades

Flexibilidade

- 1- A implementação da medida pode apresentar elevadas restrições legais ou regulatórias
- 2- A implementação da medida apresenta baixas restrições legais ou regulatórias, mas apresenta baixos precedentes
- 3- A implementação da medida apresenta baixas restrições legais ou regulatórias, mas apresenta alguns precedentes
- 4- A implementação da medida não apresenta restrições legais ou regulatórias, mas apresenta baixos precedentes
- 5- A implementação da medida não apresenta restrições legais ou regulatórias e apresenta precedentes

Legitimidade

- 1- O Município não tem qualquer legitimidade para implementar a medida.
- 2- O Município tem legitimidade muito limitada para implementar a medida e tem que articular com mais que 1 entidade pública.

- 3- O Município tem legitimidade parcial para implementar a medida, mas tem que articular com 1 entidade publica.
- 4- O Município tem legitimidade parcial para implementar a medida, mas tem que articular parcialmente com 1 entidade publica.
- 5- O Município tem total legitimidade para implementar a medida

Urgência

- 1- A medida pode ser implementada num espaço temporal superior a 5 anos
- 2- A medida pode ser implementada num espaço temporal entre 3 a 5 anos
- 3- A medida pode ser implementada num espaço temporal entre 2 a 3 anos
- 4- A medida pode ser implementada num espaço temporal inferior a 2 anos
- 5- A medida deve ser implementada num espaço temporal inferior a 1 ano

Sinergias

- 1- A medida não está diretamente relacionada com outros setores nem relacionada com planos atualmente em vigor
- 2- A medida está diretamente relacionada com pelo menos 2 setores, mas não está relacionada com planos atualmente em vigor
- 3- A medida não está diretamente relacionada com outros setores, mas está relacionada com planos atualmente em vigor
- 4- A medida está diretamente relacionada com pelo menos 2 setores e com planos atualmente em vigor
- 5- A medida está diretamente relacionada com pelo menos 3 setores e com planos atualmente em vigor

2. Medidas por tipologia e riscos climáticos

ID	Medida	Tipologia		Riscos Climáticos			
		Mitigação	Adaptação	Cheias e inundações	Galgamentos e inundações costeiras	Eventos extremos de temperatura	Disponibilidade hídrica
1.1	Sensibilizar para as boas práticas a adotar face às Alterações Climáticas						
1.2	Promover o conhecimento do Município, apoiar e fomentar a colaboração científica para o conhecimento das alterações climáticas						
2.1	Introduzir sistemas de vigilância dos riscos climáticos prioritários e promover o conhecimento técnico do Município em Alterações Climáticas, nomeadamente ao nível das temperaturas extremas e ondas de calor						
2.2	Aumentar a resiliência da infraestrutura verde face ao aumento da temperatura e diminuição da precipitação						
2.3	Promover o conforto térmico no edificado e no espaço público						
3.1	Definir uma estratégia de economia verde e circular para o Município						
3.2	Promover a Eficiência hídrica						
4.1	Aumentar a infraestrutura verde e a sua conectividade						
5.1	Minimizar a vulnerabilidade a cheias e inundações						
5.2	Reforçar a Gestão do Ciclo da água: Reduzir, Reutilizar e Gerir Eficientemente						

ID	Medida	Tipologia		Riscos Climáticos			
		Mitigação	Adaptação	Cheias e inundações	Galgamentos e inundações costeiras	Eventos extremos de temperatura	Disponibilidade hídrica
5.3	Promover a adaptação da frente ribeirinha à subida do nível médio das águas e aumento de cheias						
6.1	Reforçar a Eficiência Energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais						
6.2	Promover a Eficiência Energética na Habitação Privada						
6.3	Promover a Eficiência Energética no Parque Habitacional Municipal						
6.4	Promover a Eficiência Energética nos Serviços						
6.5	Reforçar a Eficiência Energética na Iluminação Pública						
6.6	Promover Fontes de Energia Limpa						
6.7	Promover a Justiça Climática						
6.8	Assegurar o Fornecimento Energético Resiliente						
7.1	Reforçar a Mobilidade Municipal Sustentável						
7.2	Aumentar a Rede de Transporte Público Sustentável						
7.3	Reforçar a Mobilidade Suave e Partilhada						
7.4	Aumentar a Rede de Abastecimento elétrico						
7.5	Promover novas centralidades e zonas urbanas multifunção						

3. Redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa por ação

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
1.1.1	Sensibilizar sobre Ondas de Calor e fenómenos de temperaturas extremas e riscos associados	0,00	0,00%	A
1.1.2	Sensibilizar e formar para boas práticas na horticultura urbana	0,00	0,00%	A
1.1.3	Sensibilizar para a preservação dos ecossistemas urbanos	0,00	0,00%	A
1.1.4	Sensibilizar sobre os riscos costeiros e inundações	0,00	0,00%	A
1.1.5	Criar programa de literacia energética	5 814,60	1,41%	–
1.1.6	Criar Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática	7 303,77	1,77%	–
1.1.7	Criar Balcão Único para a Energia e o Clima	33 710,68	8,18%	–
1.1.8	Valorizar o Observatório do Território com Informação de Energia e Clima	0,00	0,00%	B
1.1.9	Criar quiosque de informação	756,40	0,18%	–
1.1.10	Criar selo Parceiro para a Ação Climática	0,00	0,00%	B
1.2.1	Promover a Investigação Científica no âmbito da Energia e Alterações Climáticas no território de Oeiras	0,00	0,00%	B

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
1.2.2	Considerar os efeitos das alterações climáticas na frequência de ocorrência de eventos extremos	0,00	0,00%	A
1.2.3	Incluir vertente relacionada com as condições ambientais na Estratégia Municipal de Saúde	0,00	0,00%	A
2.1.1	Instalar sistemas de informação e de alerta sobre riscos climáticos associados a temperaturas extremas e ondas de calor e promover o conhecimento do efeito das ondas de calor e de temperaturas extremas no território	0,00	0,00%	A
2.1.2	Monitorizar os vetores potencialmente transmissores de doenças com impacto na saúde pública	0,00	0,00%	A
2.1.3	Monitorizar a qualidade do ar	0,00	0,00%	A
2.2.1	Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água, ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco de aumento de temperatura e ocorrência de ondas de calor	0,00	0,00%	A
2.3.1	Aplicar arquitetura bioclimática no edificado e no espaço público	0,00	0,00%	B
2.3.2	Promover a reabilitação do espaço público para o conforto térmico	0,00	0,00%	B
2.3.3	Implementar rede de refúgios climáticos	0,00	0,00%	A
3.1.1	Promover a redução de resíduos	0,00	0,00%	B
3.1.2	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de resíduos	365,97	0,09%	–

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
3.1.3	Promover o sistema de recolha seletiva de biorresíduos	2 133,13	0,52%	–
3.1.4	Ampliar os sistemas de recolha seletiva	0,00	0,00%	A
3.1.5	Aplicar o princípio do Pay-as-you-throw / Save-as-you-throw / Receive-as-you-throw	4 197,63	1,02%	–
3.1.6	Promover o consumo responsável	0,00	0,00%	B
3.1.7	Promover o consumo local	0,00	0,00%	B
3.1.8	Reduzir o desperdício alimentar	0,00	0,00%	B
3.1.9	Promover a economia circular	0,00	0,00%	B
3.2.1	Otimizar o consumo de águas, de forma eficiente	0,00	0,00%	B
3.2.2	Instalar dispositivos de consumo de água eficientes	53,38	0,01%	–
3.2.3	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de água	0,00	0,00%	B
4.1.1	Planear a definição territorial da infraestrutura verde municipal	0,00	0,00%	B
4.1.2	Executar novas áreas afetas à infraestrutura verde	0,00	0,00%	B

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
4.1.3	Regenerar a infraestrutura verde existente para promover os serviços de ecossistemas e o aumento da biodiversidade em contexto urbano	1 075,23	0,26%	–
4.1.4	Promover a conectividade verde em contexto urbano	0,00	0,00%	B
5.1.1	Melhorar o sistema de drenagem e promover a retenção e/ou infiltração de águas pluviais	0,00	0,00%	A
5.1.2	Desenvolver plano de ação para cheias e inundações	0,00	0,00%	A
5.2.1	Reutilizar água não potável	0,00	0,00%	B
5.2.2	Salvaguardar os aquíferos	0,00	0,00%	A
5.2.3	Promover o abastecimento de água resiliente	0,00	0,00%	B
5.3.1	Promover a proteção de edifícios em risco de inundação costeira ou galgamento costeiro e de estruturas de defesa costeira e portuárias existentes e proteção e manutenção de praias	0,00	0,00%	A
5.3.2	Definir cotas mínimas para as edificações em zonas urbanas	0,00	0,00%	A
6.1.1	Melhorar a eficiência energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais	1 103,47	0,27%	–
6.1.2	Implementar um Sistema Integrado de Gestão de Energia	615,77	0,15%	–
6.1.3	Promover a Eletrificação em Edifícios e Infraestruturas Municipais	1 089,39	0,26%	–

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
6.1.4	Promover as compras públicas ecológicas	662,71	0,16%	–
6.1.5	Criar um regulamento para Edifícios NZEB	0,00	0,00%	B
6.2.1	Criar um programa de incentivo à eficiência energética	69,25	0,02%	–
6.2.2	Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Residencial)	5 109,81	1,24%	–
6.3.1	Melhorar a eficiência energética no Parque Habitacional Municipal	96,18	0,02%	–
6.3.2	Criar um regulamento para as boas práticas no Parque Habitacional Municipal	76,36	0,02%	–
6.4.1	Incentivar a eficiência energética no setor de serviços	4 006,08	0,97%	–
6.4.2	Promover as parcerias para a eficiência e autonomia energética (Serviços)	5 084,00	1,23%	–
6.5.1	Implementar um sistema Integrado de Gestão de Energia com controlo ponto a ponto	159,76	0,04%	–
6.5.2	Promover Iluminação Pública 100 % LED	13,39	0,00%	–
6.6.1	Criar um Plano de Ação Oeiras 100 % Renovável	1 467,22	0,36%	–
6.6.2	Criar um Programa Oeiras Energia Verde	16 686,09	4,05%	–
6.6.3	Promover Comunidades de Energia	156 324,50	37,95%	–

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
6.7.1	Desenvolver um Plano Municipal para a Justiça Climática	1 582,06	0,38%	–
6.7.2	Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Parque Habitacional Municipal)	278,85	0,07%	–
6.8.1	Promover Infraestruturas energeticamente seguras e resilientes	59,35	0,01%	–
7.1.1	Criar um Programa Oeiras Frota Verde	2 325,47	0,56%	–
7.1.2	Promover o uso de frota partilhada e transporte público	1 081,70	0,26%	–
7.1.3	Criar zonas de Baixas Emissões (ZBE) e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)	151,31	0,04%	–
7.1.4	Criar um Plano de Mobilidade Escolar	65,10	0,02%	–
7.2.1	Aumentar o Serviço de Transporte Público com recurso a fontes sustentáveis	40 189,14	9,76%	–
7.2.2	Promover o Transporte Coletivo em Sítio Próprio	4 844,61	1,18%	–
7.2.3	Promover a intermobilidade	8 553,70	2,08%	–
7.2.4	Implementar um sistema Inteligente Integrado de Gestão da Informação para os diferentes modos de transporte	17 107,40	4,15%	–
7.2.5	Implementar sistema Inteligente de Gestão de Tráfego	8 553,70	2,08%	–

ID	Ação	Redução de emissões de GEE [tCO ₂ eq]	Contributo redução total [%]	Notas*
7.3.1	Aumentar a rede ciclável	7 698,33	1,87%	–
7.3.2	Aumentar a rede pedonal	4 276,85	1,04%	–
7.3.3	Promover serviços de mobilidade suave	10 540,73	2,56%	–
7.3.4	Promover serviços de mobilidade partilhada	4 276,85	1,04%	–
7.4.1	Densificar a rede de postos de carregamento de veículos elétricos	20 642,59	5,01%	–
7.4.2	Promover a adoção de veículos Elétricos	10 321,30	2,51%	–
7.5.1	Promover Oeiras dos 15 minutos	21 384,25	5,19%	–

Notas:

A – a ação não tem consequências ao nível de redução direta de emissões.

B – a redução de emissões é contabilizada em outra(s) ação(ões).

4. Matriz de indicadores de monitorização

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
1.1	Sensibilizar para as boas práticas a adotar face às Alterações Climáticas	1.1.1	Sensibilizar sobre Ondas de Calor e fenómenos de temperaturas extremas e riscos associados	Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Taxa de morbilidade associada a ondas de calor (%)	Anual	2025	2025	DGS Município Oeiras: DGA; DE; SMPC; USST; DGO; GIT
		1.1.2	Sensibilizar e formar para boas práticas na horticultura urbana	Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Área de Hortas urbanas com culturas adaptadas (m2)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DGA; DE; GIT
		1.1.3	Sensibilizar para a preservação dos ecossistemas urbanos	Ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: DGA; DE; GIT
		1.1.4	Sensibilizar sobre os riscos	Ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Mortes associadas a	Anual	2025	2025	Disaster IGOT –

⁸⁵ A identificação das Unidades Orgânicas do Município de Oeiras envolvidas foi efetuada de acordo às competências e funções estabelecidas na Reorganização dos Serviços do Município de Oeiras **Fonte especificada inválida..**

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
			costeiros e inundações	Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	cheias e inundações (n.º)				Município Oeiras: DGA; DE; SMPC; USST; DGO; GIT
		1.1.5	Criar programa de literacia energética	Ações de divulgação e sensibilização (n.º) Participantes em ações de divulgação e sensibilização (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DGA; DE; DGO; GIT
		1.1.6	Criar Guia para a Eficiência Energética e Ação Climática	Publicações disponibilizadas (n.º) Consultas online (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab) Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GC; DGA; DGO; GIT
		1.1.7	Criar Balcão Único para a Energia e o Clima	População abrangida (n.º) Empresas beneficiadas (n.º) Consultas realizadas (por vertente) (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab) Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GC; GATPI; DGO; DGA; GIT

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
				Publicações disponibilizadas (n.º)					
		1.1.8	Valorizar o Observatório do Território Informação de Energia e Clima	Consultas online (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab) Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT
		1.1.9	Criar quiosque de informação	População abrangida (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab) Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DGO
		1.1.10	Criar selo Parceiro para a Ação Climática	Selos atribuídos (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab) Emissões de CO ₂ eq per capita (tCO ₂ eq/hab)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: GATPI; DE; GIT

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
1.2	Promover o conhecimento do Município, apoiar e fomentar a colaboração científica para o conhecimento das alterações climáticas	1.2.1	Promover a Investigação Científica no âmbito da Energia e Alterações Climáticas no território de Oeiras	Bolsas atribuídas (n.º)	Projetos e publicações científicas sobre as Alterações Climáticas com Oeiras como território de estudo (n.º)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GCI
		1.2.2	Considerar os efeitos das alterações climáticas na frequência de ocorrência de eventos extremos	Revisões implementadas (n.º)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas (n.º) Índice da qualidade do ar Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações (n.º)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC, GIT
		1.2.3		Zonas críticas identificadas (n.º)		Anual	2026	2027	

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
			Incluir vertente relacionada com as condições ambientais na Estratégia Municipal de Saúde	Serviços de saúde reforçados com informação (n.º)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de doenças transmitidas por vetores (n.º)				Município Oeiras: SMPC, DCS

2.1	Introduzir sistemas de vigilância dos riscos climáticos prioritários e promover o conhecimento técnico do Município em Alterações Climáticas, nomeadamente ao nível das temperaturas extremas e ondas de calor.	2.1.1	Instalar sistemas de informação e de alerta sobre riscos climáticos associados a temperaturas extremas e ondas de calor e promover o conhecimento do efeito das ondas de calor e de temperaturas extremas no território	Equipamentos de monitorização instalados (n.º)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas (n.º)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC, GIT
		2.1.2	Monitorizar os vetores potencialmente transmissores de doenças com impacto na saúde pública	Zonas críticas identificadas (n.º) Vetores identificados (por espécie) (n.º)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas (n.º)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC, DCS

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
		2.1.3	Monitorizar a qualidade do ar	População abrangida (n.º)	Índice da qualidade do ar	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DGA, GIT
				Equipamentos de monitorização de qualidade do ar e temperatura (n.º)					
				Zonas críticas identificadas (n.º)					
2.2	Aumentar a resiliência da infraestrutura verde face ao aumento da temperatura e diminuição da precipitação	2.2.1	Aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco de aumento de temperatura e ocorrência de onda de calor	Área plantada com vegetação adaptada (m2)	Consumo de água de rega por área de espaços verdes urbanos regados (m3/m2)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DGEV
2.3	Promover o conforto térmico no edificado e no espaço público	2.3.1	Aplicar arquitetura bioclimática no edificado e no espaço público	Locais com soluções de arquitetura bioclimática implementadas (n.º)	Consumo de energia per capita (MWh/hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DGU; DPERU; DOM; DHM; GIT
				Certificações LiderA, BREEAM, LEED ou similar (n.º)					
		2.3.2	Promover a reabilitação do espaço público	Intervenções para a criação de sombra e conforto térmico (n.º)	Taxa de morbilidade associada a	Anual	2026	2027	DGS Município Oeiras: DGU;

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
		2.3.3	para o conforto térmico	Bebedouros acessíveis per capita (n.º/hab)	ondas de calor (%)	Anual	2026	2027	DPERU; DOM; DHM; DEM; GIT
			Implementar rede de refúgios climáticos	População abrangida por refúgios climáticos (n.º)	Taxa de morbilidade associada a ondas de calor (%)				DGS
				Ações de divulgação e sensibilização (n.º)					Município Oeiras: DCS; USST; DOT; GIT

3.1	Definir uma estratégia de economia verde e circular para o Município	3.1.1	Promover a redução de resíduos	População abrangida (n.º)	Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)	Anual	2026	2027	TRATOLIXO INE Município Oeiras: DGRU; DGO	
			3.1.2	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de resíduos	População abrangida (n.º)	Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)	Anual	2026	2027	INE Município Oeiras: DGRU
				3.1.3	Promover o sistema de recolha seletiva de biorresíduos	População abrangida (n.º) Biorresíduos encaminhados para reciclagem (t)	Resíduos produzidos por habitante (Kg/hab) Taxa de captura de biorresíduos (%)	Anual	2024	2025

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
					Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)				
		3.1.4	Ampliar os sistemas de recolha seletiva	População abrangida (por fileira) (n.º)	REEE encaminhados para reciclagem (Kg) REEE encaminhados para reciclagem pelo Município de Oeiras como Organização (kg) Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem (Kg) Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem pelo Município de Oeiras	Anual	2024	2025	TRATOLIXO ERSAR INE Município Oeiras: DGRU; DGO

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
					como Organização (kg)				
					Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)				
		3.1.5	Aplicar o princípio do Pay-as-you-throw / Save-as-you-throw / Receive-as-you-throw	População abrangida (n.º)	Resíduos produzidos por habitante (t/hab)	Anual	2031	2031	INE Município Oeiras: DGRU
					Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)				
		3.1.6	Promover o consumo responsável	Mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - Zero Waste implementados (n.º)	Taxa de reciclagem de resíduos municipais (%)	Anual	2026	2027	INE Município Oeiras: DCP; DHM; DOM; DPERU
		3.1.7	Promover o consumo local	População abrangida (n.º)	Resíduos produzidos por habitante (t/hab)	Anual	2024	2025	INE Município Oeiras: DGA; DGO; DOT
				Consultas online (n.º)					

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
		3.1.8	Reduzir o desperdício alimentar	Entidades abrangidas (n.º)	Resíduos produzidos por habitante (t/hab)	Anual	2024	2025	INE Município Oeiras: DDS; DGO
		3.1.9	Promover a economia circular	Consultas online (n.º)	Resíduos produzidos por habitante (t/hab)	Anual	2031	2031	INE TRATOLIXO Município Oeiras: DGRU
3.2	Promover a Eficiência hídrica	3.2.1	Otimizar o consumo de águas, de forma eficiente	Intervenções realizadas (n.º)	Consumos de água (m3)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DGEV; DP; DEM
		3.2.2	Instalar dispositivos de consumo de água eficientes	Intervenções realizadas (n.º)	Consumos de água (m3)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DP; DEM
		3.2.3	Implementar sistema inteligente integrado de gestão de água	Intervenções realizadas (n.º) Sensores instalados (n.º)	Consumos de água (m3)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DP; DEM

4.1	Aumentar a infraestrutura verde e a sua conectividade	4.1.1	Planear a definição territorial da infraestrutura verde municipal	Área de infraestrutura verde municipal planeada per capita (m ² /hab)	Área de infraestrutura verde municipal executada per capita (m ² /hab)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DOT; DPU; DGEV; DOM; DRU
-----	---	-------	---	--	---	-------	------	------	--

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
		4.1.2	Executar novas áreas afetadas à infraestrutura verde	Área de infraestrutura verde municipal executada per capita (m ² /hab)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações (n.º)	Anual	2027	2027	Município Oeiras: DOT; DPU; DGEV; DOM; DRU; SMPC
		4.1.3	Regenerar a infraestrutura verde existente para promover os serviços de ecossistemas e o aumento da biodiversidade em contexto urbano	Ações de reabilitação infraestrutura verde (n.º)	Sequestro de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano) Consumo de água por área de infraestrutura verde (m ³ /m ²)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DGA; DGEV; DOM; DRU
		4.1.4	Promover a conectividade verde em contexto urbano	Licenças atribuídas a Coberturas/fachadas verdes (n.º) Árvores plantadas em meio urbano (n.º)	Índice da qualidade do ar	Anual	2026	2027	Município Oeiras: DGU; DGALU; DGEV; GIT

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
5.1	Minimizar a vulnerabilidade a cheias e inundações	5.1.1	Melhorar o sistema de drenagem e promover a retenção e/ou infiltração de águas pluviais	Taxa de implementação do plano de ação (%)	Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações (n.º)	Anual	2026	2027	SIMAS Município Oeiras: DOT; DPU; DGU; DGEP; SMPC
		5.1.2	Desenvolver o plano de ação para cheias e inundações	Taxa de implementação de ações programadas (%)	Danos causados pelas cheias e inundações (€)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC; GATPI; DDS; DOT; DPU; DGU; DGEP; DEP
5.2	Reforçar a Gestão do Ciclo da água: Reduzir, Reutilizar e Gerir Eficientemente	5.2.1	Reutilizar água não potável	Taxa de reutilização de água não potável (%)	Consumos de água per capita (m3)	Anual	2026	2027	INE ADTA Município Oeiras: GIT; DGA
		5.2.2	Salvaguardar os aquíferos	Furos licenciados (n.º)	Qualidade da água (salinidade, azoto e outros parâmetros relevantes)	Anual	2026	2027	SIMAS APA Município Oeiras: DGA
		5.2.3	Promover o abastecimento de água resiliente	Equipamentos instalados (n.º)	Volume de perdas de água anual (m3)	Anual	2024	2025	SIMAS ADTA Município Oeiras: GIT; DEM

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
5.3	Promover a adaptação da frente ribeirinha à subida do nível médio das águas e aumento de cheias	5.3.1	Promover a proteção de edifícios em risco de inundação costeira ou galgamento do costeiro e de estruturas de defesa costeira e portuárias existentes e proteção e manutenção de praias	Taxa de implementação de ações programadas (%)	Perdas materiais (€)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC; DGA; DACTPH; GATPI; DPU; DDS
		5.3.2	Definir cotas mínimas para as edificações em zonas urbanas	Taxa de implementação de ações programadas (%)	Zonas críticas identificadas (n.º)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: SMPC; DOT; DP; DACTPH; DGU

6.1	Reforçar a Eficiência Energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais	6.1.1	Melhorar a eficiência energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais	Edifícios e infraestruturas municipais abrangidos (%)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: DP; GIT; DGEP; DEM
		6.1.2	Implementar Sistema Integrado de	Edifícios e infraestruturas municipais abrangidos (%)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: DP; GIT; DEM

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
			Gestão de Energia		Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		6.1.3	Promover a Eletrificação em Edifícios e Infraestruturas Municipais	Equipamentos renovados (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DP; DEM
		6.1.4	Promover as compras públicas ecológicas	Critérios ecológicos implementados (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: DP; GIT; DEM; DGO; DCP
		6.1.5	Criar regulamento para Edifícios NZEB	Edifícios NZEB (n.º)	Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DEM; DCH; DPE; DRU
6.2	Promover a Eficiência Energética na Habitação Privada	6.2.1	Criar programa de incentivo à eficiência energética	Alojamentos de habitação beneficiados (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DRU
				Classes de eficiência energética melhoradas (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		6.2.2	Promover parcerias para a eficiência e	Parcerias criadas (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT;

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
			autonomia energética (Residencial)	Alojamentos de habitação beneficiados (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				DHM; DRU; GATPI
6.3	Promover a Eficiência Energética no Parque Habitacional Municipal	6.3.1	Melhorar a eficiência energética no Parque Habitacional Municipal	Alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangidos (%)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DCH
		6.3.2	Criar regulamento para as boas práticas no Parque Habitacional Municipal	Boas práticas regulamentadas (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DCH; DGSH
				População abrangida (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
6.4	Promover a Eficiência Energética nos Serviços	6.4.1	Incentivar a eficiência energética no setor de serviços	Parcerias criadas (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; GATPI
				Empresas beneficiadas (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		6.4.2	Promover as parcerias para a eficiência e	Edifícios de serviços abrangidos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: GIT; GATPI

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
			autonomia energética (Serviços)		Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
6.5	Reforçar a Eficiência Energética na Iluminação Pública	6.5.1	Implementar sistema Integrado de Gestão de Energia com controlo ponto a ponto	Infraestruturas de IP e semaforização abrangidas (%)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: DGF; GIT; DGEP
		6.5.2	Promover Iluminação Pública 100% LED	Infraestruturas de IP abrangidas (%)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DGF; DGEP
6.6	Promover Fontes de Energia Limpa	6.6.1	Criar Plano de Ação Oeiras 100% Renovável	Potência instalada em sistemas de produção de energia renovável (MW)	Energia renovável produzida (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DEM; DP; DCH; DACTPH
		6.6.2	Criar Programa Oeiras Energia Verde	Potência instalada em sistemas de produção de energia renovável (MW)	Energia renovável produzida (MWh/ano)	Anual	2026	2027	DGEG Município Oeiras: GIT

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵		
		6.6.3	Promover Comunidades de Energia		Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)						
				Potência instalada em Comunidades de Energia (MW)	Energia renovável produzida (MWh/ano)	Anual	2025	2025	DGEG Município Oeiras: GIT		
				Comunidades de Energia criadas (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)						
6.7	Promover a Justiça Climática	6.7.1	Desenvolver Plano Municipal para a Justiça Climática	Famílias em Justiça Climática (%)	Consumo de energia per capita (MWh/hab)	Anual	2025	2025	Município Oeiras: GIT; DDS		
				6.7.2	Promover parcerias para a eficiência e autonomia energética (Parque Habitacional Municipal)	Parcerias criadas (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DCH; DDS; DGSH
						Famílias beneficiadas (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
6.8	Assegurar o Fornecimento Energético Resiliente	6.8.1	Promover Infraestruturas energeticamente seguras e resilientes	Edifícios com unidades de abastecimento energético de segurança (n.º)	Interrupções de energia (n.º)	Anual	2029	2029	Município Oeiras: DEM; DOT		

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
7.1	Mobilidade Municipal Sustentável	7.1.1	Criar Programa Oeiras Frota Verde	Veículos substituídos por veículos elétricos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DVM
		7.1.2	Promover o uso de frota partilhada e transporte público	Veículos de utilização partilhada (carpooling e carsharing) (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras:GIT; DVM
				Taxa anual de concretização do serviço de carpooling (%)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		7.1.3	Criar zonas de Baixas Emissões (ZBE) e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)	Áreas definidas em ZBE e ZEDL (m ²)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2029	2029	Parques Tejo Município Oeiras: GIT
7.1.4	Criar Plano de Mobilidade Escolar	Escolas abrangidas pelo Plano de Mobilidade Escolar (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT DGM; DE		

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
7.2	Aumentar a Rede de Transporte Público Sustentável	7.2.1	Aumentar o Serviço de Transporte Público com recurso a fontes sustentáveis	Veículos movidos a energia verde (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DGM
		7.2.2	Promover o Transporte Coletivo em Sítio Próprio	Passageiros de transportes públicos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2024	2025	Parques Tejo Município Oeiras: GIT; DGM
				Lugares de estacionamento criados ou requalificados junto a interfaces (n.º)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		7.2.3	Promover a intermobilidade	Passageiros de transportes públicos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DGM
		7.2.4	Implementar Sistema Inteligente Integrado de Gestão da Informação para os diferentes modos de transporte	Passageiros de transportes públicos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DGM

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
7.3	Aumentar Mobilidade Suave e Partilhada	7.2.5	Implementar sistema Inteligente de Gestão Tráfego de	Infraestruturas de semaforização abrangidas (%)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Município Oeiras: GIT; DGM
		7.3.1	Aumentar a rede ciclável	Extensão da rede ciclável (km)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DOM
		7.3.2	Aumentar a rede pedonal	Extensão da rede pedonal (km)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2024	2025	Município Oeiras: GIT; DOM
		7.3.3	Promover serviços de mobilidade suave	Lugares de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano) Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)	Anual	2026	2027	Parques Tejo Município Oeiras: GIT; DGM

ID	Medida	ID	Ação	Indicadores resultado	Indicadores Impacto	Periodicidade	Início	1º relatório	Fonte de informação ⁸⁵
		7.3.4	Promover serviços de mobilidade partilhada	Deslocações em mobilidade suave partilhadas (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2024	2025	Parques Tejo Município Oeiras: GIT; DGM
				Distância percorrida em deslocações em mobilidade suave partilhadas (km)	Redução de Emissões de CO ₂ eq (t tCO ₂ eq/ano)				
7.4	Aumentar Rede de abastecimento elétrico	7.4.1	Densificar a rede de postos de carregamento de veículos EE	Postos de carregamento elétricos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2024	2025	Parques Tejo Município Oeiras: GIT; DEM
					Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				
		7.4.2	Promover a adoção de veículos Elétricos	Veículos elétricos adquiridos (n.º)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2029	2029	Município Oeiras: GIT
					Redução de Emissões de CO ₂ eq (t tCO ₂ eq/ano)				
7.5	Promover novas centralidades e zonas urbanas multifunção	7.5.1	Promover a Oeiras dos 15 minutos	Duração das deslocações internas (min)	Consumo de energia (MWh/ano)	Anual	2029	2029	Município Oeiras: GIT; DPIUM
					Redução de Emissões de CO ₂ eq (tCO ₂ eq/ano)				

5. Metadados dos Indicadores de monitorização

Abaixo são apresentados os indicadores de monitorização das medidas consideradas no PAECO 2030+, tal como a sua descrição, método de cálculo e fonte de recolha de dados.

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Ações de reabilitação infraestrutura verde	Número de ações realizadas destinadas à reabilitação infraestrutura verde	Somatório de número de ações realizadas destinadas à reabilitação infraestrutura verde	n.º	Município de Oeiras
Ações de divulgação e sensibilização	Número de ações de divulgação e sensibilização	Somatório de número de ações de divulgação e sensibilização realizadas	n.º	Município de Oeiras
Alojamentos habitacionais beneficiados	Número de alojamentos habitacionais beneficiados	Somatório do número de alojamentos habitacionais beneficiados com implementação de medidas de sustentabilidade	n.º	Município de Oeiras
Alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangidos	Número de alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangidos	Percentagem do número de alojamentos do Parque Habitacional Municipal abrangidos, pelo número total de alojamentos do Concelho de Oeiras	%	Município de Oeiras
Área de hortas urbanas com culturas adaptadas	Medição da área de hortas urbanas municipais com culturas adaptadas	Somatório da extensão da área de hortas urbanas municipais com culturas adaptadas	ha	Município de Oeiras
Área de infraestrutura verde municipal executada <i>per capita</i>	Extensão de área de infraestrutura verde municipal executada por habitante	Quociente entre o total de áreas de infraestrutura verde municipal executada e o número total de habitantes no concelho	m ² /hab	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Área de infraestrutura verde municipal planeada <i>per capita</i>	Extensão de área de infraestrutura verde municipal planeada por habitante	Quociente entre o total de áreas de infraestrutura verde municipal planeada e o número total de habitantes no concelho	m ² /hab	Município de Oeiras
Área plantada com vegetação adaptada	Extensão de área plantada com vegetação adaptada	Somatório do total de áreas plantadas com vegetação adaptada	m ²	Município de Oeiras
Áreas definidas em ZBE e ZEDL	Extensão de áreas definidas em ZBE e ZEDL	Somatório e medição da extensão de áreas definidas em ZBE e ZEDL	m ²	Município de Oeiras
Árvores plantadas em meio urbano	Número de espécies e de árvores plantadas em meio urbano	Somatório do número de espécies de árvores plantadas em meio urbano	n.º	Município de Oeiras
Bebedouros acessíveis <i>per capita</i>	Número de bebedouros acessíveis em meio urbano por habitante	Quociente entre o número de bebedouros acessíveis em meio urbano e o número total de habitantes no concelho	n.º	Município de Oeiras
Biorresíduos encaminhados para reciclagem (t)	Quantidade de biorresíduos recolhidos seletivamente e/ou encaminhados para reciclagem	Somatório da quantidade de biorresíduos recolhidos seletivamente e/ou encaminhados para reciclagem, num determinado período de referência	kg	TRATOLIXO
Boas práticas regulamentadas	Número de boas práticas regulamentadas	Somatório do número de boas práticas regulamentadas	n.º	Município de Oeiras
Bolsas atribuídas	Número de bolsas atribuídas nas áreas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.	Somatório do número de bolsas atribuídas	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Certificações LiderA, BREEAM, LEED ou similar	Número de certificações LiderA, BREEAM, LEED ou similar atribuídas a edifícios localizados no concelho	Somatório do número de certificações LiderA, BREEAM, LEED ou similar atribuídas a edifícios localizados no concelho	n.º	Município de Oeiras
Classes de eficiência energética melhoradas (nº)	Número de classes de eficiência energética melhoradas decorrentes das intervenções implementadas	Somatório do número de classes de eficiência energética melhoradas decorrentes das intervenções implementadas	n.º	Município de Oeiras
Comunidades de Energia criadas	Número de Comunidades de Energia criadas	Somatório do número de Comunidades de Energia criadas	n.º	Município de Oeiras
Consultas <i>online</i>	Número de consultas realizadas em formato <i>online</i>	Somatório do número de consultas realizadas em formato <i>online</i>	n.º	Município de Oeiras
Consultas realizadas	Número de consultas realizadas para obtenção de informação e apoio técnico, no que respeita a soluções de sustentabilidade energética e climática, abrangendo as vertentes de energia, água, resíduos, entre outras.	Somatório do número de consultas realizadas para obtenção de informação e apoio técnico	n.º	Município de Oeiras
Consumo de água de rega por área de espaços verdes urbanos regados	Quantidade de água distribuída para rega de espaços verdes urbanos municipais por área de espaços verdes urbanos municipais regados	Quociente entre o somatório da quantidade de água distribuída para rega de espaços verdes urbanos e o somatório da área de espaços verdes urbanos regados	m ³ /m ²	Município de Oeiras
Consumo de água por área de infraestrutura verde	Quantidade de água distribuída em infraestruturas verdes municipais por área de infraestruturas verdes municipais	Quociente entre o somatório da quantidade de água distribuída em infraestruturas verdes municipais e o somatório da área de infraestruturas verdes municipais	m ³ /m ²	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Consumo de energia	Quantidade de energia consumida por ano	Consumo de energia total por ano no concelho	MWh/ano	Município de Oeiras
Consumo de energia <i>per capita</i>	Quantidade de energia consumida por habitante	Quociente entre o consumo de energia e o número total de habitantes no concelho	MWh/hab	Município de Oeiras
Consumos de água	Quantidade de água distribuída e consumida	Volume de água distribuída e consumida, nos equipamentos e edifícios municipais, num determinado período de tempo	m ³	Município de Oeiras
Consumos de água <i>per capita</i>	Quantidade de água distribuída e consumida por habitante	Quociente entre o volume de água distribuída e consumida e o número total de habitantes no concelho	m ³ /hab	INE
Critérios ecológicos implementados	Número de critérios ecológicos implementados	Somatório do número de critérios ecológicos (conjunto de bens e serviços prioritários que já dispõem de critérios <i>Green Public Procurement</i>) implementados	n.º	Município de Oeiras
Danos causados pelas cheias e inundações	Valor monetário dos danos causados	Somatório dos danos monetários causados	€	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Deslocações em mobilidade suave partilhadas	Número de deslocações realizadas utilizando soluções de mobilidade suave partilhadas (bicicletas, trotinetas, entre outros	Somatório do número de deslocações realizadas utilizando soluções de mobilidade suave partilhadas (bicicletas, trotinetas, entre outros	n.º	Parques Tejo
Distância percorrida em deslocações em mobilidade suave partilhadas	Distância percorrida utilizando soluções de mobilidade suave partilhadas (bicicletas, trotinetas, entre outros	Somatório das distâncias percorridas utilizando soluções de mobilidade suave partilhadas (bicicletas, trotinetas, entre outros	km	Parques Tejo
Duração das deslocações internas	Duração média de deslocação em atividades urbanas quotidianas (habitar, trabalhar, bem-estar) e acesso a interfaces de transportes, por modo de transporte	Média da duração de deslocação entre pontos atrativos para realização de atividades urbanas quotidianas (habitar, trabalhar, bem-estar) e acesso a interfaces de transportes, por modo de transporte	min	Município de Oeiras INE
Edifícios com unidades de abastecimento energético de segurança	Número de edifícios com unidades de abastecimento energético de segurança	Somatório do número de edifícios com unidades de abastecimento energético de segurança	n.º	Município de Oeiras
Edifícios de serviços abrangidos	Número de edifícios de serviços abrangidos	Somatório do número de edifícios de serviços abrangidos por medidas de sustentabilidade	n.º	Município de Oeiras
Edifícios e infraestruturas municipais abrangidos	Proporção de edifícios e infraestruturas municipais abrangidos por medidas de sustentabilidade, no total de edifícios e infraestruturas do concelho	Percentagem de edifícios e infraestruturas municipais abrangidos por medidas de sustentabilidade, no total de edifícios e infraestruturas existentes no concelho	%	Município de Oeiras
Edifícios NZEB	Número de Edifícios NZEB implementados	Somatório do número de novos edifícios municipais construídos ou grandes remodelações de edifícios municipais	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
		existentes com classificação de Edifícios NZEB		
Emissões de CO ₂ eq	Emissões de CO ₂ eq resultantes da atividade no território concelhio	Contabilização das emissões de CO ₂ eq, num determinado período de referência, considerando fatores de emissão aplicados à respetiva atividade fonte de emissões	tCO ₂ eq	Município de Oeiras
Emissões de CO ₂ eq <i>per capita</i>	Quantidade de emissões de CO ₂ eq resultantes da atividade no território concelhio, por habitante	Quociente entre as emissões de CO ₂ eq resultantes da atividade no território concelhio e o número total de habitantes no concelho	tCO ₂ eq/hab	Município de Oeiras
Energia Renovável produzida	Energia Renovável produzida	Somatório da Energia Renovável produzida a partir de painéis fotovoltaicos, painéis solar térmicos, energia geotérmica /aerotérmica (bombas de calor), ou outras fontes de energia renovável, para produzir energia elétrica	MWh	Município de Oeiras DGEG
Empresas beneficiadas	Número de empresas beneficiadas do respectivo programa	Somatório do número de empresas beneficiadas	n.º	Município de Oeiras
Entidades abrangidas	Número de entidades participantes	Somatório do número de entidades participantes	n.º	Município de Oeiras
Equipamentos de monitorização de qualidade do ar e temperatura	Número de equipamentos de monitorização de qualidade do ar e temperatura, visando a monitorização de qualidade do ar e temperatura em meio urbano	Somatório do número de equipamentos de monitorização de qualidade do ar e temperatura, visando a monitorização de qualidade do ar e temperatura em meio urbano	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Equipamentos de monitorização instalados	Número de equipamentos de monitorização instalados	Somatório do número de equipamentos de monitorização instalados	n.º	Município de Oeiras
Equipamentos instalados	Número de equipamentos instalados	Somatório do número de equipamentos instalados	n.º	SIMAS; ADTA
Equipamentos renovados	Número de equipamentos renovados	Somatório do número de equipamentos renovados	n.º	Município de Oeiras
Escolas abrangidas pelo Plano de Mobilidade Escolar	Número de escolas abrangidas pelo Plano de Mobilidade Escolar	Somatório do número de escolas abrangidas pelo Plano de Mobilidade Escolar	n.º	Município de Oeiras
Extensão da rede ciclável	Medição da extensão da rede ciclável criada	Somatório da extensão da rede ciclável criada	km	Município de Oeiras
Extensão da rede pedonal	Medição da extensão da rede pedonal criada	Somatório da extensão da rede pedonal criada	km	Município de Oeiras
Famílias beneficiadas	Número de famílias beneficiadas	Somatório do número de famílias beneficiadas	n.º	Município de Oeiras
Famílias em Justiça Climática	Número de famílias abrangidas por Justiça Climática	Percentagem de Famílias abrangidas por Justiça Climática no total de famílias existentes no Concelho de Oeiras	%	Município de Oeiras
Furos licenciados	Número de furos licenciados	Somatório do número de pedidos de licenciamento autorizados	n.º	APA
Índice da qualidade do ar	Indicador que traduz o estado da qualidade do ar	Média aritmética dos poluentes medidos nas estações de qualidade do ar de acordo com critérios específicos por tipologia de local	-	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Infraestruturas de IP abrangidas	Proporção de Infraestruturas de IP abrangidas	Percentagem do número de Infraestruturas de IP abrangidas pelo número total de Infraestruturas de IP existentes no Concelho de Oeiras	%	Município de Oeiras
Infraestruturas de IP e semaforização abrangidas	Proporção de Infraestruturas de IP e semaforização abrangidas	Percentagem do número de Infraestruturas de IP e semaforização abrangidas no total de Infraestruturas de IP e semaforização existentes no Concelho de Oeiras	%	Município de Oeiras
Infraestruturas de semaforização abrangidas	Proporção de Infraestruturas de semaforização abrangidas	Percentagem do número de Infraestruturas de semaforização abrangidas pelo número total de Infraestruturas de semaforização existentes no Concelho de Oeiras	%	Município de Oeiras
Interrupções de energia	Número de interrupções de energia sem pré-aviso (devido a imprevistos na rede elétrica)	Somatório das interrupções de interrupções de energia sem pré-aviso (devido a imprevistos na rede elétrica)	n.º	Município de Oeiras
Intervenções para a criação de sombra e conforto térmico	Número de intervenções no espaço público destinadas à criação de sombra e/ou melhoria do conforto térmico	Somatório do número de intervenções no espaço público destinadas à criação de sombra e/ou melhoria do conforto térmico	n.º	Município de Oeiras
Intervenções realizadas	Número de intervenções realizadas no âmbito da ação	Somatório do número de intervenções realizadas no âmbito da ação	n.º	Município de Oeiras
Licenças atribuídas a coberturas/fachadas verdes	Número de licenças atribuídas a coberturas/fachadas verdes a instalar em edificações localizadas no concelho	Somatório do número de licenças atribuídas a coberturas/fachadas verdes a instalar em edificações localizadas no concelho	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Locais com soluções de arquitetura bioclimática implementadas	Número de locais com soluções de arquitetura bioclimática implementadas no edificado e no planeamento do espaço público construído	Somatório do número de locais com soluções de arquitetura bioclimática implementadas no edificado e no planeamento do espaço público construído	n.º	Município de Oeiras
Lugares de estacionamento criados ou requalificados junto a interfaces	Número de lugares de estacionamento criados ou requalificados junto a interfaces	Somatório do número de lugares de estacionamento criados ou requalificados junto a interfaces	n.º	Parques Tejo
Lugares de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave	Número de lugares de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave	Somatório do número de lugares de estacionamento para equipamentos de mobilidade suave	n.º	Parques Tejo
Mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - Zero Waste implementados	Número de mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - Zero Waste implementados, destinados a promover o uso eficiente de recursos na construção e reabilitação nos equipamentos municipais	Somatório do número de mecanismos de compras públicas sustentáveis para os RCD e RU - Zero Waste implementados	n.º	Município de Oeiras
Mortes associadas a cheias e inundações	Número de mortes associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações	Somatório de mortes associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações	n.º	Município de Oeiras
Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações	Número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações	Somatório do número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de cheias e inundações	n.º	Município de Oeiras
Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de doenças transmitidas por vetores	Número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de doenças transmitidas por vetores	Somatório do número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de doenças transmitidas por vetores	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas	Número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas	Somatório do número de ocorrências verificadas e associadas a fenómenos derivados de temperaturas elevadas	n.º	Município de Oeiras
Parcerias criadas	Número de parcerias criadas	Somatório do número de parcerias criadas	n.º	Município de Oeiras
Participantes em ações de divulgação e sensibilização	Número de participantes em ações de divulgação e sensibilização	Somatório dos participantes em ações de divulgação e sensibilização dinamizadas pelo município na temática identificada	n.º	Município de Oeiras
Passageiros de transportes públicos	Número de passageiros transportados em transportes públicos a circular no concelho	Somatório do número de passageiros transportados em transportes públicos com origem ou destino no concelho	n.º	Município de Oeiras
Perdas materiais	Inventário de danos causados tendo em conta ocorrências registadas	Somatório de ocorrências com verificação de danos causados	€	Município de Oeiras
População abrangida	Número de habitantes abrangidos pela ação	Somatório do número de habitantes abrangidos	n.º	Município de Oeiras
População abrangida (por fileira)	Número de habitantes abrangidos por fileira	Somatório do número de habitantes por fileira	n.º	Município de Oeiras
População abrangida por refúgios climáticos	Número de habitantes abrangidos por pelo menos um refúgio climático localizado a menos de 5 minutos de distância	Somatório do número de habitantes abrangidos por pelo menos um refúgio climático localizado a menos de 5 minutos de distância	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Postos de carregamento elétrico	Número de postos de carregamento elétrico	Somatório do número de carregamento elétrico	n.º	Parques Tejo Município de Oeiras
Potência instalada em Comunidades de Energia	Potência instalada em Comunidades de Energia	Somatório da Potência instalada em Comunidades de Energia	MW	DGEG
Potência instalada em sistemas de produção de energia renovável	Potência nominal instalada em sistemas de produção de energia renovável	Somatório da potência nominal instalada em sistemas de produção de energia renovável	MW	DGEG Município de Oeiras
Projetos e publicações científicas sobre as Alterações Climáticas com Oeiras como território de estudo	Número de projetos e publicações científicas sobre as Alterações Climáticas com Oeiras como território de estudo	Somatório do número de projetos e publicações científicas sobre as Alterações Climáticas com Oeiras como território de estudo	n.º	Município de Oeiras
Publicações disponibilizadas	Número de publicações do Guia de boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática, disponibilizadas à comunidade concelhia	Somatório do número de publicações do Guia de boas práticas para a Eficiência Energética e Ação Climática, disponibilizadas à comunidade	n.º	Município de Oeiras
Qualidade da água (salinidade, azoto e outros parâmetros relevantes)	Índice de qualidade da água	Determinação de parâmetros físicos, químicos e biológicos	IQA	SIMAS
Redução de Emissões de CO ₂ eq	Varição de emissões de CO ₂ eq	Diferencial entre valor de emissões no ano base e ano em análise	tCO ₂ eq/ano	Município de Oeiras
REEE encaminhados para reciclagem	Quantidade de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Eletrónicos (REEE) encaminhados para reciclagem	Somatório da quantidade de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Eletrónicos (REEE) encaminhados para reciclagem, num determinado período de referência	kg	TRATOLIXO

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
REEE encaminhados para reciclagem pelo o Município de Oeiras como Organização	Quantidade de REEE encaminhados para reciclagem pelo Município como Organização	Somatório da quantidade de REEE encaminhados para reciclagem, num determinado período de referência	(kg)	Município de Oeiras
Resíduos produzidos por habitante	Quantidade de resíduos produzidos por habitante	Somatório da quantidade de resíduos urbanos produzidos, por habitante, num determinado período de referência	Kg/hab	INE
Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem	Quantidade de Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem	Somatório da quantidade de Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem, num determinado período de referência	kg	TRATOLIXO
Resíduos têxteis encaminhados pelo o Município de Oeiras como Organização	Quantidade de Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem pelo Município como Organização	Somatório da quantidade de Resíduos têxteis encaminhados para reciclagem, num determinado período de referência	(kg)	Município de Oeiras
Revisões implementadas	Número de revisões implementadas	Somatório do número de revisões implementadas	n.º	Município de Oeiras
Selos atribuídos	Número de selos atribuídos a empresas e instituições em reconhecimento de boas práticas para a Ação Climática implementadas em vertentes essenciais como eficiência hídrica, eficiência energética, economia circular, produção energia renovável, entre outras	Somatório do número de selos atribuídos a empresas e instituições em reconhecimento de boas práticas para a Ação Climática implementadas em vertentes essenciais como eficiência hídrica, eficiência energética, economia circular, produção energia renovável, entre outras	n.º	Município de Oeiras
Sensores instalados	Número de sensores instalados	Somatório do número de sensores instalados	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Sequestro de CO ₂ eq	Quantidade de captura e sequestro de CO ₂ eq, através do processo de plantação de árvores	Somatório da quantidade de CO ₂ eq capturado e sequestrado, através do processo de plantação de árvores existentes no Concelho de Oeiras, num determinado período de referência. O indicador varia com a espécie de árvore plantada.	tCO ₂ eq	Município de Oeiras
Serviços de saúde reforçados com informação relativa à poluição atmosférica e agentes aerobiológicos	Número de serviços de saúde reforçados com informação relativa à poluição atmosférica e agentes aerobiológicos	Somatório dos serviços de saúde reforçados com informação relativa à poluição atmosférica e agentes aerobiológicos	n.º	Município de Oeiras
Taxa anual de concretização do serviço de <i>carpooling</i> (%)	Proporção de ações realizadas no âmbito do serviço de <i>carpooling</i> em relação ao total de ações no âmbito do serviço de <i>carpooling</i>	Percentagem de ações realizadas no âmbito do serviço de <i>carpooling</i> em relação ao total de ações no âmbito do serviço de <i>carpooling</i>	%	Município de Oeiras
Taxa de captura de biorresíduos	Percentagem de biorresíduos, alimentares e verdes, separados para recolha seletiva ou tratamento na origem	Quociente entre a quantidade de biorresíduos recolhidos seletivamente e/ou encaminhados para tratamento na origem e a quantidade de biorresíduos produzidos no concelho	%	TRATOLIXO
Taxa de implementação de ações programadas	Proporção de ações implementadas previstas do plano de Intervenções em relação ao total de ações previstas do plano de Intervenções	Percentagem de ações implementadas previstas do plano de Intervenções em relação ao total de ações previstas do plano de Intervenções	%	Município de Oeiras
Taxa de implementação do plano de ação	Nível de implementação das ações propostas	Percentagem de ações implementadas previstas em relação ao total de ações previstas	%	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
Taxa de morbilidade associada a ondas de calor	Proporção de população em risco de doença e morte por causas associadas a ondas de calor em relação à população total do concelho	Percentagem de população em risco de doença e morte por causas associadas a ondas de calor em relação à população total do concelho	%	DGS
Taxa de reciclagem de resíduos municipais	Proporção de resíduos municipais encaminhados para reciclagem, no total de resíduos municipais produzidos no concelho	Percentagem de quantidade de resíduos urbanos municipais encaminhados para reciclagem, no total de resíduos municipais produzidos no concelho	%	INE
Taxa de reutilização de água não potável	Proporção de água não potável reutilizada, no total de consumo de água consumida no Concelho	Percentagem de água não potável reutilizada no total de consumo de água consumida no Concelho de Oeiras	%	ADTA
Veículos de utilização partilhada	Número de veículos de utilização partilhada em utilização no território concelho	Somatório do número de veículos de utilização partilhada em utilização no território concelho	n.º	Município de Oeiras
Veículos elétricos adquiridos	Número de veículos elétricos adquiridos, com matrícula no território concelho	Somatório de veículos elétricos adquiridos, com matrícula no território concelho	n.º	Município de Oeiras
Veículos movidos a energia verde	Número de veículos movidos a energia verde em utilização no território concelho	Somatório do número de veículos movidos a energia verde em utilização no território concelho	n.º	Município de Oeiras
Veículos substituídos por veículos elétricos	Número de veículos substituídos por veículos elétricos	Somatório do número de veículos substituídos por veículos elétricos	n.º	Município de Oeiras
Vetores identificados (por espécies)	Número de espécies e respetiva quantidade de mosquitos vetores identificados e	Somatório do número de espécies e quantidade de mosquitos vetores	n.º	Município de Oeiras

Indicadores de monitorização	Descrição	Método de cálculo	Unidade	Fonte de recolha de dados
	associados a fenómenos derivados de temperaturas elevadas e ondas de calor	identificados e associados a fenómenos derivados de temperaturas elevadas e ondas de calor		
Volume de perdas de água anual	Quantidade de água perdida no sistema de abastecimento público	Diferença entre a água entrada no sistema de abastecimento público e o consumo autorizado	m ³	SIMAS
Zonas críticas identificadas	Número de zonas críticas identificadas considerando os riscos climáticos identificados para o território	Somatório do número de zonas críticas identificadas	n.º	Município de Oeiras

6. Ações já realizadas

Ações Já realizadas	Fonte
Limpeza e Manutenção das Linhas de Água	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Restauro ecológico de habitats naturais/degradadas	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Projetos de combate a invasoras (flora/fauna)	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Promoção da utilização de autóctones nos espaços verdes	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Projeto Mais Polinizadores, Mais Biodiversidade	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Viveiros de plantas autóctones	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Ações de promoção do conhecimento sobre a biodiversidade local - BioBlitz	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Percurso e Workshops de Observação da Biodiversidade local	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Exposição Oeiras Tem Vida -Passeio Marítimo	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Levantamento e georreferenciação da flora de parques e jardins do Município	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Projeto Mais Polinizadores, Mais Biodiversidade	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Rearborização - Plantação de mais de 135 mil árvores	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
<i>Car sharing</i>	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Aquisição de 31 viaturas 100% elétricas (viaturas ligeiras elétricas bem como destinadas aos serviços urbanos do ambiente) e viaturas híbridas a gasolina	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
<i>ValleyShuttle</i>	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Oeiras Educa	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Implementação de relógios astronómicos e de balastro eletrónico com regulação de fluxo	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.

Ações Já realizadas	Fonte
Substituição de todas as lâmpadas incandescentes existentes em instalações semaforicas, para óticas LED. Implementadas 500 luminárias LED e sistema de telegestão.	
Realização de auditorias e certificações energéticas em instalações municipais	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Benefícios Fiscais para a Reabilitação Urbana de Edifícios que subam 2 níveis no índice de conservação	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Ciclovía empresarial entre a Estação CP de Paço de Arcos, o parque empresarial da Quinta da Fonte e o parque empresarial do LagoasPark	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Projeto Eixo Verde e Azul (EVA)	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Campanhas de promoção dos transportes públicos, incluindo oferta de bilhetes	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Site com informação de transportes público	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Melhoria das infraestruturas, como paragens, abrigos, interfaces e acesso aos mesmos	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Concessão de talhões para práticas agrícolas	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Plano Estratégico das Linhas de Água do Concelho de Oeiras (PELACO)	AltClimaticas_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_9.
Instalação do sistema de AQS com apoio em bombas de calor e depósitos de reserva, em edifícios municipais	Energia_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_18.
Implementação de ruas com coexistência no concelho - zonas partilhadas pelo peão e pelos veículos, com pavimento diferenciado e com prioridade ao peão	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.

Ações Já realizadas	Fonte
Implementação de parques de estacionamento para bicicletas	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19. Câmara Municipal de Oeiras
Participação na "Semana Europeia da Mobilidade" e no "Dia Europeu Sem Carros"	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Integração do passe único intermodal NAVEGANTE	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Ciclovía empresarial entre a Estação CP de Paço de Arcos, o parque empresarial da Quinta da Fonte e o parque empresarial do LagoasPark.	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Ciclovía empresarial entre a Estação CP de Paço de Arcos, o parque empresarial da Quinta da Fonte e o parque empresarial do LagoasPark.	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Implementação de ruas com coexistência no concelho - zonas partilhadas pelo peão e pelos veículos, com pavimento diferenciado e com prioridade ao peão	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Implementação de parques de estacionamento para bicicletas	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19. Câmara Municipal de Oeiras.
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)	Mobilidade_candidaturas_ecoxxi_2020_indicador_19.
<i>Car Pooling</i>	https://www.oeiras.pt/w/frota-municipal-mais-sustent%C3%A1vel?p_l_back_url=%2Fpesquisa%3Fp_l_back_url%3D%252Fpesquisa%253Fq%253Dviaturas%252Belectricas%26q%3Dcar%2Bpooling
Ciclovía empresarial entre a Estação CP de Paço de Arcos, o parque empresarial da Quinta da Fonte e o parque empresarial do LagoasPark.	https://www.oeiras.pt/-/ciclovía-empresarial-inaugurada-a-24-de-abril-3
Projeto Eixo Verde e Azul (EVA)	https://www.oeiras.pt/conhe%C3%A7a-o-projeto-do-eixo-verde-e-azul
Implementação de pontos de carregamento	https://www.oeiras.pt/mobilidade-eletrica
Integração do passe único intermodal NAVEGANTE	https://www.oeiras.pt/-/passe-social-%C3%BAnico-
<i>ValleyShuttle</i>	https://www.oeirasvalley.com/en/cinco-perguntas-e-respostas-sobre-o-valley-shuttle/

Ações Já realizadas	Fonte
Oeiras Educa	https://www.oeiraseduca.pt/
Campanha europeia Display	https://www.oeiras.pt/-/sensibilização-ambiental-no-bairro-dos-navegadores
Guia de Sustentabilidade Empresarial	https://www.oeiras.pt/-/municipio-de-oeiras-promove-guia-sustentabilidade-empresarial
Projeto 'Árvore de Carbono'	https://www.oeiras.pt/-/projeto-arvore-de-carbono-presente-nos-alive-22
Iniciativa "Mercado Biológico de Oeiras"	https://www.oeiras.pt/w/mercado-biologico-de-oeiras-promove-o-desuso-de-plastico
Campanha 'Oeiras limpa depende de todos nós'	https://www.oeiras.pt/w/oeiras-limpa-depende-de-todos
Integração na rede <i>Refood</i> e <i>Foodlink</i>	https://re-food.org/nucleos/portugal/oeiras/
Instalação de Ilhas Ecológicas	https://www.oeiras.pt/w/instalacao-ilhas-ecologicas-empreitada
Campanha de troca de resíduos no Alive	https://www.oeiras.pt/w/campanha-de-troca-de-residuos-no-alive
Implementação de papeleiras inteligentes e cinzeiros	https://www.oeiras.pt/w/papeleiras-inteligentes-e-cinzeiros-são-a-nova-aposta-do-Município-de-oeiras
Recolha seletiva de biorresíduos	https://www.oeiras.pt/recolha-seletiva-residuos-urbanos-biodegradaveis
Projeto "Ecos da Natureza"	https://www.oeiras.pt/ecos-da-natureza
Projeto "Aqui Há Horta"	https://www.oeiras.pt/hortas-escolas
Programa Hortas Urbanas de Oeiras	https://www.oeiras.pt/parque-horticola-municipal
Reabilitação dos Espaços Naturais da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal	https://www.oeiras.pt/-/compete2020-financiamento-reabilitacao-quinta-recreio-
Projeto 'Educar para Cuidar'	https://www.oeiras.pt/w/plantacao-bairro-navegadores-minuto-verde-rtp
Projeto europeu SCORE	https://www.oeiras.pt/w/projeto-score-completa-primeiro-ano-de-atividade
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML	https://www.oeiras.pt/desenvolvimento-sustentavel
Estruturação do corredor dedicado Algés-Portela	https://www.oeiras.pt/projetos-do-municipio
Oeiras Move	https://www.oeiras.pt/-/trotinetes-eletricas-2022
EcoRally	https://www.oeiras.pt/-/oeiras-voltou-a-receber-ecorally
Programas de Educação Ambiental Escolar	https://www.oeiras.pt/w/fs-programa-educacao-ambiental-nas-escolas-pea?p_I_back_url=%2Fpesquisa%3Fq%3DPEA

Ações Já realizadas	Fonte
Projeto Bairro Feliz	https://www.oeiras.pt/-/bairro-feliz
Realização de auditorias e certificações energéticas em instalações municipais	Dados_PAESO_202003_EnergiasRenovaveis_Dados_Oeiras.

7. Programas de financiamento por medida

ID	Medida	Orçamento público	Financiamento privado	Fundo Ambiental	Programa LIFE Ambiente e Ação climática	Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia	Portugal 2030	Horizon Europe	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
1.1	Sensibilizar para as boas práticas a adotar face às Alterações Climáticas	X		X	X	X			
1.2	Promover o conhecimento do Município, apoiar e fomentar a colaboração científica para o conhecimento das alterações climáticas	X		X	X	X			
2.1	Introduzir sistemas de vigilância dos riscos climáticos prioritários e promover o conhecimento técnico do Município em Alterações Climáticas, nomeadamente ao nível das temperaturas extremas e ondas de calor.	X		X	X	X	X	X	
2.2	Aumentar a resiliência da infraestrutura verde face ao aumento da temperatura e diminuição da precipitação	X		X	X	X			

ID	Medida	Orçamento público	Financiamento privado	Fundo Ambiental	Programa LIFE Ambiente e Ação climática	Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia	Portugal 2030	Horizon Europe	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
2.3	Promover o conforto térmico no edificado e no espaço público	X		X	X	X	X	X	
3.1	Definir uma estratégia de economia verde e circular para o Município	X	X	X	X	X	X	X	
3.2	Promover a Eficiência hídrica	X		X	X	X	X	X	
4.1	Aumentar a infraestrutura verde e a sua conectividade	X		X	X	X	X		
5.1	Minimizar a vulnerabilidade a cheias e inundações	X		X	X	X	X	X	
5.2	Reforçar a Gestão do Ciclo da água: Reduzir, Reutilizar e Gerir Eficientemente	X		X	X	X	X	X	
5.3	Promover a adaptação da frente ribeirinha à subida do nível médio das águas e aumento de cheias	X		X	X	X	X	X	
6.1	Reforçar a Eficiência Energética em Edifícios e Infraestruturas Municipais	X		X	X	X	X	X	

ID	Medida	Orçamento público	Financiamento privado	Fundo Ambiental	Programa LIFE Ambiente e Ação climática	Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia	Portugal 2030	Horizon Europe	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
6.2	Promover a Eficiência Energética na Habitação Privada	X		X		X			
6.3	Promover a Eficiência Energética no Parque Habitacional Municipal	X		X		X	X		
6.4	Promover a Eficiência Energética nos Serviços	X		X			X		
6.5	Reforçar a Eficiência Energética na Iluminação Pública	X		X	X	X	X	X	
6.6	Promover Fontes de Energia Limpa	X	X	X	X	X			
6.7	Promover a Justiça Climática	X		X	X	X			
6.8	Assegurar o Fornecimento Energético Resiliente	X		X	X	X			
7.1	Reforçar a Mobilidade Municipal Sustentável	X		X	X	X			
7.2	Aumentar a Rede de Transporte Público Sustentável	X	X	X	X	X	X		
7.3	Reforçar a Mobilidade Suave e Partilhada	X	X	X	X	X	X		X

ID	Medida	Orçamento público	Financiamento privado	Fundo Ambiental	Programa LIFE Ambiente e Ação climática	Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia	Portugal 2030	Horizon Europe	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência
7.4	Aumentar a Rede de abastecimento elétrico	X		X	X	X			
7.5	Promover novas centralidades e zonas urbanas multifunção	X		X	X	X	X		

VI. Quadros de Referência Normativo e Estratégico



1. Ações internacionais

Enquadramento normativo

Lei europeia em matéria de clima (Parlamento Europeu e do Conselho, 2021) Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) nº 401/2009 e (UE) 2018/1999
Enquadramento
A Lei Europeia em matéria de Clima, Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima») é o principal regulamento da Política da União Europeia (UE) relativo à criação de um regime para a redução irreversível e gradual das emissões antropogénicas de gases com efeito estufa e para o aumento das remoções por sumidouros regulamentados no direito da UE. O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.
Objetivos/Orientações
<p>Este regulamento pretende:</p> <ul style="list-style-type: none">criar um regime para alcançar a neutralidade climática na UE até 2050, ou seja, o equilíbrio, à escala da UE, das emissões e remoções de gases com efeito de estufa regulamentadas no direito da UE;incluir, além da meta vinculativa da neutralidade climática na UE até 2050, o objetivo de alcançar, posteriormente, emissões negativas na UE;prever uma meta vinculativa da UE de redução interna líquida das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % (relativamente aos níveis de 1990) para 2030, bem como a proposta de uma meta climática para 2040, no prazo de seis meses a contar do primeiro balanço mundial ao abrigo do Acordo de Paris;introduzir regras para assegurar progressos contínuos na consecução da meta de adaptação às alterações climáticas incluída no Acordo de Paris.Fica estabelecido neste regulamento que os Estados-Membros devem: Criar um organismo consultivo em matéria de clima, responsável por prestar aconselhamento científico especializado em matéria da política climática às autoridades nacionais competentes; <p>Estabelecer um diálogo a vários níveis sobre clima e energia com a participação das autoridades locais, da sociedade civil, das empresas, dos investidores, de outras partes interessadas relevantes e do público em geral;</p> <ul style="list-style-type: none">Até 1 de janeiro de 2029, e de 10 em 10 anos após essa data, apresentar à Comissão Europeia a sua estratégia, com uma perspetiva de 30 anos, atualizando-a numa base quinquenal, se necessário. <p>Para ajudar a cumprir o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, o regulamento define as seguintes metas climáticas intermédias:</p> <ul style="list-style-type: none">Reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa da UE em, pelo menos, 55 % (em relação aos níveis de 1990), até 2030;Limitar as remoções líquidas a 25 milhões de toneladas de equivalente CO₂, a fim de garantir que os necessários esforços de atenuação são desenvolvidos até 2030. O regulamento estabelece ainda que a UE deve procurar alcançar um maior volume do seu sumidouro líquido de carbono em 2030;Permitir que a Comissão proponha uma meta climática para 2040, no prazo de seis meses a contar do primeiro balanço mundial realizado no âmbito do Acordo de Paris;Instar a Comissão a apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre os progressos que a UE e os Estados-Membros estão a efetuar no sentido de cumprir os objetivos do regulamento. <p>As disposições em matéria de adaptação às alterações climáticas instam as Instituições da UE e os Estados-Membros a:</p> <ul style="list-style-type: none">reforçar a capacidade de adaptação, aumentar a resiliência às alterações climáticas e reduzir a vulnerabilidade a essas alterações;assegurar que as políticas relativas à adaptação sejam coerentes, se apoiem mutuamente, proporcionem benefícios recíprocos para as políticas setoriais e contribuam integrar estas medidas em todos os domínios de ação, especialmente nas populações e setores mais vulneráveis. <p>A Comissão colabora com todas as partes da sociedade, incluindo o público, os parceiros sociais e as partes interessadas, de modo a capacitá-las e habilitá-las para agirem no sentido de uma transição justa e socialmente equitativa rumo a uma sociedade com impacto neutro no clima e resiliente às alterações climáticas.</p>
Âmbito
Europeu
Relevância
Relevante na componente de adaptação e mitigação no contexto das alterações climáticas.
Orientações para os Municípios
Define linhas orientadoras no âmbito da proteção climática, da redução irreversível e gradual das emissões antropogénicas de gases de estufa e do aumento das remoções por sumidouros regulamentados no direito da UE.

Enquadramento estratégico

Protocolo de Quioto (2005) (APA, 2021)

Enquadramento

Durante a III Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*), foi adotado o Protocolo de Quioto, **o primeiro tratado jurídico internacional** com o objetivo de limitar as emissões quantificadas de GEE dos países desenvolvidos.

Este protocolo **entrou em vigor a 16 de fevereiro de 2005**. Nos termos do Protocolo de Quioto, no primeiro período de compromisso (2008–2012) os países participantes comprometeram-se a reduzir as emissões dos GEE em cerca de 5 %, em média, em relação aos níveis de 1990. A UE e os seus Estados-Membros comprometeram-se a reduzir 8 % as emissões da UE, como um todo.

Objetivos/Orientações

O Protocolo de Quioto (KP) foi o primeiro tratado jurídico internacional que explicitamente pretende limitar as emissões quantificadas de GEE dos países desenvolvidos.

Ao abrigo do Protocolo de Quioto, os países desenvolvidos devem reduzir as suas emissões de seis GEE (CO₂, que é o mais importante, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbonetos, perfluorcarbonetos e hexafluoreto de enxofre) em média de cerca de 5 % relativamente aos níveis de 1990 durante o primeiro «período de cumprimento» de 2008 a 2012. Por seu lado, não são fixados objetivos em matéria de emissões para os países em desenvolvimento.

A UE comprometeu-se a reduzir em 8 % as suas emissões de gases com efeito de estufa durante o primeiro período de cumprimento. Este objetivo é partilhado entre os Estados-Membros ao abrigo de um acordo de partilha de encargos, que estabelece objetivos individuais de emissões para cada Estado-Membro. Em 31 de Maio de 2002, o Protocolo de Quioto foi ratificado pela UE e por todos os seus Estados-Membros.

Uma das características do Protocolo de Quioto é a introdução de diferenciação entre metas de redução entre diferentes países.

Cada uma das metas definidas no Protocolo de Quioto como uma percentagem do ano-base é convertida num volume de direitos de emissão, *i.e.* toneladas de CO₂eq. Esse volume, a que é dado o nome de Quantidade Atribuída corresponde ao máximo de emissões que devem ser emitidas pela parte ao longo do período de Quioto.

Nos termos do Protocolo, as partes devem cumprir as suas metas sobretudo através de medidas nacionais. No entanto, o Protocolo oferece igualmente três mecanismos baseados no mercado como meios adicionais para o cumprimento das respetivas metas:

- o comércio de licenças de emissão entre as partes signatárias do Protocolo;
- a aplicação conjunta de projetos por estas partes; e
- o mecanismo de desenvolvimento limpo (com partes não signatárias do Protocolo).

Nos termos do Protocolo, as emissões reais das partes são monitorizadas e são mantidos registos precisos das transações efetuadas.

Âmbito

Contexto internacional - Países signatários

Relevância

Relevante na componente de mitigação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Define linhas orientadoras no âmbito da proteção climática e da delimitação das emissões quantificadas de gases com efeito de estufa.

Comércio Europeu de Licenças de Emissão (2005) (APA, 2021)

O Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, bem como as regras para o quarto período CELE de 2021 a 2030, transpondo a Diretiva (UE) 2018/410, que altera a Diretiva 2003/87/CE.

Enquadramento

O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) é um mecanismo europeu flexível, previsto no contexto do Protocolo de Quioto e que constitui o primeiro instrumento de mercado intracomunitário de regulação das emissões de GEE.

A implementação do CELE começou em 2005, com o primeiro período entre 2005 e 2007, considerado pela Comissão Europeia como experimental e essencialmente aprendendo para o período seguinte: 2008 - 2012, que coincidiu com o período de cumprimento do Protocolo de Quioto. Nos dois primeiros períodos de aplicação do regime CELE (2005 - 2007 e 2008 - 2012), o funcionamento do regime consistiu, de um modo global, na atribuição gratuita de licenças de emissão (LE), a obrigação de monitorização, verificação e comunicação de emissões e a devolução de LE no montante correspondente. A atribuição gratuita teve lugar através dos denominados planos nacionais de atribuição de licenças de emissão, PNALE I e PNALE II, que foram aprovados pela Comissão Europeia. No período 2013 - 2020 com a publicação da nova Diretiva CELE, incluída no Pacote Clima Energia, estas regras de funcionamento mudam consideravelmente, verificando-se um alargamento do âmbito com a introdução de novos gases e novos setores, a quantidade total de licenças de emissão determinada a nível comunitário e a atribuição de licenças de emissão com recurso a leilão, mantendo-se marginalmente a atribuição gratuita, feita com recurso a benchmarks definidos a nível comunitário.

Objetivos/Orientações

O objetivo da diretiva é a aplicação de regime CELE num mundo global com as respetivas licenças de emissão com recurso a leilão, mantendo-se as mesmas gratuitas.

- a) Para realizar o pedido de TEGEE (título de emissão de gases com Efeito de estufa) aceda à plataforma SILiAmb → licenciamento único → efetuar simulação. Assim conseguirá aceder ao processo que deverá submeter na respetiva plataforma a fim de efetuar o pagamento da Taxa Ambiental Única;
- b) Deverá apresentar à APA, o operador que beneficie de uma Licença de Emissão a título gratuito.
- c) Até 31 de março de cada ano- Relatório de Nível de Atividade (RNA) concordante com o Plano Metodológico de Monitorização (PMM) (nº2 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 12/2020, de 6 de abril.
- d) É obrigatória a verificação acima mencionada a partir do ano 2021.
- e) O modelo RNA integra:
 1. Os parâmetros de referência (Benchmark, BM) e respetivos valores, que visam para o período de atribuição 2021-2025.
 2. Obrigatoriedade de preenchimento de dados nas secções b1) da Folha G que permite avaliar a variação da eficiência energética em:
 - 2.1 Subinstalação de calor;
 - 2.2 Subinstalação de combustível.
- f) Nova instalação
 1. Toda e qualquer que tenha sido desenvolvida em uma ou mais atividades CELE com a obtenção de um TEGEE a primeira vez após:
 - 1.1 30 de junho de 2019 → período de 2021-2025;
 - 1.2 30 de junho de 2024 → período de 2026-2030.
- g) Deverá acompanhar o pedido de atribuição de licenças de emissão os seguintes documentos:
 1. Relatório de Verificação (acima mencionado)
 2. Plano metodológico de Monitorização
 3. Relatório de dados da nova instalação, correspondente ao mesmo modelo do relatório de nível de atividadeObs.: O pedido deverá ser submetido após o primeiro ano completo de funcionamento.
- h) Legislação- o regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão, determina os valores dos parâmetros de referência para emissão a título gratuito entre 2021 e 2025 como mencionado acima no respetivo enquadramento

Âmbito

Contexto europeu

Relevância

Relevante no contexto da componente de mitigação e adaptação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Define linhas orientadoras no âmbito da proteção climática e para a delimitação das emissões quantificadas de gases com efeito de estufa.

Enquadramento

O Pacto de Autarcas Europeu para o Clima e Energia foi lançado em 2008 pela Comissão Europeia, com o objetivo de envolver e apoiar os autarcas na consecução dos objetivos em matéria de energia e clima para 2020 (20% menos de emissões de gases com efeito de estufa em comparação com os níveis de 1990, 20% da energia proveniente de fontes renováveis e 20% mais de eficiência energética). No final de 2015, a fusão do Pacto de Autarcas com a iniciativa *Mayors Adapt*, deu origem ao novo e integrado Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. Os novos signatários comprometem-se, agora, a reduzir as emissões de CO₂ em pelo menos 40 % até 2030 e a adotar uma abordagem integrada para lidar com a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Integra os objetivos da UE em matéria de clima e energia no horizonte de 2020.

Objetivos/Orientações

O objetivo do pacto é o compromisso aos objetivos da política da União Europeia em termos de redução das emissões de CO₂, através do aumento da eficiência energética e da produção e uso de energias mais limpas, renováveis e alternativas, visando atingir metas de eficiência energética, adaptação às alterações climáticas e incorporação de renováveis na produção de energia. Neste âmbito os Municípios devem desenvolver e estabelecer estratégias que permitam integrar medidas de adaptação às alterações climáticas quer ao nível da eficiência energética, quer a nível de ações de adaptação climática.

De modo a prestar auxílio aos seus signatários, a iniciativa disponibiliza:

- serviços de assistência específicos;
- formas inovadoras de trabalhar em rede e colaborar, trocar experiências e desenvolver capacidades através de eventos regulares, atividades de geminação de cidades, *webinars* ou debates *online*;
- material e ferramentas de orientação, incluindo a Ferramenta de Apoio à Adaptação Urbana e orientações sobre o financiamento da energia local e da ação climática;
- acesso rápido a conhecimentos de excelência, boas práticas e lições aprendidas através de estudos de caso inspiradores;
- um quadro de referência flexível, adaptável às necessidades locais;
- autoavaliação facilitada e intercâmbio entre pares através de um modelo comum de relatório e monitorização;
- compromissos credíveis através da análise dos progressos efetuados pelo Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia;
- maior cooperação e apoio das autoridades nacionais e subnacionais;
- elevado reconhecimento internacional e visibilidade da ação da autoridade local em matéria de clima e energia;
- uma oportunidade de contribuir para a definição da política climática e energética da UE, por exemplo, através do conselho político do Pacto.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante no contexto da componente de mitigação e adaptação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Promove uma ação de participação voluntária, com metas no âmbito da proteção climática, redução de emissões de CO₂, eficiência energética e incorporação de Fontes Renováveis na produção de energia.

Europa 2020 (2010) (Portugal 2020, 2021)

Enquadramento

A Estratégia Europa 2020 é uma estratégia de 10 anos, proposta pela Comissão Europeia a 3 de março de 2010, para o avanço da economia da União Europeia. Esta estratégia visa um "crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", com uma maior coordenação das políticas nacionais e europeias. Um dos principais objetivos era reduzir as emissões de GEE em, pelo menos, 20% em relação aos níveis de 1990, ou 30% se as condições forem adequadas, aumentar a quota de energias renováveis no consumo final de energia para 20% e atingir um aumento de 20% em eficiência energética.

Objetivos/Orientações

O objetivo da presente estratégia compreendeu a promoção de indústrias de baixo carbono, investimento em novos produtos, desenvolvimento de uma economia mais digital ao mesmo tempo que se almejava a modernização da educação. Deste modo são estabelecidos 5 objetivos entre os quais se destacam os seguintes:

- aumentar a taxa de emprego para, pelo menos, 75% dos 69% da altura;
- aumentar a despesa em investigação e desenvolvimento para 3% do produto interno bruto - que à data da definição da estratégia representava apenas 2% do PIB.

O plano veio ainda reafirmar os objetivos da EU "20/20/20", propondo uma redução da pobreza em 25%, taxa de abandono escolar para menos de 10% e expandir a percentagem de pessoas na faixa etária dos 30 anos com um diploma universitário (de 31% para 40%).

Deste modo os governos de cada Estado Membro devem estabelecer objetivos a nível nacional, tendo em consideração a sua situação individual, de modo a atingir os objetivos propostos pela UE ao mesmo tempo que a UE se propõe a monitorizar outras situações que possam comprometer a sua competitividade. A estratégia identifica ainda sete iniciativas emblemáticas que a UE se propôs a adotar para estimular o crescimento e o emprego. Estas incluem programas para melhorar as condições e o acesso ao financiamento da I&D, acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e aumentar a utilização de energias renováveis.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante na componente de adaptação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Promove uma redução de emissões de gases com efeito de estufa e aumento da quota de renováveis.

Enquadramento

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros. Esta Agenda é constituída por dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que resultam do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as Alterações Climáticas. Contudo, a Agenda 2030 não se limita apenas a propor os ODS, inclui igualmente, meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e das suas metas.

As Alterações Climáticas integram-se na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, através do Objetivo 13 - Ação Climática. A implementação deste Objetivo implica uma ação multinível (global, nacional e local), em diversas escalas e envolvendo uma diversidade de stakeholders.

O Objetivo 13 encontra-se, ainda, diretamente ligado a outros objetivos, metas e indicadores, uma vez que os ODS são integrados e indivisíveis, de forma a equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, sociedade e a ambiente.

Objetivos/Orientações

O objetivo da estratégia é a definição de prioridades para um desenvolvimento sustentável global para 2030. Integra 17 objetivos abaixo elencados:

1. Erradicar a pobreza;
2. Erradicar a fome;
3. Saúde de qualidade;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento;
7. Energias renováveis acessíveis;
8. Trabalho digno e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infraestruturas;
10. Reduzir as desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Produção e consumo sustentáveis;
13. Ação climática;
14. Proteger a vida marinha;
15. Proteger a vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias para a implementação dos objetivos.

Âmbito

Estados-membros das Nações Unidas

Relevância

Relevante no âmbito do desenvolvimento sustentável e em particular nas ações de mitigação e adaptação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Define objetivos e metas no contexto do desenvolvimento sustentável.

Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) (MAOTE, 2015)

Resolução de Conselho de Ministros 28/2015, de 30 de abril

Enquadramento

O Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) é um plano estratégico para o desenvolvimento de um futuro sustentável, que procura estabelecer as bases para um compromisso em torno de políticas, objetivos e metas, onde o crescimento económico concilia-se com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações. O CCV estabeleceu, para 2020 e para 2030, catorze objetivos quantificados e centos iniciativas repartidas por dez setores (água, energia, resíduos, turismo, agricultura, transportes, indústria, biodiversidade, cidades e mar).

Objetivos/Orientações

O CCV procura lançar as bases para um compromisso com políticas, objetivos e metas que promovam um modelo de desenvolvimento que concilie um crescimento económico essencial com um menor consumo de recursos naturais e com justiça social e qualidade de vida para a população. Deste modo estabelecem-se 14 objetivos:

- Aumentar o Valor Acrescentado Bruto (VAB) verde de 1.500 milhões de euros em 2013 para 2.100 milhões de euros em 2020 e 3.400 milhões de euros em 2030;
- Aumentar as exportações "verdes" para €70 milhões de euros em 2020, e €1,280 milhões em 2030;
- Criar mais emprego "verde", transitando de 75.500 postos de emprego em 2013 para 100.400 em 2020 e 151.000 em 2030;
- Aumentar a produção de materiais de 1,14 euros PIB/kg de materiais consumidos em 2013, para 1,17 em 2020 e 1,72 em 2030 (atingindo o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030);
- Aumentar a incorporação de resíduos na economia de 56% em 2012, para 68% em 2020 e 86% em 2030;
- Foco na renovação urbana de 10,3% de renovação urbana no total da construção em 2013, para 17% em 2020 e 23% em 2030;
- Melhorar a eficiência energética na sua intensidade energética: de 129 tep/€m PIB em 2013, para 122 tep/€m PIB em 2020 e 101 tep/€m PIB em 2030;
- Melhorar a eficiência hídrica de 35% da água perdida na rede em 2012, para um máximo de 25% em 2020 e 20% em 2030;
- Aumentar a utilização dos transportes públicos, de 10,894 milhões de pkm transportados em serviços públicos de transporte de passageiros em 2013, para 12,528 milhões em 2020 e 15,296 milhões em 2030;
- Reduzir as emissões de CO₂, de 87,8 Mt de CO₂ em 2012 para 68,0-72,0 Mt de CO₂ em 2020 e 52,7-61,5 Mt de CO₂ em 2030, (dependendo dos resultados das negociações europeias);
- Aumentar a quota de energias renováveis de 25,7% do consumo final de energia em 2013 para 31% em 2020 e 40% em 2030;
- Melhorar o estado das massas de água de 52% das massas de água com uma classificação "Bom ou Melhor" em 2010, para 79,8% em 2021 e 100% em 2027;
- Melhorar a qualidade do ar de uma média de 14 dias com um índice de qualidade do ar "mau" ou "péssimo" em 2013, para uma média máxima de 9 dias até 2020 e uma média de 2 dias até 2030;
- Valorizar a biodiversidade, de 81 espécies e 46 habitats com estado de conservação favorável por região biogeográfica em 2012, para 96 espécies e 53 habitats em 2030, garantindo que em 2020 todas as espécies e habitats existentes mantenham ou melhorem o seu estado de conservação.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante na componente de adaptação e mitigação no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Promove a transição para um modelo de desenvolvimento que compatibilize as vertentes económica, social e ambiental.

Acordo de Paris (APA, 2021)

Enquadramento

Resultante da COP 21 – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Acordo de Paris entrou em vigor a 4 de novembro de 2016, trazendo pela primeira vez a todas as nações uma causa comum, nomeadamente para a necessidade de desenvolver esforços ambiciosos para combater as Alterações Climáticas e promover a adaptação aos seus efeitos, com apoio reforçado para ajudar os países em desenvolvimento na implementação destes objetivos. O Acordo de Paris visa alcançar a descarbonização das economias mundiais e estabelece o objetivo de limitar o aumento da temperatura média global a 2°C até 2100, relativamente aos níveis registados na era pré-industrial, e prosseguir esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C, reconhecendo que isso reduzirá significativamente os riscos e impactos das Alterações Climáticas.

Objetivos/Orientações

O objetivo da presente estratégia compreendeu em travar o aumento da temperatura média global e decretar os desafios ligados às alterações climáticas.

- a) Alcançar a descarbonização das economias mundiais;
- b) Limitar o aumento da temperatura média global a níveis abaixo de 2°C;
- c) 30 dias após a entrada do presente acordo, pelo menos 55 países que representam 55% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) depositassem respetivamente os instrumentos de ratificação, aprovação ou acessão;
- d) Estabelecer uma nova arquitetura para o combate às alterações climáticas.

Âmbito

Estados-membros das Nações Unidas.

Relevância

Relevante no contexto das alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Define orientações específicas relacionadas com a temática da descarbonização e adaptação às alterações climáticas.

Pacto Ecológico Europeu (2019) (Comissão Europeia, 2021)

Enquadramento

O Pacto Ecológico Europeu surge em dezembro de 2019, como uma resposta da Comissão Europeia aos desafios climáticos e ambientais que se aproximam nas próximas décadas. Deste modo define-se uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, almejando a que em 2050 a União Europeia alcance as zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e um crescimento económico dissociado da utilização exaustiva dos recursos. Este pacto integra ainda a estratégia da Comissão para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como as outras prioridades anunciadas nas orientações políticas da atual presidência de então.

Objetivos/Orientações

O Pacto Ecológico Europeu tem por base o objetivo de transformar a economia da UE para um futuro sustentável, integrando os seguintes elementos:

- a) Adotar uma ambição de poluição zero por um ambiente livre de substâncias tóxicas;
- b) Preservar e recuperar ecossistemas e a biodiversidade;
- c) “Do prado ao prato”: conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente;
- d) Acelerar a transição para a mobilidade sustentável e inteligente;
- e) Aumentar a ambição da UE em matéria de clima para 2030 e 2050;
- f) Fornecer energia limpa, segura e a preços acessíveis;
- g) Construir e renovar de forma eficiente em termos de utilização de energia e recursos.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante no contexto da componente de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

A estratégia enquadra metas e oportunidades de financiamento relevantes a nível municipal.

Acordo Cidade Verde (2020) (Comissão Europeia, 2021)

Enquadramento

O Acordo Cidade Verde é um movimento de autarcas europeus empenhados em tornar as cidades mais limpas e mais saudáveis. O seu objetivo é melhorar a qualidade de vida de todos os europeus e acelerar a implementação das leis ambientais relevantes da UE. Ao assinar este Acordo, as cidades comprometem-se a abordar cinco áreas da gestão ambiental: qualidade do ar, qualidade da água, natureza e biodiversidade, economia circular e resíduos, e ruído.

Objetivos/Orientações

A iniciativa promove os seguintes objetivos:

- a) Melhorar a qualidade do ar;
- b) Aperfeiçoar a qualidade da água, nomeadamente na qualidade das massas de água e contexto do uso da mesma;
- c) Conservar e melhorar a biodiversidade urbana aumentando a dimensão de áreas verdes na cidade;
- d) Apoiar a economia circular, avançar e assegurar uma melhoria significativa na gestão de resíduos;
- e) Implementar ações ambiciosas e apelativas nos centros urbanos para cuidar e notificar os cidadãos da melhoria da qualidade de vida sustentável;
- f) Reduzir significativamente a poluição sonora.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante no contexto da melhoria da qualidade ambiental das cidades.

Orientações para os Municípios

Adesão voluntária, definição de metas por área temática e monitorização dos resultados alcançados.

Estratégia Europeia de Alterações Climáticas (2021) (APA, 2021)

Enquadramento

A Comissão Europeia adotou a nova estratégia da UE para a adaptação às Alterações Climáticas em 24 de fevereiro de 2021. Esta estratégia define como a União Europeia pode adaptar-se aos impactos inevitáveis das Alterações Climáticas e tornar-se resiliente ao clima até 2050.

A Estratégia tem quatro objetivos principais: tornar a adaptação mais inteligente, rápida e sistémica e intensificar a ação internacional de adaptação às mudanças climáticas.

Objetivos/Orientações

A Estratégia define as seguintes orientações a serem consideradas em cada Estado-membro:

- a) Promover uma economia com zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa;
- b) Economizar de forma a ter menos impacto no clima e consequentemente que consuma menos energia;
- c) Reduzir para metade as emissões de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa até 2050;
- d) Países desenvolvidos no seu conjunto deverão proceder com uma redução entre 80 e 95% até 2050;
- e) A UE deverá reduzir em 80% as suas emissões de gases com efeito de estufa.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante no contexto das Alterações Climáticas.

Orientações para os Municípios

Promove uma adaptação às alterações climáticas mais inteligente, com ação a nível europeu.

Relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, 2023)

Enquadramento

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) foi concebido para fornecer aos decisores políticos avaliações científicas regulares sobre as alterações climáticas, as suas implicações e potenciais riscos futuros. Deste modo o IPCC prepara Relatórios de Avaliação abrangentes sobre o estado dos conhecimentos científicos, técnicos e socioeconómicos sobre as alterações climáticas, os seus impactos e riscos futuros, e as opções para reduzir o ritmo a que as alterações climáticas estão a ocorrer. Neste contexto são produzidos Relatórios Especiais sobre tópicos acordados pelos governos dos seus membros, bem como Relatórios Metodológicos que fornecem diretrizes para a preparação de inventários de gases com efeito de estufa.

Objetivos/Orientações

A principal atividade do IPCC é a preparação de relatórios de avaliação sobre o estado dos conhecimentos sobre as alterações climáticas. Estes relatórios incluem relatórios de avaliação, relatórios especiais e relatórios metodológicos. Para cumprir este programa de trabalho, o IPCC realiza reuniões dos seus representantes governamentais, que se reúnem em sessões plenárias do Painel ou dos Grupos de Trabalho do IPCC para aprovar, adotar e aceitar relatórios. As sessões plenárias do IPCC também determinam o programa de trabalho e outras atividades, incluindo o seu orçamento e as linhas gerais dos relatórios.

Âmbito

Europeu

Relevância

Relevante no contexto da componente de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Disponibilização de informação científica relevante ao dimensionamento, planeamento e implementação de ações no contexto das alterações climáticas

Global Protocol (GHG Protocol) (Greenhouse Gas Protocol, 2021)

Enquadramento

O *GHG Protocol* estabelece quadros padronizados globais abrangentes para medir e gerir as emissões de GEE provenientes de operações dos setores privado e público, cadeias de valor e ações de mitigação. Com base numa parceria de 20 anos entre o *World Resources Institute (WRI)* e o *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, o *GHG Protocol* trabalha com governos, associações industriais, ONG, empresas e outras organizações.

Objetivos/Orientações

O objetivo do protocolo GHG relaciona-se com disponibilizar às cidades os padrões e ferramentas de que necessitam para medir as suas emissões, criar estratégias de redução de emissões mais eficazes, estabelecer objetivos de redução de emissões mensuráveis e mais ambiciosos e acompanhar o seu progresso de forma mais precisa e abrangente. Assim permite:

- a) Ajudar as cidades a desenvolver um inventário abrangente e sólido dos gases com efeito de estufa para apoiar o planeamento da ação climática;
- b) Ajudar as cidades a estabelecer um inventário das emissões do ano de referência, definir objetivos de redução e acompanhar o seu desempenho;
- c) Assegurar a medição e a comunicação consistentes e transparentes das emissões de gases com efeito de estufa entre cidades, seguindo os princípios de contabilização e comunicação de gases com efeito de estufa internacionalmente reconhecidos;
- d) Permitir que os inventários das cidades sejam agregados a nível subnacional e nacional;
- e) Demonstrar o importante papel que as cidades desempenham no combate às alterações climáticas e facilitar a compreensão através da avaliação comparativa - e agregação - de dados comparáveis.

Âmbito

Municipal

Relevância

Relevante no contexto da mitigação no âmbito das Alterações Climáticas

Orientações para os Municípios

Promove a adaptação às alterações climáticas em cidades disponibilizando informação para o cálculo de emissões de uma forma clara e eficaz permitindo assim o acompanhamento do desenvolvimento de cada cidade.

2. Ações nacionais

Enquadramento normativo

Diretiva Quadro da Água (APA, 2021) <i>Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000</i>
Enquadramento
A Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é o principal instrumento da Política da União Europeia relativa à água, estabelecendo um quadro de ação comunitária para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas. Foi transposta para o direito nacional através da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
Objetivos/Orientações
O objetivo da diretiva é estabelecer um enquadramento para a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas que: <ul style="list-style-type: none">a) Evite a continuação da degradação e proteja e melhore o estado dos ecossistemas aquáticos, e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades em água;b) Promova um consumo de água sustentável, baseado numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;c) Vise uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias e da cessação ou eliminação por fases de descargas, emissões e perdas dessas substâncias prioritárias;d) Assegure a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evite a agravação da sua poluição; e contribua para mitigar os efeitos das inundações e secas contribuindo, dessa forma, para:<ul style="list-style-type: none">▪ O fornecimento em quantidade suficiente de água superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água;▪ Reduzir significativamente a poluição das águas subterrâneas;▪ A proteção das águas marinhas e territoriais;▪ O cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho através de ações comunitárias nos termos do n.º 3 do artigo 16.º para cessar ou eliminar faseadamente as descargas, emissões e perdas de substâncias perigosas prioritárias, com o objetivo último de reduzir as concentrações no ambiente marinho para valores próximos dos de fundo para as substâncias naturalmente presentes e próximos de zero para as substâncias sintéticas antropogénicas.
Âmbito
Nacional
Relevância
Relevante na componente de adaptação no contexto das alterações climáticas.
Orientações para os Municípios
Define linhas orientadoras no âmbito da proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.

Lei de Bases do Ambiente (2014) (Assembleia da República, 2014)

Enquadramento

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) define as bases da política de ambiente visando a efetivação dos direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e uma "economia verde", racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.

Objetivos/Orientações

A presente lei visa definir as bases da política de ambiente. A política de ambiente visa a efetivação dos direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e uma «economia verde», racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da adaptação no âmbito das alterações climáticas

Orientações para os Municípios

Define as orientações relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável relacionada com a gestão adequada dos ecossistemas e recursos naturais.

Sistema Nacional para Políticas e Medidas (2016) (APA, 2021)

Enquadramento

O Sistema Nacional para Políticas e Medidas (SPeM) é um sistema de implementação obrigatória, essencial à avaliação do progresso alcançado em matéria de política climática e de reporte, através dos quais se demonstra o cumprimento das obrigações a nível da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e comunitárias. Este sistema inclui as disposições institucionais, jurídicas e processuais aplicáveis para avaliar as políticas e elaborar as projeções de emissões de GEE em resposta aos requisitos previstos no Regulamento (UE) n.º 525/2013, de 21 de maio relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de GEE e de comunicação a nível nacional e da União de outras informações relevantes no que se refere às Alterações Climáticas.

Objetivos/Orientações

A presente lei visa definir as bases da política climática. Assim, permite:

- a) Definir procedimentos para que os setores identifiquem políticas e medidas de mitigação e reportem a sua execução;
- b) Responsabilizar cada interveniente na implementação, monitorização, reporte e avaliação das medidas e dos seus efeitos, incluindo informação relativa a custos e benefícios ou em alternativa uma avaliação custo eficácia das medidas;
- c) Monitorizar o cumprimento dos objetivos nacionais e setoriais estabelecidos para a redução de emissões de GEE e de outras metas setoriais relevantes (com base nas metodologias do inventário nacional de emissões);
- d) Proceder à elaboração de projeções e dos efeitos esperados das políticas e medidas a implementar e ao controlo e garantia de qualidade das mesmas.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da política climática e implementação de metas setoriais relevantes.

Orientações para os Municípios

O SPeM está em revisão para melhor integrar a monitorização das políticas e medidas e projeções com impacto na transição energética e permitir a avaliação dos avanços na implementação das políticas setoriais assim como nas medidas de mitigação.

Lei de Bases do Clima (2021) (Assembleia da República, 2021)

Enquadramento

A Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), aprovada pela Assembleia da República em 31 de dezembro de 2021, vem consolidar objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática através de políticas públicas e estabelece novas disposições em termos de política climática. Esta lei veio, assim, estabelecer um conjunto de obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, entre os quais se destacam os Planos Regionais de Ação Climática (PRAC) e os Planos Municipais de Ação Climática.

Objetivos/Orientações

As políticas públicas do clima visam o equilíbrio ecológico, combatendo as alterações climáticas, e prosseguem os seguintes objetivos:

- a) Promover uma transição rápida e socialmente equilibrada para uma economia sustentável e uma sociedade neutra em gases de efeito de estufa;
- b) Garantir justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns;
- c) Assegurar uma trajetória sustentável e irreversível de redução das emissões de gases de efeito de estufa;
- d) Promover o aproveitamento das energias de fonte renovável e a sua integração no sistema energético nacional;
- e) Promover a economia circular, melhorando a eficiência energética e dos recursos;
- f) Desenvolver e reforçar os atuais sumidouros e demais serviços de sequestro de carbono;
- g) Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas;
- h) Promover a segurança climática;
- i) Estimular a educação, a inovação, a investigação, o conhecimento e o desenvolvimento e adotar e difundir tecnologias que contribuam para estes fins;
- j) Combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e do acesso justo dos cidadãos ao uso de energia;
- k) Fomentar a prosperidade, o crescimento verde e a justiça social, combatendo as desigualdades e gerando mais riqueza e emprego;
- l) Proteger e dinamizar a regeneração da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços;
- m) Dinamizar o financiamento sustentável e promover a informação relativa aos riscos climáticos por parte dos agentes económicos e financeiros;
- n) Assegurar uma participação empenhada, ambiciosa e liderante nas negociações internacionais e na cooperação internacional;
- o) Estabelecer uma base rigorosa e ambiciosa de definição e cumprimento de objetivos, metas e políticas climáticas;
- p) Reforçar a transparência, a acessibilidade e a eficácia da informação, do quadro jurídico e dos sistemas de informação, reporte e monitorização;
- q) Garantir que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados estrategicamente em relação ao seu contributo para cumprir os pressupostos enunciados, integrando os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento e de investimento económico nacional e setorial.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da política climática e implementação de metas setoriais relevantes.

Orientações para os Municípios

Obrigatoriedade do desenvolvimento de um Plano Municipal de Ação Climática.

Sistema Elétrico Nacional (Presidência do Conselho de Ministros, 2022)
Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro (2022)

Enquadramento

Este decreto-lei estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. Este decreto-lei aplica-se às atividades de produção, armazenamento, autoconsumo, transporte, distribuição, agregação e comercialização de eletricidade, bem como à operação logística de mudança de comercializador e agregador, à organização dos respetivos mercados, à atividade de emissão de garantias de origem, à atividade de gestão de garantias do SEN, aos procedimentos aplicáveis ao acesso àquelas atividades e à proteção dos consumidores.

Objetivos/Orientações

As políticas públicas do clima visam o equilíbrio ecológico, combatendo as alterações climáticas, e prosseguem os seguintes objetivos:

- Considerar os impactos nos territórios e nas populações, razão pela qual se estabelece um mecanismo previsível, transparente e não discriminatório de cedências pelos produtores que visa concorrer para a satisfação das necessidades energéticas das autarquias e populações locais;
- Maximizar todo o potencial de capacidade de receção da rede elétrica de serviço público;
- Impor a necessidade de se evoluir de um modelo de planeamento e gestão das redes para um modelo inovador de gestão ativa, de forma dinâmica, adaptativa e flexível, que incorpora em si mesmo a realidade da produção híbrida, do armazenamento necessário à maior penetração das energias renováveis e do autoconsumo, individual e coletivo;
- Destacar as repercussões desta opção ao nível dos planos de desenvolvimento e investimento das redes de transporte e de distribuição;
- Acompanhar a evolução qualitativa de relevo, pois assenta na opção clara de fazer depender a atribuição de licenças no âmbito de várias atividades do SEN, exercidas em regime de exclusividade
- As atividades de comercializador de último recurso e de agregador de último recurso, bem como as de operador logístico de mudança de comercializador e de agregador e a de emissão de garantias de origem passam a ser exercidas mediante licença a atribuir de modo concorrencial e transparente;
- Garantir uma gestão técnica de todas as concessões das redes de distribuição, assegurando a eficácia e coerência de atuação;
- Eliminar os regimes de remuneração garantida por oposição ao regime de remuneração geral, optando-se por estabelecer um único regime remuneratório assente no preço livremente determinado em mercado;
- Atuar em comunidades de energia, passando de meros consumidores passivos a agentes ativos que produzem eletricidade para autoconsumo ou para venda de excedentes;
- Reforçar os direitos de informação dos consumidores através da informação essencial;
- Proteger a apropriação ilícita de energia com práticas fraudulentas;
- Assenta na criação ou densificação do enquadramento jurídico de realidades inovadoras do estabelecimento de um quadro jurídico adequado aos projetos-piloto de inovação e desenvolvimento através da criação de três zonas livres tecnológicas (ZLT).

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da organização e funcionamento do sistema elétrico nacional (SEN).

Orientações para os Municípios

São descritas no presente decreto-lei referenciais ao nível das atividades de produção, armazenamento, autoconsumo, transporte, distribuição, agregação e comercialização de eletricidade

Enquadramento estratégico

Plano Nacional da Água (2002/2016) (APA, 2021)

Enquadramento

O primeiro Plano Nacional da Água (PNA) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril. Este plano, elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos. O PNA estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e orientações a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e outros instrumentos de planeamento das águas. Nos termos da Lei da Água foi apresentado o novo PNA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, correspondendo a uma revisão do PNA 2002. O Plano Nacional da Água em vigor, aprovado em 2016 para um período máximo de 10 anos, inclui uma análise dos principais problemas das águas e o diagnóstico da situação à escala nacional, assim como a definição de objetivos, medidas e ações.

Objetivos/Orientações

Tendo como base uma lógica de proteção do recurso Água e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional, o plano define três objetivos fundamentais para a gestão das águas:

- a) Proteger e requalificar o estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- b) Promover o uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- c) Aumentar a resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto análise dos principais problemas das águas e o diagnóstico da situação à escala nacional.

Orientações para Municípios

Orientações no âmbito da resiliência climática, acompanhamento e requalificação do estado dos ecossistemas e apelo ao uso consciente das águas por parte da população.

Enquadramento

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU I), aprovado em 1997, configurou um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos, que proporcionou a implementação de um conjunto de ações na concretização da política de resíduos urbanos.

Em 2007 foi aprovado, através da Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007 a 2016 (PERSU II), dando continuidade à política de gestão de resíduos. Tendo em atenção as exigências formuladas a nível nacional e comunitário, assegurando, o cumprimento dos objetivos comunitários em matéria de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e de reciclagem e valorização de resíduos de embalagens, e procurando colmatar as limitações apontadas à execução do PERSU I.

O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) foi aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, e constitui o instrumento estratégico para a gestão de resíduos urbanos para o período de 2014-2020, definindo a visão e os objetivos para a gestão dos resíduos urbanos, no âmbito dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), bem como as metas para cada um destes sistemas. Em resultado de uma reflexão estratégica e um ajustamento às medidas vertidas no PERSU 2020 foi aprovado o PERSU 2020+, que projeta as intervenções a serem desenvolvidas até ao ano 2025.

Objetivos/Orientações

O PERSU estabelece as seguintes prioridades:

- a) Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico.
- b) Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos.
- c) Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de resíduos urbanos (RU) em aterro até 2030.
- d) Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.
- e) Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto de enquadramento e atuação necessária na componente de resíduos

Orientações para Municípios

Concretizar as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica. Obrigatoriedade de desenvolvimento de um Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos de Sólidos Urbanos (PAPERU) ao abrigo do PERSU 2030.

Enquadramento

Em 2010, Portugal aprovou a sua Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC), com a primeira fase a decorrer entre 2010 e 2013. A partir da experiência adquirida, promoveu a revisão da ENAAAC, colmatando lacunas e capitalizando os pontos fortes e oportunidades identificados. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho veio aprovar a ENAAAC 2020, enquadrando-a no *Quadro Estratégico para a Política Climática*, que estabelece a visão e os objetivos da política climática nacional no horizonte 2030, reforçando a aposta no desenvolvimento de uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, contribuindo para um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal. A visão ENAAAC 2020 é: “*Um país adaptado aos efeitos das Alterações Climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas*”.

Este é um instrumento que promove a identificação de linhas de ação e de medidas de adaptação a aplicar, designadamente através de instrumentos de caráter setorial, tendo em conta que a adaptação às Alterações Climáticas é um desafio transversal, que requer o envolvimento de um vasto conjunto de setores e uma abordagem integrada.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho aprova a ENAAAC 2020.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 julho 2020 prorroga até 31 de dezembro de 2025 a ENAAAC2020 através da aprovação do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Objetivos/Orientações

Esta estratégia visa estabelecer objetivos e modelos para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes setores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras. A estratégia pretende:

- a) Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas
- b) Promover a integração e adaptação às alterações climáticas nas políticas sectoriais e planeamento territorial
- c) Auxiliar a administração central, regional e local para encontrar soluções no conhecimento técnico-científico
- d) Ajudar os decisores políticos a implementar meios e ferramentas para boas práticas do tema

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto análise dos principais desafios e estratégias para a adaptação às alterações climáticas.

Orientações para Municípios

Enquadramento para ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional no contexto das alterações climáticas.

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (Presidência do Conselho de Ministros, 2020)

Enquadramento

A RCM n.º 20/2013, de 10 de abril, aprovou e publicou o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020).

Objetivos/Orientações

O principal objetivo do PNAEE 2016 passa, em suma, por projetar novas ações e metas para 2016, em articulação com o PNAER 2020, integrando as preocupações relativas à redução de energia primária para o horizonte de 2020 constantes da Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, relativa à Eficiência Energética, com base em três eixos de atuação:

- i) Ação, através da adequação das medidas ao atual contexto económico-financeiro, tendo em vista a redução do custo global do programa nacional de eficiência energética
- ii) Monitorização, através da revisão dos métodos de monitorização de resultados em conformidade com as diretrizes europeias e criação de uma visão macro do impacto do programa nacional de eficiência energética; e
- iii) Governação, através da redefinição do modelo de governação do PNAEE.

Âmbito

O PNAEE 2016 passa a abranger seis áreas específicas: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria, Estado, Comportamentos e Agricultura.

Relevância

Relevante no contexto das metas definidas a nível energético.

Orientações para os Municípios

Enquadramento de possíveis ações a desenvolver no sentido do cumprimento das metas propostas na estratégia nacional.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (2012) (APA, 2023)

Enquadramento

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) é um instrumento de política ambiental nacional que teve como objetivo promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país.

Objetivos/Orientações

O PNUEA estipulou, para o período 2012-2020, limites para o desperdício de água para cada setor, estabelecendo metas de 20% para o setor urbano (25% em 2009), 35% para o setor agrícola (37,5% em 2009) e 15% para o setor industrial (22,5% em 2009).

Este programa teve como objetivos estratégicos:

- a) Reduzir as perdas nos sistemas de abastecimento de água no setor urbano assim como nos sistemas de regadio no setor agrícola;
- b) Otimizar o uso da água no setor industrial;
- c) Limitar os impactos no ambiente associados às descargas de águas residuais industriais.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da componente da poupança e zelo pelo uso eficiente da água na adaptação às alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Promove a melhoria da utilização de águas em vários setores, disponibilizando informação sobre métodos alternativos de eficiência relacionada com a água.

Planos de Gestão de Região Hidrográfica (2013) (APA, 2023)

Enquadramento

Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) são instrumentos que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica, compatibilizando as suas utilizações com as suas disponibilidades. Estes planos estabelecem medidas com vista a atingir os objetivos previstos na Lei da Água, para a gestão das águas superficiais (interiores, de transição e costeiras) e das águas subterrâneas.

Objetivos/Orientações

Este plano estabelece medidas com vista a atingir os objetivos previstos na Lei da Água, para a gestão das águas superficiais (interiores, de transição e costeiras) e das águas subterrâneas, para tal é necessário:

- a) Evitar a continuação da degradação e proteger os ecossistemas aquáticos e terrestres;
- b) Promover o uso sustentável da água com base nos recursos hídricos disponíveis;
- c) Reduzir as descargas e perdas de substâncias prioritárias;
- d) Reduzir a poluição das águas subterrâneas;
- e) Mitigar os efeitos das inundações e das secas;
- f) Assegurar o fornecimento de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade;
- g) Proteger as águas marinhas, dentro destas também as territoriais;
- h) Cumprir com os acordos internacionais que previnem e eliminam a poluição do ambiente marinho.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da componente de gestão de águas em vários ambientes (marinhos e terrestres).

Orientações para os Municípios

Disponibiliza um referencial de proteção e valorização ambiental, social e económica de gestão de recursos hidrográficos.

Enquadramento

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020) definiu uma estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, focado na gestão eficiente dos recursos, na resiliência e segurança dos serviços básicos de água e saneamento e na prestação de serviços de qualidade de uma forma profissionalizada e sustentável social, económica e financeiramente.

Com o fim do período temporal do plano, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), constituindo-se como o instrumento das políticas para o ciclo urbano da água, nomeadamente, na resposta aos desafios que se colocam por força das Alterações Climáticas.

Objetivos/Orientações

A partir do balanço do PEAASAR II e do diagnóstico da situação atual, foram definidos 5 objetivos estratégicos:

1. Proteger o ambiente melhorando a qualidade das massas de água
 - 1.1 Cumprir com o respetivo normativo
 - 1.2 reduzir a poluição urbana nas massas de água
 - 1.3 aumentar a acessibilidade física ao serviço de SAR
2. Melhorar a qualidade de serviços prestados
 - 2.1 Abastecimento de água
 - 2.2 Saneamento de águas residuais
3. Otimizar a gestão eficiente dos recursos
 - 3.1 Adesão ao serviço
 - 3.2 Reduzir as perdas de água
 - 3.3 Controlar as perdas indevidas
 - 3.4 Aumentar a reabilitação de ativos
 - 3.5 Valorizar os recursos e subprodutos
 - 3.6 Uso eficiente de recursos Hídricos
4. Apelo à sustentabilidade económico-financeira e social
 - 4.1 Recuperar os gastos de uma forma sustentável e otimizá-los
 - 4.2 Reduzir a água não faturada
5. Assegurar as condições básicas e transversais
 - 5.1 Disponibilizar informação e inovar
 - 5.2 Melhorar o quadro operacional na gestão e prestação de serviços
 - 5.3 Acompanhar os desastres naturais e adaptação aos mesmos
 - 5.6 Estar consciente da competitividade e internacionalização

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da componente de abastecimento de água e respetivo saneamento de águas residuais.

Orientações para os Municípios

Promove uma estratégia ao serviço da população, demonstrando os progressos significativos aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em Portugal continental.

Enquadramento

O PNGR 2030 constitui um instrumento de planeamento macro da política de resíduos, que consagra as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, as prioridades a observar, as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios da gestão de resíduos, bem como o cumprimento dos objetivos definidos no Regime Geral de Gestão de Resíduos. Nos termos do referido regime jurídico, o PNGR 2030 enquadra, por sua vez, dois planos sectoriais de cariz também nacional, que operacionalizam as medidas preconizadas:

- a) Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) que aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030;
- b) Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU) é o instrumento de referência da política de resíduos não urbanos em Portugal

Objetivos/Orientações

O PNGR2030 tem como objetivo a prevenção da produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente e proteger a saúde humana, assegurando que a gestão dos resíduos seja transformada numa gestão sustentável dos materiais, garantindo uma utilização eficiente dos recursos naturais, promovendo os princípios da economia circular, reforçando a utilização da energia renovável e aumentando a eficiência energética.

O plano também contribuirá para dar resposta ao elevado nível de ambição colocado nas novas metas europeias, nomeadamente:

- à deposição de resíduos em aterro;
- à preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos;
- à reciclagem de embalagens ou de redução do plástico, sobretudo o descartável;
- à obrigatoriedade de recolha seletiva de fluxos, como os biorresíduos, os resíduos perigosos produzidos nas habitações ou os têxteis;
- à necessidade de combater o desperdício alimentar.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da componente de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Orientações para os Municípios

Neste plano são definidas as metas a atingir e as ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios da gestão de resíduos e o cumprimento dos objetivos e metas previstos no Regime Geral de Gestão de Resíduos.

Plano de Ação para a Economia Circular (2017) (APA, 2023)

Enquadramento

O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190 -A/2017, é um modelo estratégico de crescimento e de investimento assente na eficiência e valorização dos recursos e na minimização dos impactos ambientais. Este é um documento que surge à luz dos compromissos internacionais de Portugal, como o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a própria União Europeia.

Objetivos/Orientações

No âmbito deste Plano de ação foram definidas 7 ações que consolidam iniciativas em curso pelo Governo (Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, do Ministério da Agricultura) mas que também introduzem iniciativas complementares (tornar mais expeditas as metodologias de classificação de subprodutos, reduzir o consumo primário de plástico descartável de fontes fósseis, extração e regeneração de materiais com valor acrescentado a partir de fluxos de resíduos).

O Plano considera três níveis de operação: o nível nacional, com instrumentos políticos dedicados (fiscalidade verde, acordos voluntários, rede ambiental do Portugal 2020), o nível setorial e regional (redes de simbiose industrial, cidades circulares, empresas circulares), que deverão ser concretizados através de apoios específicos ao desenvolvimento de soluções (de planeamento, tecnológicas, etc.), por via de mecanismos desenhados para esse efeito (Fundo Ambiental, Fundo para a Inovação, Tecnologia e Economia Circular, Portugal 2020).

Âmbito

Nacional

Relevância

Define ações específicas no contexto da economia circular a nível nacional.

Orientações para os Municípios

Define linhas orientadoras, soluções e opções de financiamento no contexto da economia circular

Enquadramento

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução das suas emissões de GEE por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera seja nulo em 2050.

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) identifica os principais vetores de descarbonização em todos os setores da economia, as opções de políticas e medidas e a trajetória de redução de emissões para atingir este fim, em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico. Todos os setores deverão contribuir para a redução de emissões, aumentando a eficiência e a inovação, promovendo melhorias.

Objetivos/Orientações

O objetivo principal do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 é a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050. Em particular é estabelecida a necessidade de:

- a) Tornar as cidades mais eficientes, saudáveis e serenas;
- b) Estabelecer metas para que até 2050 todos os veículos de passageiros produzam pouca ou nenhuma emissão poluente;
- c) A eletricidade assim como a água quente deverá ser proveniente de fontes locais
 - Mais de 80% da eletricidade assim como aquecimento de águas deverá ser proveniente de sistemas solares;
 - Método descentralizado de produção energética → será possível para ambas partes, consumidor e produtor.
- d) Mobilidade:
 - Eficiente;
 - Partilhada;
 - Acessivelmente ativa.
- e) A Energia deverá ser maioritariamente proveniente de fontes renováveis, o que por consequência será uma fonte mais limpa e gerará menos dependência energética de fontes poluentes;
- f) Agricultura e meio envolvente:
 - Menos utilização de fertilizantes sintéticos;
 - Imposição de fertilizantes compostáveis.
- g) A Alimentação deverá ser equilibrada e saudável sem grande consumo de carne ou peixe, que, consequentemente danificam a atmosfera em demasia.
- h) Apoiar o mercado local → compras conscientes de forma a movimentar a economia local.

Âmbito

Nacional

Relevância

Reduzir a pegada carbónica definindo o alinhamento e análise dos setores face ao objetivo de alcançar a neutralidade a vários níveis progressivamente até 2050

Orientações para os Municípios

Define as projeções setoriais e orienta para a implementação de ações no sentido da neutralidade carbónica

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) (2019) (APA, 2023)

Enquadramento

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) complementa e sistematiza a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar as medidas de adaptação. Este programa elege oito linhas de atuação direta no território e nas infraestruturas, complementadas por uma linha de ação de carácter transversal, as quais visam dar resposta aos principais impactes e vulnerabilidades identificadas para Portugal.

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto.

Objetivos/Orientações

Os principais objetivos integram o apoio a exercícios de definição de políticas e instrumentos de política assim como a definição de referências para respetivos futuros instrumentos de financiamento. A promoção da implementação de ações de carácter que possam contribuir para a redução vulnerável de território e economia relacionados com as alterações climáticas é também uma ação crucial para este programa. O P-3AC abrange, portanto, as seguintes medidas:

- Prevenção de incêndios rurais (valorização económica da biomassa; faixas ou manchas de descontinuidade; reconfiguração de infraestruturas e sistemas de suporte);
- Conservação e melhoria da fertilidade do solo (controlo da erosão; retenção de água; composição e estrutura do solo);
- Uso eficiente da água (na agricultura; a nível urbano; na indústria);
- Resiliência dos ecossistemas (refúgios e corredores ecológicos; conservação do património genético; intervenção nas galerias ripícolas);
- Prevenção das ondas de calor (infraestruturas verdes; sombreamento e climatização; comunicação);
- Doenças, pragas e espécies invasoras (valorização do material genético; controlo de doenças e espécies exóticas invasoras; vigilância; informação e comunicação);
- Proteção contra inundações (áreas de infiltração; recuperação dos perfis naturais; proteção; drenagem urbana sustentável);
- Proteção costeira (e.g. reabilitação dos sistemas costeiros; restabelecimento natural do trânsito sedimentar; recuo planeado; proteção);
- Capacitação, sensibilização e ferramentas para a adaptação (e.g. monitorização e tomada de decisão; capacitação e planeamento; comunicação).

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da adaptação às alterações climáticas

Orientações para os Municípios

Define linhas orientadoras no sentido da implementação de ações no contexto da adaptação às alterações climáticas

Enquadramento

O PNEC 2030 pretende promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos. O PNEC é construído em coordenação e articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e com o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030).

O contributo do PNEC, no horizonte de 2030, será decisivo para a definição das linhas de ação rumo à neutralidade carbónica e dos investimentos estratégicos na área da energia e clima. Ao nível de metas o PNEC aponta para reduções de GEE na ordem dos 45% a 55% em relação a 2005, um aumento da eficiência energética de 35% e ainda 47% de incorporação de renováveis no consumo final de energia.

Objetivos/Orientações

O PNEC 2030 tem ainda como objetivo estabelecer **metas setoriais de redução de emissões de GEE**, por referência às emissões registadas no ano de 2005, nomeadamente:

- a) 70 % no setor dos serviços;
- b) 35 % no setor residencial;
- c) 40 % no setor dos transportes;
- d) 11 % no setor da agricultura;
- e) 30 % no setor dos resíduos e águas residuais.

Esta operação e coordenação de futuras revisões do PNEC 2030, está ao abrigo do Grupo de Coordenação do PNEC 2030, co-coordenado pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Direção-Geral de Energia e Geologia em articulação com as entidades previstas no Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM).

Âmbito

Nacional

Relevância

Permite garantir a articulação do contributo nacional para cumprimento dos compromissos comunitários e internacionais e facilitar a execução das orientações de política constantes do PNEC 2030 ou determinadas pela Comissão para a Ação Climática.

Orientações para os Municípios

Define linhas orientadoras e estabelece metas setoriais de redução de emissões de GEE

Estratégia dos Biorresíduos (APA, 2023)

Enquadramento

A Estratégia dos biorresíduos inclui medidas orientadas para assegurar a recolha e o tratamento dos biorresíduos, para melhorar o quadro regulamentar e para garantir incentivos à sua implementação.

Objetivos/Orientações

A Estratégia dos Biorresíduos tem como objetivos:

- Garantir uma transição para a recolha seletiva de biorresíduos e a utilização da capacidade instalada de compostagem e de digestão anaeróbia, substituindo-se progressivamente as origens de recolha indiferenciada
- Promover a utilização do composto resultante da valorização dos biorresíduos
- Promover a instalação de equipamentos que permitam a recuperação do biogás proveniente das instalações de digestão anaeróbia.

Âmbito

Nacional

Relevância

A prevenção e a recolha seletiva dos biorresíduos contribui para o cumprimento de metas europeias de desvio ou de reciclagem, bem como para a ambição do país em termos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, do Plano Nacional de Energia e Clima, da futura Estratégia Nacional de Bioeconomia, sem esquecer os impactes associados à criação de emprego.

Orientações para os Municípios

Integra novos métodos para tratamento de biorresíduos assim como a manutenção e encaminhamento dos mesmos.

Plano de Melhoria do Desempenho Energético dos Edifícios - PDEE (DGEG, 2023)

Enquadramento

O Plano de Melhoria do Desempenho Energético dos Edifícios aprova os requisitos aplicáveis à conceção e renovação de edifícios, com o objetivo de assegurar e promover a melhoria do respetivo desempenho energético através do estabelecimento de requisitos aplicáveis à sua modernização e renovação, designadamente requisitos específicos aplicáveis aos Grandes Edifícios de Comércio e Serviços (GES), nos termos definidos no Despacho 6476-D/2021, de 1 de julho.

Objetivos/Orientações

Neste Plano são identificados os requisitos por tipologia de edifício nomeadamente edifícios de habitação, comércio e serviços existentes ou novos. Estão sujeitos à submissão de um PDEE num prazo máximo de 180 dias após 1 de julho de 2021:

- a) os GES em funcionamento cuja classe de desempenho energético seja inferior a C;
- b) os GES em funcionamento que registem, no ano civil imediatamente anterior (ano base), um consumo energético igual ou superior a 5,5 GWh (índice EP), com exceção dos consumos de energias renováveis com emissões nulas de gases com efeito de estufa ou endógenas não adquiridas.

Salvo exceções legalmente determinadas, os GES sujeitos a PDEE devem garantir, cumulativamente, o cumprimento das seguintes metas:

- a) Classe energética do edifício igual ou superior a C;
- b) Redução de, pelo menos, 4 % do consumo de energia primária real, relativamente ao ano base; e
- c) Manutenção ou redução das emissões de gases com efeito de estufa reais, relativamente ao ano base.

Devem constar no PDEE medidas sem constrangimentos técnicos ou funcionais e com um período de retorno simples igual ou inferior a oito anos, sendo estas de implementação obrigatória.

Aquando da sua conclusão, deve ser avaliada a obrigação da implementação de um novo PDEE que deverá ser submetido, se aplicável, num prazo máximo de 180 dias.

Âmbito

Nacional

Relevância

Define os requisitos essenciais para a promoção do conforto térmico adequado aos Grandes Edifícios de Comércio e Serviços (GES).

Orientações para os Municípios

Orientações específicas no que respeita à conversação ou renovação das diferentes tipologias de edifícios.

Plano de Poupança de Energia 2022 -2023 (ADENE, 2022)

Enquadramento

No contexto do conflito na Ucrânia e das respetivas implicações no sistema energético europeu, a Comissão emitiu, a 18 de maio de 2022, uma Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões através da qual apresentou o Plano *REPowerEU*. A nível nacional foi também aprovado o Regulamento (UE) 2022/1369 do Conselho, de 5 de agosto de 2022, relativo a medidas coordenadas de redução da procura de gás.

Objetivos/Orientações

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge na sequência da crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da redução voluntária de 15 % do consumo energético lançado aos Estados-Membros da União Europeia. Não deve, no entanto, ser esquecido que, no caso português, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %. O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 engloba medidas, por separado, de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, e privado (incluindo indústria, comércio e serviços, e cidadãos), sendo dado particular destaque às medidas afetas à energia. É de salientar que as medidas de redução de consumo energético se complementam e não se sobrepõem às medidas de implementação já existentes em instrumentos de política pública em vigor, como por exemplo o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) e a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE), que também contribuem para a redução do consumo de energia.

Âmbito

Nacional

Relevância

Define orientações de medidas, por separado, de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade.

Orientações para os Municípios

Define e promove orientações nos setores da indústria, comércio e serviços, e cidadãos, sendo dado particular destaque às medidas afetas à energia. No caso da Administração Pública Local, são propostas medidas com carácter de recomendação: As piscinas e complexos desportivos são alvo de medidas concretas para a redução dos seus consumos energéticos, nomeadamente através da regulação das temperaturas das águas das piscinas, do aquecimento ambiente e dos sistemas de águas quentes sanitárias, do reforço da manutenção periódica preventiva dos sistemas, incluindo dos isolamentos de redes de calor, da melhoria da eficiência dos sistemas de bombagens e da utilização de energias renováveis para aquecimento de água.

Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (APA, 2021)

Enquadramento

O Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA2100) visa definir orientações sobre adaptação às alterações climáticas para o planeamento territorial e setorial.

A elaboração do RNA2100 iniciou em 2020, sob coordenação da APA, prevendo-se que termine em 2023. No âmbito da execução do RNA2100 é efetuada a avaliação da vulnerabilidade de Portugal às alterações climáticas, assim como a estimativa dos custos dos setores económicos na adaptação aos impactes esperados das alterações climáticas em 2100.

Objetivos/Orientações

Este roteiro visa avaliar a vulnerabilidade socioeconómica relacionada com o clima integrando variadas perspetivas em diferentes cenários de alterações climáticas. Para tal é necessário apoiar diferentes atividades da ENAAC 2020 bem como outros instrumentos estratégicos de planeamento e adaptação às Alterações Climáticas (AC).

- a) Apoiar as políticas de adaptação;
- b) Implementar o PNPOT identificando os territórios vulneráveis às AC;
- c) Criar ferramentas para apoiar as decisões;
- d) Integrar na conceção de projetos de intervenção direta e indireta no território;
- e) Identificar as necessidades a serem investidas
- f) Constituir uma referência para ações de comunicação e sensibilização nesta área;
- g) Caracterizar os impactos socioeconómicos;
- h) Conhecer e promover os diversos instrumentos de planeamento territoriais e setoriais que estão a ser envolvidos no contexto.

Âmbito

Nacional

Relevância

Relevante no contexto da adaptação às alterações climáticas

Orientações para os Municípios

Caracteriza e define ações no sentido da adaptação às alterações climáticas até 2100

3. Instrumentos de planeamento e compromissos para as Alterações Climáticas

São identificados abaixo diferentes estudos e planos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento sustentável e do combate às Alterações Climáticas, no Município de Oeiras.

Enquadramento estratégico

Plano Diretor Municipal (Município de Oeiras, 2022)

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de gestão territorial que define o modelo de estrutura espacial do território municipal. Este modelo é baseado na classificação do solo e desenvolve-se através da qualificação do mesmo. Este plano enquadra a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com impacto na área de intervenção.

A 25 de julho de 2022 foi aprovada a alteração do PDM Oeiras para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que implica a extinção da categoria operativa de solo urbanizável, passando este a classificar-se como solo urbano ou rústico, dependendo do seu grau de concretização até 13 de julho de 2020.

Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) (Município de Oeiras, 2022)

O PDE apresenta um conjunto de objetivos estratégicos, programas, projetos e ações, operacionaliza a gestão estratégica e constitui a base para a elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP). Este documento apresenta, ainda, um mapa de indicadores, metas e observações onde se monitoriza a respetiva execução material/física da atividade municipal.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) (Município de Oeiras, 2016)

O PMDFCI de Oeiras foi aprovado em 24 de outubro de 2017, constituindo um Plano de 2.^a geração.

No âmbito da elaboração deste plano foi desenvolvida a cartografia de perigosidade de incêndio florestal, tendo sido transposta (perigosidade elevada e muito elevada) para Planta de Condicionantes do PDM.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oeiras (PMEPCO) (Município de Oeiras, 2018)

O PMEPCO do Município de Oeiras é um instrumento que define as orientações para o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a usar em operações de Proteção Civil, face à iminência ou ocorrência de um acidente grave, catástrofe ou outras situações que requerem meios de controlo para além daqueles que se encontram normalmente disponíveis. Assim, este documento pretende atenuar estes efeitos, socorrendo pessoas e outros seres vivos em perigo e protegendo bens e valores culturais

e ambientais de elevado interesse público, garantindo o restabelecimento das condições mínimas de normalidade.

A elaboração do PMEPCO foi determinada pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), em fevereiro de 2015, tendo sido executado de acordo com as diretivas emanadas pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), Resolução nº 30/2015, de 7 de maio [1], e seguiu o disposto no Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) (Município de Oeiras, 2023)

O PEDU de Oeiras integra as disposições e orientações dos planos, programas e estudos existentes, tendo sido desenvolvido no sentido de concretizar os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforçar a centralidade e capacidade de polarização externa do espaço-cidade de Oeiras;
- Dinamizar a regeneração física, económica e social das “Centralidades Urbanas Tradicionais”;
- Reforçar a utilização e valorização da faixa litoral como fator de qualificação ambiental do espaço urbano e suporte de atividades de turismo, recreio e lazer;
- Promover a inclusão e regeneração socio urbanística de comunidades urbanas especialmente vulneráveis;
- Potenciar a adoção de padrões de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos e saudáveis.

Oeiras 21+ (Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008-2013) (Município de Oeiras, 2009)

“OEIRAS XXI”, a Agenda 21 Local de Oeiras, é a Estratégia e o Programa de Ação através dos quais a autarquia procura mobilizar os seus recursos próprios, bem como todos os agentes locais, com vista ao desenvolvimento sustentável do Município.

Os objetivos estratégicos e as propostas de ação de OEIRAS XXI constituem um quadro de referência para a tomada de decisões pela autarquia, com uma visão de futuro baseada nos princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável.

Estudos de sustentabilidade climática e energética

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa (PAMUS-AML) (AML, 2019)

A elaboração do PAMUS-AML resultou da necessidade de construir uma estratégia de intervenção coerente à escala metropolitana, enquadrando os projetos dos dezoito Municípios, no domínio da mobilidade urbana sustentável.

Este plano pretende apoiar intervenções de promoção da mobilidade urbana sustentável ancoradas em estratégias de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável,

e, como tal, focadas nas medidas dirigidas ao sistema de mobilidade com o objetivo de redução das emissões de GEE, bem como da diminuição da intensidade energética.

Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras (PAESO) (Município de Oeiras, 2010)

O PAESO é o instrumento de concretização dos objetivos assumidos pelo Município de Oeiras com a adesão ao Pacto de Autarcas, no âmbito do qual a Comissão Europeia desafiou as autoridades locais a superar os objetivos definidos pela União Europeia no âmbito do pacote “Clima-Energia”.

O Município de Oeiras aderiu ao Pacto de Autarcas a 14 de janeiro de 2009 e assumiu o compromisso de reduzir as emissões de CO₂ em 20% até 2020, através de um aumento em 20% da eficiência energética e da quota de 20% das fontes de energia renováveis no cabaz energético da União Europeia (UE).

Em 2020, foi realizada uma revisão das medidas do PAESO, com o objetivo de apoiar a sua validação, desenvolvimento (densificação das medidas) e operacionalização (ações e cenários de implementação).

Matriz de Energia e Inventário de Emissões de CO₂ de Oeiras

Este documento corresponde a um estudo, no território de Oeiras, sobre consumos de energia por forma de energia (primária e final), por combustível e setor de atividade. Também é apresentado um inventário de emissões de CO₂. O período temporal do estudo situa-se entre 2008 e 2018 (Lisboa e-Nova, 2020).

Em 2022, foi realizada uma atualização do estudo, apresentando-se um inventário de emissões de CO₂eq até ao ano de monitorização de 2020 (Lisboa e-Nova, 2022).

Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (Estudos PMAACO) (Dias & Santos, 2019)

O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras (Estudos PMAACO) foi elaborado através de uma prestação de serviços adjudicada à Faculdade de Ciências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências, entre 2017 e 2019, contando com a colaboração de dois centros de investigação associados à mesma instituição e um centro do Instituto Superior de Agronomia.

O PMAACO pretendeu definir estratégias de planeamento municipais de modo a alcançar uma maior resiliência do território e da população aos efeitos das alterações climáticas, tendo como visão: “Oeiras, um Município preparado para um clima em mudança, assente no conhecimento científico e nas boas práticas, oferecendo elevados padrões de segurança e bem-estar climático”. Este plano tinha como principais objetivos:

- Melhorar o nível de conhecimento sobre o sistema climático do Município de Oeiras e as relações, diretas e indiretas, que o clima tem sobre os setores considerados prioritários (Agricultura e Segurança Alimentar, Biodiversidade, Economia, Energia e Segurança Energética, Orla Ribeirinha, Recursos Hídricos, Saúde Humana, Segurança de Pessoas e Bens, e Transportes e Vias de Comunicação);

- Reduzir a vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas e aumentar a capacidade de resposta com base em políticas de adaptação, assentes no aprofundamento contínuo do conhecimento e da monitorização;
- Integrar a adaptação às alterações climáticas em políticas setoriais e nos instrumentos de gestão do território, com incidência no município;
- Promover a adaptação com base na evidência demonstrada por estudos científicos e boas práticas, nacionais e internacionais;
- Promover o envolvimento e potenciar sinergias entre as várias partes interessadas no processo de adaptação às alterações climáticas, apelando à participação informada dos diferentes agentes locais e fortalecendo parcerias entre entidades e organismos públicos e privados responsáveis pela gestão.

No âmbito do PMAACO, encarado como um projeto integrado e faseado, foram elaborados os seguintes documentos técnicos:

1. Relatório de Caracterização e Diagnóstico das Vulnerabilidades Atuais
2. Relatório de Identificação das Vulnerabilidades Climáticas Futuras
3. Relatório de Identificação e Avaliação das Opções de Adaptação e Concretização das Ações a Implementar Estabelecendo os Respetivos Prazos
4. Relatório Sobre a Metodologia de Validação do Plano e Respetiva Monitorização
5. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras/Tomo 1: Plano
6. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras/Tomo 2: Fichas das Opções Estratégicas e de Medidas De Adaptação
7. Relatórios Setoriais (Agricultura e Segurança Alimentar, Biodiversidade, Economia, Energia e Segurança Energética, Orla Ribeirinha, Recursos Hídricos, Saúde Humana, Segurança de Pessoas e Bens, e Transportes e Vias de Comunicação)

Este estudo permitiu dotar o Município de Oeiras da Caracterização e Diagnóstico das Vulnerabilidades Atuais e das Vulnerabilidades Climáticas Futuras e definiu uma alargada lista de opções de adaptação criando as ferramentas necessárias para a elaboração do Plano de Ação de Energia e Clima, na vertente de adaptação, afim de promover uma maior resiliência em relação às diferentes perturbações relacionadas com as Alterações Climáticas, sem que as suas funções, estruturas, identidade e respostas essenciais se modifiquem levando a ruturas do sistema.

Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC-AML) (AML, 2019)

O PMAAC-AML é um instrumento de preparação da comunidade metropolitana, nomeadamente os seus atores estratégicos - públicos e privados - para lidarem com os desafios das Alterações Climáticas, estabelecendo um caminho adaptativo de âmbito regional que permita, em complementaridade com as abordagens de escala nacional e local, criar condições para reduzir a vulnerabilidade climática da área metropolitana. Assim, pretende apresentar uma estratégia regional que potencie sinergias intermunicipais no conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades, na concretização de opções de adaptação e na mobilização dos atores e das populações.

Bibliografia

- ADENE. (2022). Plano de Poupança de Energia 2022-2023. ADENE - Agência para a Energia. Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDYyNAMAsZL1lgUAAAA%3D>
- AML. (2019). *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa*. Área Metropolitana de Lisboa. Obtido de https://www.tmlmobilidade.pt/wp-content/uploads/2022/02/PAMUS-AML_VERSAO_AGOSTO_2019.pdf
- APA. (2021). *Acordo de Paris*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/acordo-de-paris>
- APA. (2021). *Agência Portuguesa do Ambiente*. Obtido de <https://apambiente.pt/dqa/index.html>
- APA. (2021). *Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/comercio-europeu-de-licencas-de-emissao-cele>
- APA. (2021). *Política climática da União Europeia*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/politica-climatica-da-uniao-europeia>
- APA. (2021). *Protocolo de Quioto*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/protocolo-de-quioto>
- APA. (2022). *Agência Portuguesa do Ambiente*. Obtido de <https://apambiente.pt/clima/plano-nacional-de-energia-e-clima-pnec>
- APA. (2022). *Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU)*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/residuos/plano-estrategico-para-os-residuos-urbanos-persu>
- APA. (2023). *Economia Circular*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/apa/economia-circular>
- APA. (2023). *Estratégia dos Biorresíduos*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/residuos/estrategia-dos-biorresiduos>
- APA. (2023). *Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/estrategia-nacional-de-adaptacao-alteracoes-climaticas>
- APA. (2023). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/agua/plano-estrategico-de-abastecimento-de-agua-e-saneamento-de-aguas-residuais-2020>
- APA. (2023). *Planos de Gestão de Região Hidrográfica*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/agua/planos-de-gestao-de-regiao-hidrografica>
- APA. (2023). *Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/clima/programa-de-acao-para-adaptacao-alteracoes-climaticas-p-3ac>
- APA. (2023). *Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água*. Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/agua/programa-nacional-para-o-uso-eficiente-da-agua>
- Assembleia da República. (2014). Lei n.º 19/2014, de 14 de abril. *Diário da República n.º 73, Série I de 14.04.2014, pág. 2400 - 2404*.

- Assembleia da República. (2021). Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro. *Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31, pág. 5 - 32.*
- BCSD Portugal. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de <https://ods.pt/ods/>
- Comissão Europeia. (2021). *Covenant of Mayors - Europe*. Obtido de <https://eu-mayors.ec.europa.eu/pt/SOBRE>
- Comissão Europeia. (2021). *Green City Accord*. Obtido de Comissão Europeia: https://environment.ec.europa.eu/topics/urban-environment/green-city-accord_en
- Comissão Europeia. (2021). *Pacto Ecológico Europeu*. Obtido de Comissão Europeia: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt
- Conselho de Ministros. (2023). Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023. *Diário da República n.º 60/2023, Série I de 2023-03-24, páginas 140 - 276.*
- DGEG. (2023). *Sistema de Certificação Energética dos Edifícios*. Obtido de Direção Geral de Energia e Geologia: <https://www.dgeg.gov.pt/pt/areas-setoriais/energia/eficiencia-energetica/sistema-de-certificacao-energetica-dos-edificios/sce-sistema-de-certificacao-energetica-dos-edificios/>
- Dias, L., & Santos, F. (2019). *Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Oeiras*. Município de Oeiras. Obtido de <https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/pmaaco-sumario-executivo>
- Greenhouse Gas Protocol. (2021). *GHG Protocol for Cities*. Obtido de <https://ghgprotocol.org/ghg-protocol-cities>
- IPCC. (2023). <https://www.ipcc.ch/reports/>. (I. P. Change, Editor) Obtido de <https://www.ipcc.ch/>.
- Lisboa e-Nova. (2020). *Matriz de Energia e Inventário de Emissões de CO2 Oeiras - 2008-2018*. Município de Oeiras. Obtido de <https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/matriz-energetica-2008-2018>
- Lisboa e-Nova. (2022). *Atualização da Matriz Energética e Inventário de Emissões de GEE 2020*. Município de Oeiras. Obtido de <https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/matriz-energetica-oeiras-e-inventario-de-emissoes-gee-2002-2020>
- MAOTE. (2015). *Compromisso para o Crescimento Verde*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Obtido de https://www.crescimentoverde.gov.pt/wp-content/uploads/2014/10/CrescimentoVerde_dig.pdf
- Município de Oeiras. (2009). *Oeiras 21+ Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008 - 2013*. Município de Oeiras. Obtido de <https://www.oeiras.pt/documents/20124/157111/Agenda+21+Local.pdf/67e707c0-54bf-a978-3da0-80edb9907475?t=1616692418015>
- Município de Oeiras. (2010). *Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras 2010*. Município de Oeiras. Obtido de https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/9b1573ce-36c2-436d-bb2e-d706a83c96fd/resource/a1d0881a-0a37-4c42-81cf-7fec2e03a619/download/20100101_sustainable_energy_action_plan.pdf
- Município de Oeiras. (2016). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020 / Diagnóstico - Informação de Base - Caderno I*. Município de Oeiras. Obtido de https://fogos.icnf.pt/pmdfci/11_Lisboa/1110/2G/Caderno_I/Texto/PMDFCI_Oeiras_Caderno_I.pdf

- Município de Oeiras. (2018). *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oeiras*. Município de Oeiras. Obtido de <https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/plano-municipal-emergencia-protecao-civil-pmepco>
- Município de Oeiras. (2022). *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2021-25, Grandes Opções do Plano. Orçamento 2022*. Município de Oeiras. Obtido de https://www.oeiras.pt/documents/20124/0/1_ORCAMENTO+2022_vrs+final_ap%C3%B3s+revisao+-ap%C3%B3s+reuni%C3%A3ocmo+-+mapas+novos.pdf/40035610-9fdc-eb54-4082-498ae50150a3?t=1641807518877
- Município de Oeiras. (2022). Plano Diretor Municipal de Oeiras. *Alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras para adequação ao novo regime jurídico*. Obtido de <https://oeirasinterativa.oeiras.pt/dadosabertos/dataset/plano-diretor-municipal-pdm-2022-documentos/resource/e25dbd6c-0091-4c3c-8bb5-a5dbd21fa054>
- Município de Oeiras. (2023). *Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Oeiras*. Município de Oeiras.
- Município de Oeiras. (2023). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*. Obtido de <https://www.oeiras.pt/>: <https://www.oeiras.pt/w/portugal-2020-projetos-de-oeiras-candidatos-a-fundos-europeus>
- Parlamento Europeu e do Conselho. (2021). Lei europeia em matéria de clima. *Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/european-climate-law.html>: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32021R1119>
- Portugal 2020. (2021). *Estratégia Europa 2020*. Obtido de <https://portugal2020.pt/glossario/estrategia-europa-2020/>.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2019). Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho. *Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-01, páginas 3208 - 3299*. Obtido de <https://descarbonizar2050.apambiente.pt/>: <https://descarbonizar2050.apambiente.pt/roteiro/>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2020). Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho. *Diário da República n.º 133/2020, Série I de 2020-07-10, páginas 2 - 158*.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2022). Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro. *Diário da República n.º 10/2022, Série I de 2022-01-14, pág. 3 - 185*.

